



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM MUSEOLOGIA**

POÉTICAS DO OLHAR
**Os museus a partir da experiência de profissionais
cegos e com baixa visão**

Dissertação apresentada a provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia, orientada pela Professora Doutora Patricia Silva Dorneles e Co-orientada pelo Professor Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho.

Roberta Fagundes Gonçalves / N° 22009558

2024

www.ulusofona.pt



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM MUSEOLOGIA**

POÉTICAS DO OLHAR
**Os museus a partir da experiência de profissionais
cegos e com baixa visão**

“VERSÃO FINAL”

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 02/04/2024, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 764/2024, de 07 de março de 2024, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Adel Igor Pausini - Universidade Lusófona
Arguente: Prof.ª Doutora Patrícia Roque Martins - Universidade Nova de Lisboa

Orientador: Prof. Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho - Universidade Lusófona

Roberta Fagundes Gonçalves / N° 22009558

2024

UMA OFERTA. Um sacrifício arriado nas barras do tempo. Aí está um ebó cuspidado nas esquinas do hoje. Uma política parida nos vazios, uma pedagogia que se teve nas invenções cotidianas. Iniciarei pelos cacós, por aquilo que em meio aos escombros permanece vivo. No final, já reerguidos, cantaremos que os caminhos são inacabados. (Luiz Rufino)

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço aos participantes diretos deste trabalho, que compartilharam as suas experiências profissionais e pessoais junto aos museus durante as entrevistas realizadas por mim. Ouvir e trabalhar com os relatos de vocês foram as partes mais gostosas e gratificantes deste processo. Muito obrigada Eduarda Emerick, Rafael Braz, Leandro Pereira, Márcia Bamberg e Leonardo Oliveira. A você, Léo, eu agradeço mais ainda. Pela amizade, questionamentos, reflexões e experiências conjuntas desde 2018.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Patricia Silva Dorneles, por ter aceitado o desafio de me acompanhar nessa empreitada de investigação. Apesar de termos muitos interesses compartilhados, bem como percursos profissionais que se entrecruzam, agradeço pela coragem e confiança de orientar um trabalho em uma área à qual não pertence. Por compartilhar a sua experiência profissional e pessoal na construção de políticas públicas de cultura e na luta antimanicomial; por me apresentar a relação inspirada e inspiradora de Paulo Freire com John Dewey; as contradições e complexidades do campo da Acessibilidade Cultural; o conceito deste enquanto campo em construção e as suas interfaces com as vulnerabilidades econômicas e sociais. Mas agradeço principalmente pela paciência com minhas inquietações, pelas trocas, pelas rosas vermelhas, pela contemplação do mar que nos separa e liga, ao mesmo tempo.

Agradeço ao meu co-orientador, o Professor Doutor Mário Caneva Moutinho. É uma honra poder conviver com a figura do professor. Agradeço pela humildade generosa e sensível de apresentar as diferentes possibilidades de fazer e pensar a Museologia, de perceber o museu como uma oficina social, de fato integrado à sociedade e às questões e problemáticas das pessoas no tempo presente. Agradeço pela aposta e pelo espaço que disponibiliza a quem chega com aqueles problemas que não nos deixam dormir.

Agradeço também à Professora Doutora Patrícia Roque Martins pela disponibilidade em realizar a arguição no meu júri de defesa. Pelos apontamentos e pela leitura certa de que o meu encontro com Leonardo Oliveira em 2018 me provocou um verdadeiro aleijamento. Me senti honrada e feliz com a sua presença e arguição.

À Professora Doutora Judite Primo agradeço por ter me recebido nos grupos de estudo da Cátedra UNESCO 'Educação, Cidadania e Diversidade Cultural', antes mesmo que eu conseguisse dizer do meu interesse pelo mestrado. A minha chegada no Departamento coincidiu com a minha chegada em Portugal, um momento de transição e elaboração aturdida,

a ponto de eu não ter de fato me apresentado. Obrigada, Judite, por me acolher mesmo assim, por me incentivar e por confiar a mim a co-coordenação do grupo de estudos Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural (SAC). Esse tempo no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona me enriqueceu enquanto profissional e ainda mais como gente no mundo.

Agradeço a recepção afetuosa de Graça Teixeira, Claudia Pola, Mabel Cavalcanti, Adel Pausini, Nathália Pamio, Maristela Simão e Moana Soto, desde 2019. E ainda à querida Maria Monsalve, Heleonidia Oliveira, Karoline Pacheco, Henrique Godoy, Gabriela Coronado, Marta Jecu e todas as outras pessoas que tive o prazer de encontrar nessa casa.

Agradeço também aos meus colegas da turma 20/21. A turma excepcional da pandemia de Covid-2019. Um momento de urgência e de transição para uma vida marcada de vez por novas formas de participação coletiva entre o real e o digital. Admiro demais os meus colegas de áreas tão diversificadas, que fazem jus a proposta interdisciplinar da Sociomuseologia. Obrigada pelas partilhas, Geanine Escobar, Robson Martins, Kamylla Karla, Desirée Nobre, Paula Fiuza, Moisés Timba, Fabiana Ferreira, Daniela Souza, Neusa Mendes... E um agradecimento especialíssimo, às minhas companheiras de mestrado Maria Luisa Moita, Janice Hias, Heloísa Vivanco e Luiza Tarasconi.

Obrigada também a todos e todas que compuseram o grupo de estudos SAC, enquanto participantes, ouvintes e colaboradores. À Carla Grião pelas nossas conversas tão ricas, pelas reflexões conjuntas, pelas perguntas, indagações, leituras, pela admiração mútua e por levar adiante o grupo na nova coordenação.

Agradeço à minha analista Simone Aziz por sua presença-função que possibilitou que eu não desistisse e seguisse adiante com o meu desejo e minhas construções.

Ao amigo Fred Maia que me incentivou na chegada a Portugal, além de promover o grande encontro com a minha orientadora.

Agradeço também às minhas amigas que estiveram perto de alguma forma na torcida pela conclusão deste trabalho. À Cíntia Lopes pelas cobranças de páginas escritas nos momentos mais emperrados e por estar sempre por perto, independentemente de qualquer distância; à Maria Júlia Neiva pelas longas conversas que precederam esta investigação quando eu ainda estava na AFAC; à Eliana Franco pela companhia em terras lusitanas nas reflexões e elaborações sobre o que poderia ser este mestrado; à Many Pereira pelo incentivo e bons momentos vividos nos meus museus brasileiros como representante de todas as parcerias realizadas neste campo; e à Roberta Torres, minha xará, colega de ofício e conterrânea, um presente que Portugal me deu.

Agradeço imenso à minha família. Às minhas filhas Clara e Alana por existirem e comporem a minha vida com mais luz, cor, carinho e alegria. Obrigada por terem paciência comigo. Pelos sorrisos e pedidos de abraço quando mais preciso. Felipe, meu companheiro e amigo há mais de duas décadas, agradeço por toda força, incentivo, lealdade, paciência e alguns dados de realidade durante essa construção. Obrigada, bicho, por não me deixar largar o volante. À minha irmã Fernanda e ao meu irmão Cristiano por serem minhas companhias na vida. À minha tia Léa, por todo amor pelas palavras e pela poesia. E aos meus sogros por todo apoio sempre.

Por fim, aos meus pais Wilson e Emília pelo exemplo de solidariedade e respeito a todas as pessoas. Obrigada, pai, pela musicalidade sensível que compõem o meu ritmo na vida e pela disposição em escutar sempre o que eu tinha a dizer. E obrigada, mãe, por todo amor, pela coragem partilhada, pela força, incentivo e fé em seguir em frente na vida. Amo vocês.

Resumo

Tendo por referência a vivência profissional da autora no campo da reabilitação de pessoas com deficiência em conjunto com ações museológicas, a presente dissertação propõe uma reflexão sobre o lugar dos museus na sociedade. Com base nos princípios da Sociomuseologia, buscou apontar as interfaces desta com o campo da Acessibilidade Cultural no contexto brasileiro. A fim de demonstrar a relevância de uma articulação que contemple as demandas referentes à implementação das acessibilidades enquanto recursos assistivos, mas que para além disso, possa priorizar o foco na emancipação, participação e representação social de pessoas com deficiência, a partir da experiência museológica. Foram realizadas cinco entrevistas com pessoas cegas e com baixa visão que atuam ou já atuaram profissionalmente junto a museus. A proposta propicia a atenção para essas experiências e levanta questões contemporâneas, como a crítica feminista ao modelo social da deficiência e a proposta de uma teoria aleijada, que insurgem nos estudos pós-coloniais e decoloniais. Tais insurgências resgatam a importância da interdependência nas relações da contemporaneidade. Com efeito, este trabalho destaca os museus enquanto lugares intermitentes e propiciadores de experiências, conexões e possibilidades de ressignificação e transformação, a partir da memória.

Palavras-chave: Museus; Sociomuseologia; Acessibilidade Cultural; Deficiência visual; Experiência Museológica.

Abstract

Based on the author's professional experience in the field of rehabilitating people with disabilities in conjunction with museum activities, this dissertation proposes a reflection on the place of museums in society. Based on the principles of Sociomuseology, it seeks to point out its interfaces with the field of Cultural Accessibility in the Brazilian context. In order to demonstrate the relevance of an articulation that takes into account the demands relating to the implementation of accessibility as assistive resources, but which can also prioritize the focus on emancipation, participation and social representation of people with disabilities, based on the museum experience. Five interviews were conducted with blind and low-vision people who work or have worked professionally in museums. The proposal draws attention to these experiences and raises contemporary issues, such as the feminist critique of the social model of disability and the proposal for a crippled theory, which are emerging in post-colonial and decolonial studies. These insurgencies highlight the importance of interdependence in contemporary relationships. In effect, this work highlights museums as intermittent places that provide experiences, connections and possibilities for re-signification and transformations based on memory.

Keywords: Museums; Sociomuseology; Cultural Accessibility; Visual Impairment; Museological Experience.

Lista de siglas

AFAC - Associação Fluminense de Amparo aos Cegos
CICAPD-PARM - Centro de Integração da Criança e do Adolescente Portador de Deficiência - professor Almir Ribeiro Madeira
CVI - Centro de Vida Independente
IPUB - Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil
FIA- RJ - Fundação para a Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro
ICOM - International Council of Museums
LBI - Lei Brasileira de Inclusão
MHN - Museu Histórico Nacional
MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MINC - Ministério da Cultura
MDPD - Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência
MS - Ministério da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PNC - Política Nacional de Cultura
PPM - Programa Pontos de Memória
SID - Secretaria da Identidade e Diversidade
SISEM-SP - Sistema Estadual de Museus de São Paulo
SM - Saúde Mental
SUS - Sistema Única de Saúde
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Índice geral

INTRODUÇÃO: PALAVRAS QUE AFLORAM DE UM NÓ NA GARGANTA	12
1. ENTRE REDES, MUROS E PAREDES	29
1.1. A EXPERIÊNCIA HUMANA: O QUE SOMOS?	29
1.1.1 Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência	41
1.1.2 Movimento Internacional para uma Nova Museologia	43
1.2 MODERNIDADE, COLONIALIDADE E A TEORIA ALEIJADA	46
1.2.1 A ideia de normalidade e as categorias da deficiência	48
1.2.2 Autonomia e Cuidado	50
1.2.3 Extra-muros: da integração à inclusão da diferença	54
1.3 DA DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA À CIDADANIA CULTURAL	60
1.3.2 O olhar da Sociomuseologia e o atravessar das paredes	65
1.3.2 Acessibilidade Cultural: é no caminhar que se faz o caminho	70
2. OS MUSEUS E A EXPERIÊNCIA DA CEGUEIRA	77
2.1 O OLHAR E A CEGUEIRA MUSEOLÓGICA	77
2.2 O LUGAR DA VISUALIDADE NOS MUSEUS	85
2.3 A DEFICIÊNCIA VISUAL NO CONTEXTO DOS MUSEUS	88
2.4 A MULTISSENSORIALIDADE NA EXPERIÊNCIA MUSEOLÓGICA	91
2.5 ACESSIBILIDADE ESTÉTICA COMO PRÁTICA DE MEDIAÇÃO	98
3. O MUSEU COMO LUGAR DE CONEXÕES E POSSIBILIDADES	101
3.1 PROFISSIONAIS CEGOS E COM BAIXA VISÃO EM MUSEUS	102
3.1.1 Leonardo Oliveira	102
3.1.2 Eduarda Emerick	119
3.1.3 Leandro Pereira	132
3.1.4 Rafael Braz	148
3.1.5 Márcia Bamberg	160
3.2 É PRECISO TRANSVER O MUSEU	168
MOMENTO DE CONCLUIR	173
REFERÊNCIAS	178

Índice de fotografias

Figura 1 - Visita da AFAC no MHN, para o Bonde da História, em 14 de setembro de 2018, Pátio dos Canhões.....	112
Figura 2 - Visita da AFAC no MHN para o Bonde da História, em 14 de setembro de 2018, acolhendo o grupo	113
Figura 3 - Oficina do grupo de trabalho sobre deficiência visual e museus, no Museu Nacional de Belas Artes, em 5 de fevereiro de 2019	115
Figura 4 - Visita da AFAC no Museu da República pelo projeto 'Entre Museus Acessíveis', em 14 de setembro de 2022	126
Figura 5 - Visita da AFAC no Museu da República pelo projeto 'Entre Museus Acessíveis', em 14 de setembro de 2022, close	127
Figura 6 - Eduarda Emerick no Museu do Amanhã, em 20 de setembro de 2022	128
Figura 7 - Eduarda Emerick no Museu do Amanhã, em 20 de setembro de 2022, close	129

INTRODUÇÃO: PALAVRAS QUE AFLORAM DE UM NÓ NA GARGANTA¹

Me formei em Psicologia no ano de 2006, mas desde o início da graduação fui fisgada pela abordagem psicanalítica. Lembro bem da primeira aula sobre a teoria de Sigmund Freud, na qual um professor desenhou no quadro algo sobre a memória e alguns de seus desdobramentos como inscrições no inconsciente que estabeleciam uma dinâmica singular de funcionamento psíquico no sujeito. Escutar histórias, saber sobre as pessoas e suas experiências sempre me instigou, desde a infância.

Desde o início da faculdade o trabalho clínico estava no meu horizonte. No entanto, a formação em psicologia abre um leque enorme de possibilidades de atuação muito distintas entre si, inclusive dentro da perspectiva clínica com as diversas abordagens teóricas e metodológicas existentes. Ainda durante a graduação outras áreas me interessaram, como as que se relacionavam com a educação, as questões sociais e o trabalho em Instituições. Mas meu interesse não correspondia exatamente à Psicologia Escolar, à Psicologia Social, tampouco à Psicologia Organizacional vistas por mim durante o curso.

Assim que me formei iniciei meus atendimentos no consultório, minha frequência em um grupo de estudos em psicanálise de orientação laciana e uma pós-graduação em 'Teoria e Clínica Psicanalítica' na Associação Pestalozzi da minha cidade. Cursei todas as disciplinas, mas não concluí minha monografia que partia dos estudos iniciais de Freud sobre as neuroses, cujo título provisório era 'Do que se trata numa análise?'. Isso se deu pelo início do meu trabalho em um abrigo de alta complexidade para crianças com múltiplas deficiências no final de 2009. Uma unidade própria da Fundação para a Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro (FIA-RJ), conveniada à Secretaria Estadual de Assistência Social e Garantia de Direitos Humanos (SEASDH-RJ).

No abrigo as questões acerca dos primórdios da constituição do sujeito, do ponto de vista da psicanálise, me interrogavam juntamente com as relações com o meio social, as políticas públicas vigentes e as relações em rede. Tendo em vista que além da vulnerabilidade social e questões referentes à deficiência, muitos dos acolhidos

¹ Este subtítulo faz referência ao título do prelúdio do livro 'Esferas da Insurreição - notas para uma vida não chulada' da psicanalista Suely Rolnik (2020), utilizado como referência neste trabalho.

apresentavam grave sofrimento psíquico. Após quatro anos de experiências inimagináveis e altamente complexas, iniciei a minha especialização em 'Atenção Psicossocial na Infância e Adolescência' no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ). Dessa vez, escolhi um tema que incluía a clínica psicanalítica, mas também as questões referentes às políticas públicas e ao trabalho interdisciplinar e intersetorial.

O curso foi a minha finalização nesse percurso. Um lugar muito difícil de estar mais do que alguns anos. Meu trabalho de conclusão foi uma pesquisa de campo sobre os anos no abrigo. Fiz questão de incluir a contextualização histórica da instituição, do seu entorno, do seu território, as transformações políticas e conceituais, as memórias dos funcionários mais antigos, além das histórias de alguns acolhidos. O título da pesquisa foi 'Assistência Social e Saúde Mental: o que o abrigo tem a dizer?'.

Em 2014 iniciei meu trabalho na Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (AFAC), um Centro Especializado em Reabilitação (CER) para pessoas com deficiência visual, deficiência intelectual e transtornos do espectro do autismo. A AFAC havia sido habilitada recentemente pelo Ministério da Saúde (MS) e vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), e foi onde atuei com grupos de crianças de 0 a 5 anos no Programa de Estimulação Precoce e no Programa de Orientação e Mobilidade para pessoas com deficiência visual de todas as idades.

Em 2016 descobri uma relação entre a AFAC e o pintor paisagista niteroiense Antônio Parreiras. A AFAC havia sido fundada em 1931 como a 'Sociedade dos Cegos de Niterói', um asilo para pessoas com deficiência visual. E Antônio Parreiras foi um dos sócios fundadores da instituição. A partir de então comecei a buscar espaços de cultura para propor uma ação extramuros com os usuários da AFAC, e acabei me aproximando dos setores educativos dos museus. Um tempo depois, após algumas ações conjuntas realizadas, formamos um grupo de trabalho para pensarmos juntos a acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão nos museus, através de ações e recursos multissensoriais.

Foi assim que me aproximei do campo da Museologia que inclui muito do que sempre me instigou: educação, transformação social, memória, cultura, arte e gente. No momento mais frutífero e feliz desses encontros, precisei não adiar mais a minha vinda em família para Portugal. Foram três meses de elaboração, despedidas e até logo. Um dos meus lutos pessoais. Os encontros, reuniões e discussões com o

grupo de trabalho que havíamos formado, acabaram resultando no projeto 'Sala Experiências do Olhar' no Museu do Ingá em Niterói, inaugurado em 18 de maio de 2019, quando eu já estava aqui. O projeto foi vencedor em terceiro lugar no 10º Prêmio Ibermuseus como projeto em andamento.

Me mantenho atenta e instigada com as possibilidades de ações com os parceiros da rede que foi tecida. E aberta às possibilidades que se abriram neste meu mundo novo de além mar, onde penso que o Mestrado em Museologia na Universidade Lusófona de Lisboa será a oportunidade de dar continuidade a um caminho já iniciado.

Lisboa, 12 de dezembro de 2020.

(Carta de Motivação para a candidatura ao Mestrado em Museologia)

Começo assim este trabalho. Retomando uma carta endereçada e atravessada pelo meu desejo. Com o passar do tempo e o desenrolar dos dias, as memórias vão se apagando, e às vezes é preciso olhar para trás para retomar o fio da meada.

Em 2016 encontrei nas páginas de um livro autobiográfico de 1943, uma nota explicativa sobre um pedido deixado em testamento. O exemplar do livro 'História de um pintor, contada por ele mesmo' de Antônio Parreiras, era a reedição de sua autobiografia e havia sido guardado na Academia Fluminense de Letras, a seu pedido, na Biblioteca Municipal de Niterói, a nossa cidade natal.

Antônio Parreiras solicitou que suas medalhas de ouro recebidas pelo seu ofício de pintor, e até mesmo alguns de seus quadros, fossem vendidos para angariar dinheiro para essa empreitada: a reedição de sua autobiografia com novos textos. A primeira edição de seu livro, de 1926, havia lhe rendido uma cadeira na Academia de Letras da nossa cidade. Parreiras fez mais dois pedidos em seu testamento: que exemplares do livro fossem deixados em bibliotecas públicas e museus, e que o dinheiro da venda do que restasse fosse doada para a Sociedade dos Cegos de Niterói, da qual era sócio. Este pedido acabou por resultar também na transformação da sua casa no primeiro museu brasileiro dedicado a um pintor.

No entanto, me chamou a atenção que o pintor, um artista visual, tenha priorizado as suas memórias e relatos de experiências pessoais em detrimento de suas

obras. Parreiras era um apaixonado pelas matas e paisagens de sua terra natal, dizia pintar o que sentia e deixou registrado em seu livro, o espanto pela mudança rápida nas paisagens de sua cidade em decorrência do crescimento urbano. Além disso, a relação do pintor com a instituição, a qual se referia em testamento, havia se perdido.

Naquele momento, nem a antiga Sociedade dos Cegos, atual Associação Fluminense de Amparo aos Cegos em que eu trabalhava, nem a equipe do Museu Antônio Parreiras conheciam essa história. Essa contingência vivida por mim, no momento em que eu buscava um trabalho mais aberto na reabilitação de pessoas com deficiência, acabou por me levar ao encontro dos museus. E isso não teria acontecido sem meu encontro com esse objeto intencionalmente deixado num espaço público.

Após esses anos de imersão no campo da Museologia, posso afirmar que este trabalho de investigação parte do entendimento de que o museu pode "participar e atuar como um importante instrumento de inclusão social, através da inclusão cultural" (Gomes & Cunha, 2013, p.2). Parte também da percepção de que os museus e os processos museológicos, na perspectiva de uma museologia viva que ultrapassa "os limites disciplinares que deram forma a museologia tradicional e sobretudo normativa" (Primo & Moutinho, 2022, p.19) reconhecendo sua dimensão comunitária e dialógica, devem estar implicados com as questões e problemáticas do seu tempo.

Este trabalho também considera que os museus podem ser aliados na tecelagem de redes de intervenção comprometidas com as demandas da sociedade (Primo et al., 2019) como uma ferramenta importante na busca pela igualdade de oportunidades a fim de promover a inclusão social e econômica (Moutinho, 2014). E considera ainda que a experiência museológica pode ampliar as possibilidades de novas perspectivas para os sujeitos envolvidos, pois "os museus atuam poderosamente nas subjetividades, permitindo o diálogo entre as diferenças, tornando possível o confronto entre diferentes visões de mundo" (Brulon, 2012, p.68).

Essas considerações foram tomando forma desde o meu trabalho como psicóloga na Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (AFAC), um Centro Especializado em Reabilitação (CER-II) para pessoas com deficiência visual e deficiência intelectual, de 2014 a 2019.

Como expus na carta de motivação, a antiga Sociedade dos Cegos, fundada em 1931 na cidade de Niterói no Rio de Janeiro, Brasil, foi habilitada e conveniada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2013, a partir das diretrizes do «Plano Nacional dos

Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite». O Plano foi implementado a nível federal pelo governo da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2011, de modo a firmar o compromisso brasileiro com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), ratificada no mesmo ano com equivalência de emenda constitucional no Brasil (Brasil, 2014).

Na minha atuação na AFAC foram realizadas ações conjuntas com profissionais de museus com o intuito de potencializar o processo de reabilitação, que em última instância pretende promover a autonomia, a participação e o laço social das pessoas atendidas (Gonçalves; Oliveira & Santos, 2020, Gonçalves et al., 2021). No entanto, como dito na carta exposta acima, a experiência anterior de trabalho no Centro de Integração da Criança e do Adolescente Portador de Deficiência - Professor Almir Ribeiro Madeira (CICAPD-PARM), de 2009 a 2014, contribuiu para as questões e problemáticas levantadas na presente proposta de investigação. O CICAPD-PARM consistia numa instituição de acolhimento específica para crianças e adolescentes com múltiplas deficiências, unidade própria da Fundação para a Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro (FIA-RJ) e conveniada à Secretaria Estadual de Assistência Social e Garantia de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH-RJ).

Apesar de consistir numa medida protetiva e provisória da infância, a maior parte das pessoas acolhidas no dispositivo já havia atingido a maioridade, apesar de permanecerem institucionalizadas há mais de uma década por não terem para onde ir. A gravidade e complexidade dos casos, bem como as necessidades específicas decorrentes das múltiplas deficiências, que dependiam de cuidados em tempo integral, também eram agravadas pelo próprio processo de institucionalização e pela vulnerabilidade social dos acolhidos e de suas famílias, quando ainda se tinha notícia delas.

As dificuldades reais existentes no cotidiano do abrigo denunciavam a falta de acesso aos espaços comuns e aos serviços externos, tanto quanto à precariedade social vivenciada por aquelas pessoas, colocando-as cada vez mais em um lugar de invisibilidade. A existência de um lugar como o CICAPD-PARM nos moldes de uma instituição total, onde se verifica uma vida reclusa, com o apagamento das individualidades, simbolizada “pela barreira à relação social com o mundo externo” (Goffman, 1961/2010, p.16), apontava para a complexidade dos casos acolhidos

naquela instituição, que certamente extrapolavam os limites da deficiência. E as maiores dificuldades explicitadas nesse contexto apareciam nos impasses na articulação intersetorial e na falta de qualificação profissional para o entendimento das especificidades de cada representação institucional necessária para uma atuação conjunta.

Naquele momento tive contato com os dados da pesquisa «Do confinamento ao acolhimento - Institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: desafios e caminhos», coordenada por Irene Rizzini², no período de 2004 a 2007. Uma leitura importante para o meu reposicionamento dentro da função que eu ocupava, e que indicava um caminho a ser trilhado no campo da experiência da deficiência, de modo que as práticas de exclusão e institucionalização fossem ultrapassadas:

“Esta pesquisa é apenas um passo rumo à superação do olhar e das práticas que alijam – mas é um passo. Caminhando nesta direção, é importante ajustar nossa visão, desconstruindo (ou buscando “desnaturalizar”) as práticas discursivas que aglutinam em torno da experiência da deficiência e dos transtornos mentais graves os sentimentos de rejeição, de pena e de medo, pois que são efetivos entraves a uma perspectiva de mudança do olhar. Se nossas reflexões contribuírem para este movimento e inspirarem outros, teremos realizado nosso intento.” (Ciesp, 2008, p.13)

O trecho trazido ressalta a importância de um ponto que tem sido debatido atualmente, a saber, a necessária mudança discursiva que existe na sociedade em torno da representação social da deficiência.

Na minha atuação profissional na AFAC, os museus mostraram-se um lugar possível para um trabalho conjunto. A busca por uma atuação extramuros possibilitou que algumas ações pudessem ser pensadas e realizadas num espaço público e aberto à convivência comunitária, com alguns resultados importantes, como por exemplo, a ampliação de perspectivas por parte de algumas pessoas que passavam pelo processo de reabilitação após a perda gradual ou total da visão. Segundo as normativas do Ministério da Saúde, e da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída através da Portaria nº 1.060, de 5 de junho de 2002, os programas dos CER

² Irene Rizzini é professora do Departamento Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e presidente do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESP/PUC-Rio).

tem como objetivo final a melhoria da qualidade de vida e a promoção da participação social dos usuários:

“A habilitação/reabilitação da pessoa com deficiência compreende um conjunto de medidas, ações e serviços orientados a desenvolver ou ampliar a capacidade funcional e desempenho dos indivíduos, tendo como objetivo desenvolver potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia e participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. A habilitação/reabilitação prevê uma abordagem interdisciplinar e o envolvimento direto de profissionais, cuidadores e familiares nos processos de cuidado.” (Ministério da Saúde, site [Saúde da Pessoa com Deficiência — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br))

Ao considerar as definições sobre a deficiência estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de julho de 2015, como o efeito da interação entre impedimentos que “são condições presentes nas funções e estruturas do corpo” e as barreiras que podem ser “urbanísticas, arquitetônicas, barreiras nos transportes, comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas” (Brasil, 2015), a mesma pode ser percebida “pela experiência de obstrução do gozo pleno e efetivo na sociedade em igualdade de condições” (idem). O conceito de deficiência, no entanto, traz consigo um rastro histórico de construções, desconstruções e ambiguidades.

Ao propor uma Sociologia da Deficiência, Marco Gavério (2021), cientista social com deficiência física, observa a complexidade e os conflitos existentes na compreensão do termo “deficiência” ao longo do século XX:

“[...] é plausível sociologicamente analisarmos a deficiência como um descritor objetivo de “falhas corporais” (impairment) ou como um “problema de funcionamento da estrutura social” (disability) que oprime determinados indivíduos. Contudo, é imprescindível observar e pesquisar criticamente a ideia da deficiência, seja como ‘natureza’ ou ‘cultura’, a colocando como uma “categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1998) das relações sociais que garantem a “inclusão” e autorreconhecimento de certos indivíduos como “excluídos” das dinâmicas sociais.” (Gavério, 2021, p.584)

O autor defende que “a própria distinção entre o que seria da alçada médica e o que seria da sociedade não é tão fácil de ser apreendida e até mesmo pode ser um ‘falso problema’” (Gavério, 2021, p. 585). Nesse caso, perceber a deficiência enquanto

uma categoria de análise, a torna um conceito estratégico por possibilitar a alguns indivíduos o acesso a nomeações oficiais médico-sociais, além da possibilidade de ser considerado um termo político-identitário (Gavério, 2021). E esse auto reconhecimento enquanto um ato político-identitário, nos leva a supor a importância de uma representatividade na esfera social e cultural, que possa impulsionar a busca por melhores condições de vida por parte das próprias pessoas com deficiência.

A partir deste contexto, chegamos ao momento de construção de políticas públicas de cultura no Brasil. As políticas públicas culturais implementadas pela esquerda nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 2002, ampliaram o conceito de cultura³ e traduziram em ações a perspectiva da democratização e da cidadania cultural (Dorneles, 2011). Compreender os processos culturais como parte fundamental para as questões de identidade no mundo pós-moderno, mobilizou gestores e movimentos sociais da área cultural para novas ações em prol da democracia e da diversidade, incluindo os grupos de pessoas com deficiência. Desta forma, considera-se que a cultura, num sentido mais amplo, contribui como um contraponto ao processo de globalização que tende à homogeneização, valorizando, assim, o que é plural e diverso (Dorneles, 2011).

Durante o processo de construção da PNC, a Secretaria da Identidade e da Diversidade (SID), vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) promoveu espaços, oficinas e ações participativas com grupos específicos, incluindo artistas com deficiência. Foram estes artistas que levantaram a pauta sobre a necessidade de enfrentamento das barreiras no acesso à cultura em geral, ponto básico que ainda não havia recebido a devida atenção no âmbito das políticas públicas até então.

Tal movimento promoveu e fomentou o desejo de participação, fruição e produção cultural pelas pessoas com deficiência, resultando numa mobilização social e política, impulsionadas pela implementação de novas legislações que resultaram em ações, práticas e produções acadêmicas e artísticas por essas pessoas.

É a partir desse contexto, que no presente trabalho propõe-se que a Acessibilidade Cultural seja compreendida como um campo em construção, que

³ Naquele período, Gilberto Gil, enquanto ministro da cultura, defendeu um conceito de cultura dito “antropológico”, em que o Estado teria um papel mais ativo com ênfase na sociedade através de processos democráticos. O ministro considerava que formular política cultural também é fazer cultura. É possível saber mais no documento ‘Políticas Culturais no Brasil’ disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

ressalta “o direito de vivenciar experiências de fruição cultural com igualdade de oportunidades para diversos públicos” (Dorneles et al, 2018, p.138) com ênfase na democratização e na democracia cultural.

Entretanto, apesar dos avanços, persiste uma disparidade entre o que está na lei e o que se faz na prática, apontando para a necessidade constante do fortalecimento e qualificação da pauta da cidadania cultural das pessoas com deficiência junto às políticas culturais (Dorneles et al, 2018). A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 provocou um desmonte das articulações políticas em prol da cultura, o que já vinha sendo sinalizado pelo cenário hostil à diversidade cultural e artística do governo de Michel Temer, após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2014. Além de extinguir o Ministério da Cultura, retirando o protagonismo do Estado no campo cultural, o Governo Bolsonaro iniciou restrições de fomento às políticas culturais, e até mesmo a censura de projetos que fossem contrários a uma agenda conservadora e tradicional defendida pelo seu governo (Sara et al, 2021).

Ainda assim, no contexto internacional documentos de referência em prol da garantia de direitos como a Declaração da Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (ONU, 2005) e a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2005) seguem amparando ações em prol da justiça social para todos. Porém, esse «para todos» engloba uma série de dificuldades, pois a diversidade humana com suas demandas específicas, a diversidade cultural e a singularidade de cada sujeito com as particularidades de sua história, não permitem que essa proposta coletiva seja sem tensionamentos.

As grandes mudanças políticas e as transformações sociais estão atreladas a movimentos menores realizados por forças micropolíticas e pelas miudezas do corpo a corpo no dia a dia de pessoas com desejo de mudança, seja nos seus cotidianos ou nas suas atuações profissionais. Suely Rolnik (2020) aponta para a importância de pensarmos essas sutilezas micropolíticas:

“[...] fica evidente que não basta subverter a ordem dos lugares destinados a cada um dos personagens em jogo na cena das relações de poder (insurreiçãomacropolítica), é preciso abandonar os próprios personagens e as suas políticas de desejo (insurgênciamicropolítica), inviabilizando assim a continuidade da própria cena.” (Rolnik, 2020, p.90)

A psicanalista sustenta que as lutas políticas em prol de uma distribuição mais igualitária dos lugares nos âmbitos social, econômico e político são indispensáveis, mas devem ir além:

“[...] o problema é que ao limitar-se a ela deixa de fora a esfera micropolítica: uma esfera das formações do inconsciente no campo social que definem os modos de existência e às quais correspondem uma certa política dominante de subjetivação e a respetiva política de desejo (relembrando que tais micropolíticas constituem a base existencial de todo e qualquer regime sociopolítico-econômico-cultural).” (Rolnik, 2020, p.91)

Rolnik fala em condição de possibilidade de uma «resistência micropolítica» como forma de sustentar o mal-estar que gera a introdução de uma diferença, uma ruptura ou uma mudança nos processos de subjetivação (Rolnik, 2020). Para Rolnik (2020) entender a natureza micropolítica do mal-estar que nos habita, pode ajudar na construção de “estratégias coletivas de fuga e de transfiguração” (Rolnik, 2020, p.92). Para a psicanalista, poder sustentar-se nessa tensão imposta pelos limites da língua, corresponde a uma micropolítica ativa do desejo, cuja ação estrutura-se nos movimentos paradoxais do inconsciente pulsional, levando a respostas inabituais e à invenção de algo novo:

“[...] uma ideia, uma imagem, um gesto, uma obra de arte, entre outros; mas também com um novo modo de existência, de sexualidade, de alimentação, uma nova maneira de relacionar-se com o outro, com o trabalho, com o Estado ou com qualquer outro elemento ao redor.” (Rolnik, 2020, p.52)

Nessa mesma direção, Vladimir Safatle em seu livro «Em um com o impulso» (2023) traz reflexões sobre a relação entre a experiência estética e a emancipação social. Para ele há algo de um não reconhecimento fundamental e estrutural no processo civilizatório, onde a arte no sentido de uma experiência estética se caracteriza como o que surge ali, onde tem um povo que falta. Ou seja, a experiência estética surge como o motor de insubmissão e de mudança estrutural do modo como as coisas se apresentam no presente. Como a possibilidade de reconfiguração de afetos e percepções.

Indo por esta mesma direção, Alves & Moraes (2019) propõem o conceito de acessibilidade estética para destacar a importância do encontro na experiência de fruição nos espaços de cultura e museus. As autoras, uma mulher cega e uma mulher sem deficiência, ressaltam a importância da experiência do encontro, da mediação e da troca, tendo como ponto de partida o corpo (Alves & Moraes, 2019). Segundo as autoras, a experiência do encontro possibilita a criação de novas memórias e a transformação pessoal dos envolvidos:

“A acessibilidade estética separa a experiência da informação (Alves, 2016; Carijó, Magalhães & Almeida, 2012; Kastrup, 2010). Os manuais, em geral, têm servido como um dispositivo de informação como garantia de uma trajetória incerta, de uma trajetória que é feita no encontro COM o outro e não SOBRE ou PARA o outro somente. Fato é que os manuais não tratam de histórias, os guias não tratam de histórias, eles tratam do que está pronto e histórias não estão prontas.” (Alves & Moraes, 2019, p.2)

As autoras destacam os espaços de cultura e museus como lugares de partilha, encontro e experimentação.

A perspectiva do museu como depositário de objetos a serem contemplados por representar verdades universais, vem sendo desconstruída desde as ações que levaram ao reconhecimento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) pelo International Council of Museums (ICOM) na década de 1980. Junto aos processos de descentralização e democratização da cultura na década de 1990, o movimento desencadeou a Museologia Social e o estabelecimento mais atual da Sociomuseologia, enquanto uma escola de pensamento, cujo foco recai sobre as pessoas e suas relações com a sociedade (Bruno, 2020).

Sendo assim, algumas questões se colocam quando pensamos na relação das pessoas com deficiência e os museus. Apesar dos avanços a nível internacional, no que refere aos direitos das pessoas com deficiência, poucos museus de fato investem na experiência da deficiência. Seja acessibilizando os seus espaços e conteúdos, promovendo ações inclusivas, mas menos ainda, incluindo pessoas com deficiência em tomadas de decisão. Patrícia Roque Martins (2015) em sua pesquisa de doutoramento sobre a função social e inclusiva do museu em relação aos públicos com deficiência, aponta as controvérsias deste campo de estudo:

“O aumento da sensibilização para o tema trouxe agregado o aumento das boas intenções no espaço do museu por vezes demonstradas pela consulta de pessoas com deficiência/incapacitadas, procurando conhecer os seus pontos de vista sobre determinadas questões de acesso. Contudo, estas diligências parecem produzir resultados pouco satisfatórios ao nível da participação dos públicos com deficiência/incapacitados e do sucesso das suas experiências em museus.” (Martins, 2015, p.9)

Considerando a cultura da diversidade e o caráter dinâmico das instituições museológicas e da sociedade, Martins (2015) conclui em sua pesquisa que ao efetivar a função de promover a inclusão social, o próprio museu, a partir de suas múltiplas funções, pode tornar-se uma entidade capacitante.

Em atenção a essas considerações, no presente trabalho coloco-me algumas questões de partida: cabe aos museus serem entidades capacitantes? Quais são os maiores desafios, hoje, para que os museus possam promover a inclusão e a participação social de pessoas com deficiência visual em seus espaços? Que contribuições a perspectiva da Sociomuseologia pode oferecer para pensarmos e agirmos com a experiência da deficiência nos museus? A experiência de pessoas com deficiência visual em museus pode contribuir na discussão dessas problemáticas?

Objetivo geral da investigação

A proposta deste trabalho é destacar a relevância da articulação entre a Sociomuseologia e a Acessibilidade Cultural. Para tanto, parte da relação entre profissionais cegos e com baixa visão e os museus, para propor algumas reflexões sobre o papel dessas instituições e o seu compromisso social no que tange à temática da inclusão.

Objetivos específicos da investigação

- Apontar as interfaces entre a Sociomuseologia e a Acessibilidade Cultural;
- Discutir e avaliar os impasses nos processos de participação e formação de público de pessoas com deficiência visual nos museus;

- Difundir iniciativas que incorporem pessoas com deficiência visual, enquanto profissionais nos processos de construção expográfica e demais ações museológicas;

Metodologia

A presente investigação é de base qualitativa. Escolha que se fundamenta por possibilitar um maior contato com as significações das ações e relações humanas, pois "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 1996, p.22).

Entendo que o meu percurso profissional perpassa diferentes setores e instituições relacionados ao campo da deficiência, o que possibilita um olhar privilegiado para as tensões que se colocam em torno da prerrogativa atual de inclusão e participação social. No que refere à Museologia, desde a minha aproximação com os museus em 2017, venho aprendendo, lendo e atuando com esses espaços. Ao longo desse tempo, participei de eventos e ações neste campo, e que a partir do ingresso neste mestrado intensificaram-se, inclusive com a constituição do grupo de estudos Sociomuseologia e Acessibilidade Cultural da Cátedra UNESCO 'Educação, Cidadania e Diversidade Cultural', do qual fui co-coordenadora desde o seu início em março de 2021 até julho de 2023. Sendo assim, considero as memórias dessas vivências e experiências profissionais como parte deste percurso investigativo.

No entanto, considero que as entrevistas realizadas nesta investigação complementam de forma fundamental este trabalho, por trazerem as perspectivas de pessoas com deficiência visual que realizam ou já realizaram atividades profissionais junto a museus. Suponho que a vivência e experiência junto a esses espaços possibilita a esses profissionais uma melhor compreensão do que representam os museus, tanto do ponto de vista institucional, quanto como espaços possíveis de inclusão e participação social. A ideia é poder perceber quais os caminhos e estratégias possíveis para que essa aproximação se realize, tendo em conta que as pessoas com deficiência visual ainda são consideradas público improvável nesses espaços, tanto pelas equipes dos museus quanto pela sociedade de modo mais geral.

Foram entrevistados cinco profissionais com deficiência visual. Leonardo Oliveira, Rafael Braz, Eduarda Emerick, Márcia Bamberg e Leandro Pereira. As entrevistas com Leonardo e Eduarda foram realizadas presencialmente no mês de setembro de 2022, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. As outras quatro foram realizadas através de ligações de áudio, previamente agendadas, numa plataforma online no mês seguinte, em outubro de 2022. Os entrevistados e entrevistadas autorizaram a divulgação das informações na publicação deste trabalho, incluindo as suas identificações.

No início de cada entrevista fiz uma breve apresentação sobre o tema da investigação que é a interface entre o campo da Acessibilidade Cultural e o campo da Sociomuseologia no que diz respeito aos desafios em relação à promoção da participação de pessoas com deficiência visual nos museus. O roteiro da entrevista contou com nove perguntas semi-abertas na tentativa de abarcar o contexto socioeconômico dos entrevistados, o percurso percorrido por eles na aproximação com os museus em geral, e as suas experiências e interpretações pessoais nesses espaços, sendo elas:

- Como aconteceu a aproximação com o museu em que trabalha/trabalhou?
- Qual a sua relação com os museus antes desse trabalho?
- Conte-me um pouco sobre o seu contexto sócio-econômico e a sua formação e atuação profissional.
- Quais as maiores dificuldades encontradas no trabalho com o(s) museu(s)?
- O que você pensa sobre a participação de pessoas com deficiência visual em museus?
- O que você entende por participação plena nos museus?
- A partir da sua experiência, quais são os maiores desafios e dilemas a serem enfrentados para a efetivação da participação e presença de pessoas com deficiência nos museus, e quais as estratégias possíveis para avançarmos nessa questão?
- Você considera importante a presença de pessoas com deficiência nos museus? Por quê?
- Você tem alguma experiência boa ou ruim com museus que queira

compartilhar?

Embora Leonardo Oliveira esteja entre os entrevistados, vale ressaltar que o considero um informante-chave, peça fundamental para as reflexões trazidas e para a minha auto-análise neste processo. Em 2018, na mesma época em que havia uma busca minha pelos espaços de cultura para a realização das ações com os usuários da AFAC, Leonardo buscou a instituição para ofertar uma visita guiada pelo Programa Bonde da História no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. Leonardo, educador museal e pessoa cega, contribuiu efetivamente para a minha compreensão sobre a importância da representatividade, da emancipação social e do museu enquanto aliado em potencial nos processos inclusivos de pessoas com deficiência, sem desconsiderar as necessidades específicas destas no contexto de uma sociedade construída e atravessada por um discurso corponormativo e pautado na ideia de normalidade.

Márcia Moraes (2010), psicóloga e investigadora no campo dos Estudos da Deficiência, numa perspectiva feminista e emancipatória em interface com a Psicologia, propõe como método o «pesquisarCOM» (Moraes, 2010). Segundo a autora, essa direção de trabalho indica que o que move a pesquisa é a afirmação da possibilidade de intervir no cenário da deficiência visual, tomando as pessoas cegas e com baixa visão como experts e parceiras na construção do conhecimento (Moraes, 2010, p.42). Segundo Moraes:

“O pesquisar com o outro implica uma concepção de pesquisa que é engajada, situada. Pesquisar é engajar-se no jogo da política ontológica. Que realidades produzimos com nossas pesquisas? Seguir os modos de ordenar a deficiência visual, acompanhar as versões de deficiência que são feitas (enacted) cotidianamente, seguir as pistas que tais versões abrem, trilhar pelas bifurcações, pelas variações, eis alguns dos pontos que norteiam o pesquisar com o outro e não sobre o outro.” (Moraes, 2010, p.42)

Márcia Moraes afirma ainda, que trata-se na verdade de um compromisso em subverter a concepção da deficiência como falta a ser reparada, e que essa subversão se faz nas práticas em si. Pois é ali, onde as múltiplas concepções de deficiência são encenadas, que um encontro disponível nessa direção pode possibilitar uma transformação e abrir possibilidade de novas realidades. (Moraes, 2010, p.43). Vale ressaltar que a perspectiva feminista e emancipatória nos estudos da deficiência, se

refere, em sua gênese, ao feminismo negro que rompe com a opressão ao lado da luta por justiça social de forma interseccional. Ou seja, de modo que possa considerar as formas de opressão subjacentes às questões de raça, gênero, classe e capacidade (Gesser, Block & Mello, 2020).

Sendo assim, a escolha por escutar os profissionais com deficiência visual, tem também o intuito de subverter a ideia de que quem está privado do sentido da visão não vai a museus, ou quando muito, é um visitante que talvez não tenha muito o que fazer por lá. É, pelo contrário, a afirmação de que a experiência da deficiência visual como uma diferença, pode contribuir com o que não é percebido ou levado em conta pela experiência de quem vê com os olhos, de forma que esses espaços possam tornar-se ainda mais interessantes e potentes.

Considero importante dizer ainda, que optei, no início do primeiro capítulo deste trabalho, por dar ênfase a algumas reflexões contemporâneas sobre a concepção de humano que auxiliam na condução da minha investigação. Considero que esta questão não é irrelevante, e pode inclusive mudar a direção de um trabalho de forma sutil e nem sempre perceptível. Levando em conta a minha formação de base em Psicologia e a fundamentação teórico-metodológica com a qual trabalho que é a psicanálise de orientação lacaniana, considere importante problematizar a ideia de indivíduo e de humanidade que no senso comum pode passar despercebida e dada como natural.

A releitura que Lacan faz do «Inconsciente Freudiano», que o mesmo aponta ser na verdade um retorno ao ineditismo das ideias de Sigmund Freud e seus conceitos fundamentais, foi possível a partir do contato com outros campos do conhecimento como a Linguística de Ferdinand de Saussure, e o Estruturalismo do antropólogo Lévi-Strauss, como por exemplo, a obra ‘O Pensamento Selvagem’ (Strauss, 1962). A aproximação de Lacan com essas outras áreas do conhecimento, contribuiu para as suas formulações e possibilitaram uma relação mais clara entre o inconsciente proposto pela psicanálise, instância singular para cada sujeito; e o social, instância coletiva, a partir da qual cada sujeito, um a um se constitui e está em constante relação, tendo em consideração o seu aforismo “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1964/1998, p.25)⁴.

⁴ Importa também ressaltar que o Inconsciente da Psicanálise não é o Inconsciente Coletivo da Psicologia Analítica de Gustav Jung.

Ainda no campo da psicanálise, Suely Rolnik é trazida como referência pelo seu engajamento no campo político e social em prol dos processos micropolíticos revolucionários e pela sua proposta de descolonização do inconsciente, através da crítica a uma ‘psicologia do eu’⁵, a qual nomeia de: uma ciência do inconsciente colonial-capitalístico (Rolnik, 2020).

Sendo assim, a escolha de autores aparentemente tão distantes em suas áreas de conhecimento, como Jacques Lacan, Donna Haraway e o ativista indígena Ailton Krenak, se justifica pela crítica compartilhada à noção de indivíduo, em sua concepção atravessada pelo discurso capitalista, por um pensamento hegemônico universalizante e pela tendência a um reducionismo evolucionista e biologizante da vida. Junto deles, outros autores de referência para a Sociomuseologia como Paulo Freire e John Dewey, ajudam a compor as reflexões iniciais sobre especificidades da experiência humana.

No campo da Museologia, Judite Primo, Mário Moutinho, Marcelo Cunha, Mário Chagas, Maria Cristina Bruno, Maria Célia Santos e Bruno Brulon são trazidos como referências principais. E para pensar o campo do acesso à cultura, Camila Alves (2020), psicóloga, psicoterapeuta e mulher cega que atuou em um espaço de cultura, é a referência que se destaca pela sua proposição reiterada de um pensar além das acessibilidades necessárias enquanto tecnologias assistivas. E por reafirmar a experimentação estética como o encontro entre corpos mediados por histórias inacabadas, numa empreitada entre humanos e não-humanos em que se “toma efetivamente o outro como expert” (Alves, 2020, p.88).

Patrícia Roque Martins, Virgínia Kastrup e Amanda Tojal ajudam a compor as reflexões mais específicas no campo da acessibilidade e inclusão em museus, por destacarem a importância da participação, da representação social e da experiência estética nos processos inclusivos junto a esses espaços. Portanto, sem abrir mão da especificidade que aqui me localiza, me sirvo da interdisciplinaridade proposta pela Sociomuseologia na composição deste trabalho. As referências trazidas para esta

⁵ No campo da psicanálise mais geral, há uma crítica em relação aos pós-freudianos, principalmente os que migraram para os Estados Unidos da América e que institucionalizaram a psicanálise com uma série de regras técnicas, cuja direção de trabalho foca-se na análise das resistências, fortalecimento do ‘eu’ e na identificação do analisante com o analista. Jacques Lacan foi um dos psicanalistas que teceu seu ensino a partir de críticas a esse modelo propondo um ‘retorno a Freud’ e seus princípios fundamentais.

investigação são aquelas que dialogam com a concepção da experiência humana com a qual me proponho a trabalhar.

1. ENTRE REDES, MUROS E PAREDES

Foi-se a ideia de que cada um deixa sua pegada individual no mundo; quando eu piso no chão, não é o meu rastro que fica é o nosso.

Ailton Krenak

Este primeiro capítulo pretende verificar quais são os pontos de articulação entre a perspectiva da Sociomuseologia e o campo da Acessibilidade Cultural, de modo a ressaltar as suas interfaces. A proposta é iniciar com uma problematização a respeito da concepção de humano e humanidade destacando a interdependência como um ponto central das relações no mundo.

1.1. A EXPERIÊNCIA HUMANA: O QUE SOMOS?

O que somos? A questão aparece na voz de Ailton Krenak durante uma obra audiovisual intitulada «Flecha 1 - A Serpente e a Canoa»⁶ que faz parte de uma série de curta-metragens que versam em torno dos temas investigados no projeto «Selvagem Ciclo de Estudos», cuja orientação é do ativista indígena Krenak. Seguindo o fio de teorias científicas contemporâneas e memórias de culturas ancestrais, a série faz uma costura entre saberes indígenas e hipóteses científicas sobre o surgimento da Vida:

“Selvagem é uma experiência cognitiva para que sejam criadas outras perguntas e, principalmente, para a escuta das narrativas pluriversais de diversas tradições.

Nesse aspecto, convocamos também as perspectivas da ciência e da arte para compor uma roda de troca de saberes.

Vivemos um tempo de saturação do sistema da monocultura, e é por isso que o Selvagem se constitui como um ciclo de estudos sobre a vida.

Porque é urgente e necessário ampliar nossa capacidade de respiração, a área de oxigenação para a diversidade.” (Selvagem, 2021, s.n.)

Em seu livro «A vida não é útil» de 2020, Ailton Krenak propõe uma ampliação do significado do que se entende por humanidade. Ao falar de humanidade, ele não se refere apenas ao «Homo sapiens», mas a todos os seres, incluindo os não

⁶ Link para o vídeo: [FLECHA 1 - A SERPENTE E A CANOA - YouTube](#)

humanos. Para Ailton Krenak, nós humanos, a quem ele chama no livro, de humanóides, somos “uma espécie de ameba gigante” (Krenak, 2020, p.9). Uma praga do planeta pelo seu histórico de devastação de tudo que está ao redor.

Para o ativista indígena, a Modernidade considera humano: “esse clube exclusivo da humanidade - que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições” (Krenak, 2020, p.10). Em seu livro, o ativista indígena nos lembra de nossa vulnerabilidade em contraposição a ideia ilusória de poder e superioridade de alguns que leva à devastação do que está ao redor. Em sua crítica à essa noção de humanidade, Ailton Krenak (2020) destaca:

“É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade - alguns de nós fazemos parte dela.” (Krenak, 2020, p.10)

No livro «Os infames da história - pobres, escravos e deficientes no Brasil» (2015/2009), Lilia Lobo⁷ destaca as relações e a conjuntura que instituíram as categorias da deficiência no país. Ao historicizar a sociedade brasileira, Lobo contextualiza como foram sendo construídas as representações das «monstruosidades» na sociedade colonial, das «degenerescências», a partir da eugenia e racismo científico nos séculos XIX e XX, e dos «alienados» institucionalizados no Hospício nas ações de controle e normatização da infância e da pobreza no Brasil republicano (Lobo, 2015/2009). Esses tempos, ressaltados por Lilia Lobo (2015/2009), apontam para o modo como se deram as construções das narrativas discursivas e representações desses grupos, bem como as experiências e ações que contribuíram para que os mesmos fossem relegados às margens da sociedade.

Na contemporaneidade, capacitismo⁸ é o termo utilizado para referir a discriminação e opressão sofrida pelas pessoas com deficiência. Discriminação que parte de pressupostos de normalidade de um corpo padrão, que envolvem sentimentos

⁷ Lilia Ferreira Lobo é professora associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi professora de crianças surdas e psicóloga no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: genealogia, criança, norma, anormalidade, deficiência, educação e análise institucional.

⁸ ‘Ableism’ em inglês.

de pena, subestimação de aptidões e potencialidades, além da supervalorização de tarefas cotidianas básicas realizadas por pessoas com deficiência. Anahí Guedes, antropóloga surda, feminista e ativista (2020) complementa:

“O capacitismo impede a consideração de que é possível andar sem pernas, ouvir com os olhos, enxergar com os ouvidos e pensar com cada centímetro de pele que possuímos. O capacitismo também é essa forma hierarquizada e naturalizada de conceber qualquer corpo humano como algo que deve funcionar, agir e se comportar de acordo com a biologia.” (Mello, 2020, p.25)

A ideia de normalidade que inaugura também o seu oposto, a anormalidade, é concomitante ao conceito biológico de uma espécie humana. Uma construção datada do séc. XIX no contexto da Ciência Moderna que tem por base uma ideia evolucionista. Neste sentido, a sub-humanidade apontada por Krenak como sobras de um progresso idealizado da humanidade, contempla também essas categorias que acabam nas margens⁹. Pois elas carregam o peso dessas representações, que acabam por excluir o que é considerado diferente, menos importante ou fora da norma.

Assim como Ailton Krenak, Donna Haraway (1985) também faz uma crítica ao conceito de espécie humana. Para a autora, esta categorização inventada pela Ciência Positivista Moderna traria em sua própria origem a ideia de pureza, evolução e superioridade (Haraway, 1985). Uma visão que se conecta com o próprio conceito de desenvolvimento, tendo por base a biologia. Haraway (1985) traz a ideia do ciborgue em contraponto à ideia de humano. O mito do ciborgue, enquanto metáfora, já traria na sua própria constituição a impureza, por ser mistura. Desta forma, Haraway se afasta da ideia do humano convencionado pelo pensamento ocidental, se afastando, também, da concepção de Natureza deste mesmo pensamento. Haraway, para tanto, propõe quatro deslocamentos a partir dessa lógica: pós-humanismo no lugar de humanismo; hibridez no lugar de higidez; conexão no lugar de higiene; e interferência no lugar de pureza (Haraway, 1985).

⁹ Alexandre Ferreira utiliza o termo sócio-acêntrico para nomear os segmentos sociais que incluem os grupos com pouca representação social, econômica e política. O autor considera que o termo sócio-acêntrico “possibilita um entendimento mais apropriado da diversidade na contemporaneidade” (Ferreira, 2012, p.3), pois permite expor com mais precisão a contextualização histórica e o entendimento do que se pretende nomear, independentemente de quantidade. Ou seja, grupos e segmentos sociais que ainda não consolidaram uma representação e participação igualitária na sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência. O termo substitui outros como: marginalizados, minoritários, minorias.

Sigmund Freud tem uma ideia parecida em relação ao humano. Em 'O Mal-Estar na Civilização' de 1930, o médico vienense nomeou de culturais todas as atividades e recursos úteis aos homens, bem como todas as ações que serviriam para protegê-lo do poder da natureza e ajustar os seus relacionamentos mútuos. Segundo o inventor da Psicanálise, foi a partir da utilização de ferramentas que o homem passou a controlar e desbravar novos caminhos. Freud diz que "através de cada instrumento, o homem recria seus próprios órgãos, motores ou sensoriais, ou amplia os limites de seu funcionamento" (Freud, 1997/1930, p.43). A partir daí, exemplifica as várias invenções humanas que potencializam e amplificam as capacidades de seus próprios órgãos:

"Na câmara fotográfica, criou um instrumento que retém as impressões visuais fugidias, assim como um disco de gramofone retém as auditivas, igualmente fugidias; ambas são, no fundo, materializações do poder que ele possui de memorização, isto é, sua memória. Com o auxílio do telefone, pode escutar a distâncias que seriam respeitadas como inatingíveis mesmo num conto de fadas. A escrita foi, em sua origem, a voz de uma pessoa ausente." (Freud, 1997, p.43)

Em meio à ascensão nazista e os novos conflitos iminentes na Europa, Freud (1997/1930) passa a conjecturar sobre o futuro, observando que com essas invenções 'o homem' tornou-se um 'Deus de prótese', cuja semelhança aumentaria ainda mais ao longo do tempo, embora observasse que esse poder não lhe garantiria a felicidade, sendo este o objetivo inalcançável da civilização. Assim, Freud (1997/1930) reflete sobre a especificidade humana que estaria diretamente relacionada com um tempo mítico de organização social e cultural. A justiça e as leis que poderiam assegurá-la estariam na base das relações, onde 'o poder do indivíduo' estaria submetido ao 'poder da comunidade'. Esse momento mítico do surgimento dos primeiros acordos sociais, e do que se entende por humanidade, também seriam observados em cada sujeito humano, um a um, na constituição do seu aparelho psíquico (Freud, 1930/1997). O 'mal-estar' teria sua principal fonte nesse des(arranjo), nesse des(ajuste), como uma perda inaugural em sua própria constituição psíquica, marcada pelo conflito e pela palavra compartilhada.

Portanto, as propostas de humanização existem, justamente porque humanizar-se faz parte da constituição de todo 'ser' da nossa espécie. Em seu texto sobre o conceito de sujeito do ponto de vista da psicanálise, Luciano Elia (1997) afirma

que as marcas simbólicas e os investimentos libidinais por um cuidador são fundamentais para a própria constituição de cada sujeito falante. Um sujeito humano, para chegar a fazer uso da linguagem e do laço social, precisa antes ser falado, imaginado, investido por um outro cuidador, pois "para a psicanálise, sobretudo a partir da reelaboração que Lacan empreendeu dos textos freudianos, o sujeito¹⁰ só pode ser concebido a partir do campo da linguagem" (Elia, 1997, s.p.):

“Embora Freud não se refira explicitamente a isso, todas as suas elaborações teóricas sobre o inconsciente, nome que delimita o campo primordial da experiência psicanalítica do sujeito, o estruturam como sistema quer de representações (Vorstellungen), de traços de memória (Erinnerzeichen), de signos de percepção (Wahrnehmungszeichen), que se organizam em condensação e deslocamento. Ora, uma teoria como essa exige, metodologicamente, a referência a uma ordem simbólica, a um sistema de articulação de elementos materiais simbólicos, ou seja, à linguagem. Não seria possível sustentar o funcionamento do sistema inconsciente, tal como Freud o propõe, com referenciais não-simbólicos de estatuto biológico — neurológicos, por exemplo — e tampouco com referenciais não-materiais de estatuto “psicológico”, que, quando tomados em sua suposta autonomia, acabam por reduzir-se a seu suporte metafísico: “o pensamento”, “a alma”, “a razão”, entre outros. O inconsciente freudiano exige, portanto, um suporte metodológico que o situe, no plano conceitual, em relação a dois estatutos: ele deve ser material (a psicanálise é um saber materialista) e, ao mesmo tempo, simbólico (a psicanálise não é uma biopsicologia).” (Elia, 1997, s.p.)

A concepção psicanalítica da condição de ‘ser’ um humano, aquele que se constitui como um sujeito a partir do campo da linguagem, o campo dos significantes¹¹, desvirtua a concepção de indivíduo, cuja nomenclatura deixaria implícita uma unidade indivisível e completa em si mesma. A descoberta do inconsciente por Freud (1917),

¹⁰ No texto referido, Luciano Elia delimita o campo da psicanálise, como o campo do sujeito do inconsciente. Para isso, afirma que esse sujeito é o mesmo sujeito da Ciência Moderna. O sujeito dividido que surge com a emergência dessa ruptura entre uma episteme antiga e a ciência moderna pautada pela prevalência na razão e na ideia de universalidade, mas do qual a própria ciência não quer saber ou se ocupar. É o sujeito que escapa ao saber científico.

¹¹ Tendo por base a teoria do linguista Ferdinand de Saussure, Jacques Lacan propõe uma leitura própria do conceito de significante. Para o linguista Saussure, o significante (imagem acústica) está necessariamente atrelado a um significado ou conceito, compondo um signo linguístico. Para Lacan, um significante não está atrelado a um significado específico, ou seja, em si mesmo não significa nada, mas produz significação quando articulado a outros significantes numa cadeia associativa. Em um de seus aforismos, Lacan afirma que um significante é o que representa um sujeito para outro significante, enquanto um signo é o que representa algo para alguém. Essa proposição permite perceber que o sujeito do ics é efeito de significação, portanto não é redutível à uma definição específica, remetendo mais a um inacabamento do que à ideia de completude e indivisibilidade que a ideia de indivíduo pressupõe.

segundo ele mesmo, teria sido a terceira grande ferida narcísica da humanidade moderna, ao considerar que o 'eu' não é senhor em sua própria casa. Segundo Freud, a primeira ferida narcísica da humanidade moderna teria sido a descoberta de Nicolau Copérnico de que a Terra não é o centro do universo, e a segunda seria a afirmação de Charles Darwin de que a espécie humana é mais uma dentre todas as outras.

Neste sentido, o 'eu', para a psicanálise, é considerado uma instância virtual, ficcional, que permite uma ilusão de totalidade a partir de uma imagem corporal. Uma instância primordial para as relações de reconhecimento de si mesmo no mundo e no laço social, embora estas sejam a ponta de um grande 'iceberg', cuja imensidão não é alcançável de forma consciente. Há nesta concepção um ponto de não-reconhecimento e de um não-saber constitutivo a cada sujeito, que escapa aos seus pontos de identificação em que este é capaz de se reconhecer e fazer laço social, a partir de um repertório de imagens e representações.

Suely Rolnik (2020), enquanto psicanalista, considera Sigmund Freud um ancestral que deve ser reverenciado pela sua coragem e perspicácia de inventar um ritual, a prática da psicanálise, como um fazer que se propõe a reconectar a palavra ao saber do vivente. Freud, um neurocientista no auge da Ciência Moderna, percebeu a partir dos sintomas histéricos, que havia uma ruptura entre o saber que emerge e ressoa de um corpo, e a racionalização consciente preconizada através do saber científico moderno, pretensamente universal. Foi neste momento que a psicanálise de Freud surgiu enquanto uma práxis, uma 'talking cure', uma cura através da fala, como afirmou uma das pacientes de seu colega, o Dr. Joseph Breuer.

Rolnik (2020) cita os Guarani, cuja língua carrega a ontologia desse funcionamento inconsciente:

"Para os Guarani, tais necessidades são óbvias, como nos faz ver a sua própria língua. A garganta chamam *ahy'o*, mas também *ñe'e rarity*, que significa literalmente "ninho das palavras-alma". É porque eles sabem que embriões de palavras emergem da fecundação do ar do tempo nos nossos corpos na sua condição de viventes e que, nesse caso, e só nele, as palavras têm alma, a alma dos mundos atuais ou em gérmen que nos habitam nesta nossa condição. Que as palavras tenham alma e a alma encontre as suas palavras é tão fundamental para eles que consideram que a doença, seja ela orgânica ou mental, vem quando estas se separam - tanto que o termo *ñe'e*, usado para designar "palavra", "linguagem", e o termo *anga*, usado para designar "alma", significam ambos "palavra-alma". (Rolnik, 2020, p.27)

Rolnik fala em um regime de inconsciente colonial-capitalístico que surge no final do século XV. Um modo de subjetivação que segundo a psicanalista, tem se sofisticado a partir da viragem do século XIX para o século XX, cuja forma contemporânea mais sofisticada é “financeirizada, neoliberal e globalitária” (Rolnik, 2020, p.31). A psicanalista salienta que na sua forma mais atual, esse regime abusa e se apropria da potência vital e do impulso de criação de novos mundos, de sua essência germinativa na esfera micropolítica, muito além da exploração da força de trabalho:

“A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que se construa um mundo segundo seus desígnios. Por outras palavras, na sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, as suas funções, códigos e representações que o capital explora, fazendo da pulsão seu motor. Disso decorre que a fonte da qual o regime extrai a sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva - para não dizer ontológica -, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater.” (Rolnik, 2020, p.33)

Rolnik (2020) salienta a importância de reapropriar a força de criação e cooperação, agindo e atuando na esfera micropolítica, e não apenas na esfera macropolítica. Para tanto, salienta que apenas o reconhecimento racional não garante ações eficazes, pois “a reapropriação do impulso de criação só se efetua ao incidir sobre as ações do desejo, de modo a imprimir-lhes a sua direção e o seu modo de relação com o outro” (Rolnik, 2020, p.35). E a bússola ética para essa política do desejo, aponta para uma subjetividade que seja capaz de sustentar a tensão, o paradoxo, e a desestabilização de parâmetros habituais, na direção de uma micropolítica ativa do desejo em prol da vida e da criação de novos mundos (Rolnik, 2020).

Ao considerar as ações culturais, Paulo Freire (1981) também reflete sobre a especificidade humana para propor a ideia de um trabalhador social. Freire (1981) afirma que mesmo ao optar por uma suposta neutralidade, um trabalhador social estaria fadado à manutenção de um «status quo», e portanto serviria à manutenção de uma

classe dominante. Sendo assim, uma ação cultural para a libertação implicaria um trabalho com os sujeitos no sentido do conhecimento e do diálogo, de forma a apontar a realidade condicionante de maneira crítica e reflexiva em direção à mudança. No entanto, o seu oposto equivaleria a ações meramente anestésicas e de entretenimento. Ou seja, ações sem um comprometimento político, que percebem os sujeitos como meros objetos da ação ofertada. A ação cultural para Paulo Freire (1981) é compreendida como uma ação política, pois implica os sujeitos em sua própria realidade social, promovendo uma reflexão crítica de sua situação no mundo de forma comprometida e responsável por uma transformação.

A compreensão freireana, é inspirada na proposição de John Dewey, filósofo e pedagogo estadunidense que defendia uma educação para a democracia. Para Dewey (1979) a democracia depende de cidadãos ativos e participantes na vida social, e para tanto, as ações educativas deveriam estar direcionadas para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo através de experiências do cotidiano. Para Dewey (1979), pensamento e ação não estão dissociados, ou seja, a reflexão sobre a própria experiência produz um saber que promove mudança nas novas ações que estão por vir.

“Só com muita condescendência pode-se chamar tal coisa uma experiência. Aprender da experiência é fazer uma associação retrospectiva e prospectiva entre aquilo que fazemos às coisas e aquilo que em consequência essas coisas nos fazem gozar ou sofrer. Em tais condições a ação torna-se uma tentativa; experimenta-se o mundo para se saber como ele é; o que se sofrer em consequência torna-se instrução — isto é, a descoberta das relações entre as coisas.” (Dewey, 1979, p.153)

Em relação ao conceito de experiência, John Dewey (1916/1979) defende que esta não é primariamente cognitiva, mas uma ação ativo-passiva, cuja medida de valor “reside na percepção das relações ou continuidades a que nos conduz” (Dewey, 1979, p.153). Ao pensar sobre os processos educativos, Dewey (1979) faz uma crítica ao entendimento dos aprendizes como meros espectadores que absorvem conhecimentos e observa:

“Costumamos separar a coisa que se chama espírito ou consciência, dos órgãos físicos da atividade. Considera-se o espírito ou a consciência

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

como faculdade puramente intelectual e cognitiva, e aqueles últimos como fatores físicos intrusos e sem importância. Rompe-se a união íntima da atividade com as consequências que nos faz reconhecer o sentido das coisas; temos, em vez dela, dois fragmentos; de uma parte, a simples ação do corpo; e, por outro lado, as significações e sentidos hauridos diretamente pela atividade "espiritual." (Dewey, 1979, p.153)

A crítica de John Dewey sobre a separação entre corpo e espírito recai sobre o que ele chama de “uso maquinal da atividade corpórea”, ou seja, “os sentidos e os músculos usados não como participantes orgânicos de uma experiência educativa, mas como condutos exteriores de entrada e saída para o espírito” (Dewey, 1979, p.155). A experiência defendida pelo autor, diferentemente da simples experimentação repetitiva, teria valor justamente por associar através da reflexão crítica, o experimentar (aspecto ativo) com algo que a pessoa sofreu ou sentiu (aspecto passivo) lhe conferindo, assim, uma significação (Dewey, 1979, p.165).

Dewey (1979) ao pensar sobre o indivíduo e o mundo, observa que a noção moderna de individualismo reprime as diferenciações individuais ao invés de usá-las a favor de mudanças. O individualismo moderno foi interpretado “como a afirmação de que o espírito de cada indivíduo era completo em seu isolamento de qualquer outra coisa” (Dewey, 1979, p.336), o que representa um problema para a sociedade, pois agimos sempre em um mundo público e comum. Para John Dewey (1979), a educação tem um papel fundamental para o estabelecimento da democracia e possibilita uma participação responsável dos sujeitos no mundo, sempre em relação.

O termo rede tem sido explorado com frequência em diversos contextos da atualidade, permeando diversas questões políticas, econômicas, culturais e psíquicas ao longo das últimas décadas (Benelli et al., 2015). Segundo Benelli et. al. (2015), os diferentes sistemas em rede:

“(...) revelam a fundamental interdependência e a codependência de tudo para com tudo, contrariando a perspectiva imaginária de que somos independentes, autossuficientes e solitários, despregados do mundo, descontextualizados, soltos no espaço. Tudo o que acontece nos afeta, inclusive nos constitui: tudo se relaciona com tudo, tudo afeta tudo, numa radical sofisticação dialética que alguns chamam de rizoma (Deleuze & Guattari, 2009).” (Benelli et. al., 2015, p.55)

Musso (2004) ao realizar uma análise histórica e filosófica da noção de rede, ressalta que pela sua plasticidade, esse termo pode ser interpretado e aplicado de formas variadas, dando ênfase à interação entre os elementos que o compõem. O autor propõe a seguinte definição conceitual:

“A rede é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação com um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida, cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema.” (Musso, 2004, p.31)

Nas Ciências Sociais, por exemplo, o conceito de rede tem sido aplicado ao abordar os processos interativos, a partir das relações dos indivíduos com a sociedade para o entendimento dos fenômenos sociais, incluindo quatro campos diferentes: o interpessoal, dos movimentos sociais, do estado/políticas públicas e da produção/circulação (Benelli et. al., 2015).

Neste trabalho o conceito de interdependência, presente na noção de rede, se destaca pois têm sido um conceito importante na crítica feminista da segunda geração do modelo social da deficiência. No âmbito dos Estudos da Deficiência (ED), o conceito se contrapõe às reivindicações de participação social e independência em prol principalmente da reinserção no mercado de trabalho pela primeira geração do Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD). A primeira geração do MDPD foi majoritariamente formada por homens brancos, com deficiências físicas, pertencentes a classes sociais privilegiadas, e deixou de fora questões importantes a serem discutidas na vida de pessoas com deficiência. Por exemplo, a realidade cotidiana de pessoas que devido à gravidade de suas lesões não teriam acesso a uma vida independente, necessitando de uma rede específica de cuidados, em sua maioria sustentada e exercida por mulheres, ainda que fossem familiares ou não.

Portanto, as críticas feministas dirigidas à primeira geração do modelo social da deficiência:

“[...] mencionavam o cuidado, a dor da lesão, a dependência e a interdependência como temas centrais na vida da pessoa com deficiência, e se preocuparam em discutir não apenas sobre a deficiência, mas o que significa viver em um corpo deficiente ou lesado (DINIZ, 2007). Assim como nas teorias feministas procuraram expandir o

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

olhar sobre a categoria de gênero e as produções culturais a ela relacionadas e, em função disso, contribuíram para desestigmatizar a posição da mulher na sociedade, os estudos sobre deficiência, por elas influenciados, objetivam questionar as categorias identitárias, ampliando as noções de identidade para garantir a viabilização de políticas públicas que considerem as diversas formas de ser e estar no mundo.” (Gomes & Lopes, 2017, p.2)

Tais críticas indicam que a experiência humana pressupõe o coletivo para a resolução dos seus problemas. Pensar em conjunto e em grandes grupos de forma complexa, nomear a si mesmo, os outros e o entorno a partir de algo que já estava antes, é por assim dizer uma especificidade humana, que caracteriza o que chamamos, na concepção ocidental, de cultura. E essa rede simbólica, em certa medida, compõe o tecido das nossas realidades de modo que as experiências pessoais mais singulares, por sua vez, afetam, interferem, renovam e ressignificam essa rede a todo tempo.

Da mesma forma, os movimentos sociais respondem a uma articulação entre pessoas que almejam a garantia de direitos ou buscam acordos que favoreçam algum aspecto relacionado a um bem comum ou anseio compartilhado. Segundo Pedro Leite (2014) os movimentos sociais são protagonistas de novas formas de organização, novas ideias, e atuam como uma força intensa que mostra vitalidade e capacidade de criação em busca de soluções para problemas (Leite, 2014). Portanto, partem de pontos de identificação que possibilitam construções conjuntas e amparam o trilhamento de um caminho em um sentido determinado.

De um ponto de vista mais atual e contemporâneo, as redes formadas por pessoas numa mesma direção, como as lutas que estremecem o «status quo», têm por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). O pacto que visa a proteção e a garantia da dignidade humana e o direito à vida, surgiu no contexto do pós-guerra, quando as ideias evolucionistas de superioridade e dominação, deixaram consequências traumáticas a nível mundial.

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) teve na eugenia uma grande mola propulsora. O conceito, criado pelo inglês Francis Galton em 1883, se refere a uma série de crenças e práticas baseadas na ideia de superioridade genética e étnica da população. Com base nos estudos científicos de hereditariedade biológica, o eugenismo teve como objetivo controlar a reprodução humana de forma que se alcançasse um suposto ser humano ideal, dentro de padrões considerados superiores. O conceito de

Francis Galton deu origem ao movimento eugênico que defendia a esterilização de pessoas consideradas limitadas ou inferiores, e incentivava a reprodução das que estavam dentro do padrão idealizado, servindo de base para o nazismo, o fascismo e as ideologias ultranacionalistas do início do século XX.

A abordagem nazista da eugenia por Adolph Hitler, partiu da ideia de uma raça superior, distinguida através de traços e características físicas de origem étnica caucasiana muito específicas, como a cor branca da pele, olhos azuis, cabelos sobretudo loiros e formato alongado do crânio. A eugenia nazista foi além da esterilização de pessoas fora desse padrão, como já acontecia anteriormente, e levou ao extermínio de cerca de seis milhões de pessoas, com destaque para judeus, mas incluindo também pessoas ciganas, homossexuais, negras e com deficiência. O «Programa Eutanásia» instituído pelo governo nazista, assassinou cerca de 200.000 pessoas com deficiências físicas e mentais, através de injeções letais ou câmaras de gás. O Partido Nazista defendia as suas ideias eugenistas, através de propagandas e cartazes, onde as pessoas com deficiência eram representadas como um peso morto para o país (Lobo, 2008).

Em 1945, após o final da guerra, 51 países se articularam e fundaram a Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de promover a cooperação internacional. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) é elaborada em 1948 numa tentativa de evitar a repetição da barbárie. O documento declara que o direito à vida digna tem como fundamento a liberdade, a paz e a justiça de todas as pessoas, sem qualquer distinção. Este acordo reflete o compromisso na tentativa de balizar a garantia dos direitos humanos universais, através da cooperação e relação amistosa entre as Nações, para o evitamento da tirania e da opressão (ONU, 1948).

Mas antes mesmo da DUDH ser instituída, a preocupação com a problemática acerca das diferenças culturais entre os povos esteve presente na fundação da ONU. Tal mobilização surgiu a partir da constatação da importância de serem trabalhadas junto à população global, o respeito e valorização das diferenças culturais.

A partir das consequências da II Grande Guerra para o patrimônio, como a destruição de coleções museológicas, monumentos e coleções pessoais, criou-se em 1946 o International Council of Museums (ICOM), no âmbito da UNESCO (Primo, 2008). No entanto, a pauta da política cultural, num sentido mais amplo, recebeu o devido

destaque tardiamente como podemos constatar com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural instituída somente em 2002, pela UNESCO, durante a Conferência Geral de 2001.

Mesmo considerando que há um impossível na ideia de um mundo sem conflitos, o balizamento de um acordo universal de direitos civis é uma diretriz importante para uma convivência possível em sociedade considerando a esfera macro e micropolítica, onde a palavra, ou a ‘palavração’, como diria Paulo Freire, tem uma função que apazigua e ao mesmo tempo possibilita novas ações e construções.

Situo, a partir de agora, a gênese de dois movimentos orientados pela defesa dos direitos humanos universais, resultado de experiências, encontros e articulações entre pessoas afetadas pelo desejo de mudança: O Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) e o Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM). Movimentos que emergiram de mobilizações entre as décadas de 1960 e 1980, tendo sido desdobrados até as mais recentes produções e problematizações nos campos aqui investigados.

1.1.1 Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência

No contexto internacional, fenômenos regionais ligados à luta pelos direitos das pessoas com deficiência aconteceram em diferentes localidades como África do Sul, Estados Unidos da América, Inglaterra, Taiwan, Argentina, Espanha e Austrália. Nesse sentido, podemos pensar “a luta pelos direitos da pessoa com deficiência como um fenômeno que transpassou todos os continentes e teve como seu principal marco simbólico o ano de 1981, declarado pela ONU, como Ano Internacional das Pessoas Deficientes” (Grião, 2022, p.29).

Reconhecido, hoje, como um movimento civil internacional, o Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) surgiu a partir das primeiras articulações em torno dos Estudos da Deficiência, que levaram à reivindicações pelo direito à participação social e ao protagonismo destas na sociedade:

“A conquista de direitos pelas pessoas com deficiência é recente e pode ser dividida em duas fases distintas. Inicia-se pelo envolvimento e

condução do processo pelas famílias e por profissionais dedicados ao atendimento e, posteriormente, pela participação direta das próprias pessoas com deficiência, apoiadas por familiares. Em ambos os momentos predomina a atuação das associações da sociedade civil que lutam por espaço para as pessoas com deficiência na agenda política.” (Maior, 2017, p. 30)

Nesse contexto histórico, vale citar uma experiência paradigmática que precedeu o MDPD: o *Camp Janed*¹², um acampamento de verão em Nova Iorque, dirigido por *hippies* no processo de contracultura e experimentação social da década de 1960. Tendo sido um acampamento tradicional para crianças, adolescentes e jovens com deficiências fundado em 1951, em meados da década de 1960, a proposta possibilitou uma convivência livre e democrática entre adultos e adolescentes com deficiências diversas com lesões e limitações variadas, propiciando o protagonismo e o despertar para a possibilidade de novas formas de estar na sociedade, instigando a luta pela garantia de direitos civis.

A experiência do *Camp Janed* aponta para a importância dos processos micropolíticos na experiência de troca, convivência e transformação dos envolvidos na sua relação com a emancipação social. A proposta contava com a participação de monitores sem deficiência, mas cujo papel não tinha tanta importância no que diz respeito ao saber e ao poder. Os envolvidos não tinham uma formação específica para o trato ou cuidado com os campistas com deficiência, nem tampouco uma posição hierarquizada. O que resultou numa aprendizagem mútua entre pessoas com deficiência e sem deficiência.

Judy Huemann, ativista estadunidense pioneira do movimento social das pessoas com deficiência nos EUA, foi uma das adolescentes campistas do «Camp Jened». Judy liderou as rodas de conversa no acampamento, promovendo a participação igualitária nas decisões do dia-a-dia e a escuta de todos e todas nas decisões cotidianas do acampamento. Mulher com tetraplegia por seqüela de poliomielite, Judy Huemann tornou-se uma líder e grande impulsionadora de reivindicações pelos direitos civis das pessoas com deficiência no seu país. Huemann organizou as primeiras manifestações pelos direitos civis das pessoas com deficiência, bem como a formação do primeiro Comitê de Desinstitucionalização que resultou na

¹² O filme documentário ‘Crip Camp: A Disability Revolution’ (2020) é recomendado, pois documenta e contextualiza essa experiência e seus desdobramentos até a atualidade.

elaboração da Lei de Reabilitação Americana de 1972. As ações organizadas por Judy Heumann contribuíram, também, para a concepção do primeiro Centro de Vida Independente (CVI), em Berkeley, na Califórnia, onde Judy trabalhou. Um modelo de organização expandido posteriormente para outros países, entre eles o Brasil, e que iniciou o 'Movimento de Vida Independente' (MVI)

Os CVI surgem como organizações geridas por pessoas com deficiência e são qualificadas para a prestação de serviços relacionados à independência e autonomia destas. A tônica principal, segundo Romeu Sasaki (2010), é o empoderamento. O objetivo é facilitar e oferecer meios para a pessoa com deficiência atingir os seus próprios objetivos, como por exemplo a inserção no mercado profissional. Para tanto, a direção de trabalho de um CVI é oferecer os meios para que a pessoa possa exercer o direito de pensar, escolher e estar no controle das decisões sobre a sua própria vida (Sasaki, 2010). Ou seja, o MVI, pautado no modelo social da deficiência, preconiza a não-dependência em relação à autoridade institucional e familiar, que costumava assumir o poder de decisão na vida da pessoa com deficiência.

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência promoveu uma mudança paradigmática na própria concepção da deficiência. Até então, o conceito de deficiência advinha do modelo biomédico, que a definia e tratava de forma adaptativa e curativa. O modelo biomédico da deficiência centrava-se na lesão ou limitação individual e na ideia de indivíduo inapto ou deficiente:

“A partir da consolidação dos estudos sobre a deficiência, na década de 1960 (DINIZ, 2009) cresceu o movimento de reivindicação de direitos e a luta das pessoas com deficiência para serem reconhecidas como protagonistas em suas vidas. Surgiu assim o modelo social da deficiência em contraposição ao modelo meramente biológico. O modelo social baseia-se nas condições de interação entre a sociedade e as pessoas com limitações funcionais. Acima de tudo, as pessoas com deficiência são sujeitos de direitos, com autonomia e independência para fazer suas escolhas, contando com os suportes sociais que se fizeram necessários.” (MAIOR, 2016)

O modelo social da deficiência desloca o foco do indivíduo lesionado ou deficiente, para as barreiras impostas à participação dessas pessoas, cujos corpos estão fora de um padrão de normalidade.

Nessa perspectiva, entende-se o conceito de deficiência como o resultado da interação de uma pessoa com um corpo lesionado e uma sociedade que não está apta a recebê-la. Desta forma, a sociedade é que apresenta barreiras à convivência, participação e fruição da vida em comum, nas diferentes dimensões da acessibilidade, dentre elas as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais (Sassaki, 2009, p.1).

Mas devido às críticas recebidas à oposição entre o modelo médico e o modelo social, onde o primeiro teria como foco o indivíduo e a cura ou adaptação da sua lesão ao meio, e o segundo a sociedade e as barreiras impostas em seus espaços e relações como promotora da deficiência, surge um terceiro modelo. A partir de uma abordagem mais expansiva, com base na interação de fatores relacionados a diferentes sistemas do funcionamento humano, o modelo biopsicossocial propõe uma visão holística, inter-relacional e aberta à comunidade¹³.

A partir de uma concepção ampliada de saúde, que contempla aspectos biológicos, psicológicos/individuais e sociais, este terceiro modelo foi assumido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2011, através da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), substituindo o modelo médico anterior.

No contexto brasileiro, o modelo biopsicossocial é o marco conceitual de referência adotado pela Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria número 793 de 24 de abril de 2012, que definiu pela primeira vez no Brasil uma política pública relacionada à saúde da pessoa com deficiência como eixo estruturante do SUS¹⁴. Neste sentido, as ações relacionadas à prevenção, promoção, habilitação/reabilitação e orientação acerca da vida independente da pessoa com deficiência a outros setores, como por exemplo a interlocução com as escolas, também passaram a fazer parte das atribuições dos serviços e dispositivos da saúde.

Patrícia Roque Martins (2017) pontua que a CIF trilha uma via que privilegia fatores contextuais, e portanto se distancia de uma perspectiva medicalizada da deficiência (Martins, 2017, p.33). No entanto, a autora ressalta a importância de repensarmos o significado da deficiência do ponto de vista sociocultural, considerando

¹³ Apesar de não caber neste trabalho, considero válido questionar se esta visão holística, apesar de fazer avançar a discussão acerca de reducionismos, não mantém intacta a concepção de indivíduo funcional pautada numa concepção ocidental moderna de funcionamento normal, ou seja, condizente com um padrão universalista de normalidade.

¹⁴ Neste link é possível acessar um documento que concentra diversas publicações e instrutivos relacionados a esta política no contexto brasileiro:

www.bvsms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/saude_pessoa_deficiencia_dezembro_2022.pdf

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

os modos como se determina a representação cultural desta na sociedade, no que diz respeito às interações entre pessoas com e sem deficiência.

Ao considerar este aspecto da representação cultural da deficiência, refletir sobre o papel dos museus na sociedade torna-se relevante, tanto pelas suas determinantes históricas e políticas enquanto instituições abertas ao público, quanto às novas proposições decorrentes dos movimentos insurgentes que afetam o campo da Museologia na atualidade.

1.1.2 Movimento Internacional para uma Nova Museologia

No âmbito da Museologia, as movimentações do pós guerra, e as suas consequências relacionadas à garantia de direitos civis a nível global, também tiveram relevância. Após a criação do ICOM em 1946, pela UNESCO, as discussões sobre a função dos museus na sociedade estiveram em pauta de forma mais ampla. A criação de um Comitê Internacional previu e possibilitou a cooperação entre as redes de profissionais de museus de várias localidades do mundo, promovendo um intercâmbio de experiências e informações relacionadas ao campo da Museologia.

Em 1958 durante o Seminário Regional da UNESCO no Rio de Janeiro, Brasil, foi realizada pela primeira vez uma reflexão sobre a definição de um objeto de estudo para a Museologia (Primo, 2000). O evento foi o terceiro seminário internacional realizado pelo ICOM, tendo sido o primeiro a acontecer na América Latina.

As formas de comunicação no museu, como a expografia, o próprio conceito de museu, as suas diferentes tipologias, os recursos humanos, e a sua função educativa foram problematizados durante o evento e resultaram na Declaração do Rio de Janeiro de 1958. As discussões do Seminário deram visibilidade à cultura latino-americana e destacaram o museu como “meio capaz de estabelecer o diálogo com os seus visitantes” (Primo, 2000).

Em um contexto mais geral, Judite Primo (2000) destaca o Maio de 1968 como “um elemento decisor” na movimentação dos profissionais dos museus no que tange à relação com as questões sociais e contemporâneas. As manifestações estudantis de 1968 contestaram as instituições, os valores estabelecidos e como estes agiam sobre a sociedade. E foi neste período de estremecimento do instituído, que o

conceito de patrimônio foi revisto e ampliado, passando a incluir a intangibilidade, como por exemplo, o meio ambiente, o saber, o fazer, e o lugar de quem o seleciona e comunica neste campo. Segundo Primo (2000):

“Vários grupos contribuíram para essa ampliação de conceito. Profissionalmente podemos identificar os antropólogos, urbanistas, sociólogos, museólogos, ecologistas, paisagistas (...); temos ainda que referenciar, no âmbito dos movimentos de descolonização, os diferentes países emergentes do colonialismo, que reivindicaram o retorno dos seus bens pilhados e expatriados pelas sociedades ocidentais; assim como a própria sociedade que reclamava, em nome do património colectivo e da memória colectiva, uma verdadeira acessibilidade aos museus, monumentos, saberes e conhecimentos.” (Primo, 2008/2000, p.55)

Após o Maio de 68 desencadeou-se uma série de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que refletiram também na área da Museologia (Primo, 2000). Além disso, devido aos regimes ditatoriais existentes na América Latina à época, a busca por regimes mais democráticos e as lutas populares por melhores condições socioeconômicas e a defesa da cidadania se intensificaram (Primo, 2000).

Em sequência a esse período, a década de 1970, no campo da Museologia, também é marcada pela criação de serviços educativos direcionados para a formação de monitores, elaboração de material didático e marcação de visitas guiadas, apontando para uma aproximação na relação dos museus com escolas, devido ao reconhecimento de sua função educativa. Esse contexto resultou na IX Conferência Geral do ICOM em 1971 que com a crescente procura pelas ações educativas em museus, propôs a discussão sobre o papel educativo e cultural do museu e a sua relação com a sociedade. A Conferência do ICOM de 1971 evidenciou “a necessidade de redefinição da missão dos museus” e reconheceu um novo modelo de museu, o «neighborhood museum», cujas práticas apresentavam uma relação mais estreita com a comunidade e a sua identidade cultural (Primo, 2000).

Em 1972, realizou-se então, a Mesa Redonda de Santiago do Chile pelo ICOM-UNESCO, com uma “preocupação em estabelecer as teias de ligação entre a interdisciplinaridade e a museologia” (Primo, 2000, p.58). A Declaração de Santiago, documento final do encontro, acaba por definir “um novo conceito de acção nos museus: O conceito de museu integral , onde a instituição museu é percebida como um

instrumento de mudança social com vistas ao desenvolvimento sustentável, com enfoque na participação consciente da comunidade em relação ao patrimônio cultural e seu território. A Declaração de Santiago acabou por difundir, para a própria comunidade museológica, a importância do papel do museu em relação à educação e à construção da cidadania. E a Museologia, por fim, acabou assumindo para si um conceito ampliado de patrimônio considerando a importância social deste perante à comunidade (Primo, 2000).

No entanto, mesmo com todas as reflexões, documentos e diretrizes, até a década de 1980 ainda era incipiente o reconhecimento pelo próprio ICOM de práticas museológicas mais comprometidas com as questões sócio-culturais, que não estivessem sujeitas à uma museologia oficialmente instituída. Foi a partir dessas dificuldades encontradas por profissionais comprometidos com uma museologia alternativa, entre eles Hugues de Varine, Henri Rivière, Pierre Mayrand e René Rivard, que realizou-se em 1984, no Quebec, Canadá, o «I Atelier Internacional Ecomuseus - Nova Museologia», pautado nas premissas da Declaração de Santiago do Chile.

O Atelier de Quebec teve por objetivo a discussão de conceitos, o encorajamento de novas práticas museológicas, o intercâmbio de experiências e a formalização de uma instituição internacional do movimento que pudesse representar os participantes e seus anseios em relação à uma Nova Museologia, afirmados na Declaração de Quebec:

“Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários defendidos pela comunidade internacional. Toma-se de certa forma um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca.” (UNESCO, 1984, p. s.n.)

Uma Museologia que considerasse a interdisciplinaridade em contraponto à redução da ação museológica como transmissão de um saber isolado e absoluto, bem como o reconhecimento da responsabilidade social do museu, em contextos diferentes, em prol do desenvolvimento das comunidades. As proposições do Atelier de Quebec foram apresentadas através da declaração ao Comitê Executivo do ICOM ainda em 1984, e no ano seguinte, em 1985, durante o «II Atelier Ecomuseus - Nova Museologia»

realizado em Lisboa, Portugal, foi criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia, o MINOM. O MINOM permitiu o reconhecimento de que era possível um outro lugar para o museu dentro da sociedade, ou mesmo que havia lugar para outras práticas museológicas, em alternativa à museologia tradicional e normativa instituída na Modernidade.

Sendo assim, a partir do próximo ponto trarei reflexões decoloniais que amparam as mais recentes problematizações no campo da Museologia e no campo dos Estudos da Deficiência. Tais reflexões afetam as perspectivas socioculturais mais atuais referentes às concepções e relações sobre o ser, o saber e o poder.

1.2 MODERNIDADE, COLONIALIDADE E A TEORIA ALEIJADA

De modo geral, na Modernidade os muros podem ser representados como forma de segregação, seja em nome do progresso, ou em nome do cuidado. Os muros das grandes instituições Modernas têm certa familiaridade com um cerceamento que delimita o que faz parte de uma norma que se pretende universal, e o que está fora, ou seja, excluído dela. E as reflexões trazidas pelo grupo responsável pelas ideias do 'Projeto Colonialidade/Modernidade' ajuda-nos na reflexão sobre as contingências dos últimos séculos e traz propostas importantes de reposicionamento e responsabilização, quanto a esse modo de organização que ainda incide na sociedade atual.

Segundo Walter Mignolo, a tríade Modernidade/Colonialidade/Descolonialidade é “uma tríade que nomeia um conjunto complexo de relações de poder.” (Mignolo, 2017, p.2). Segundo o autor, os três termos não podem ser compreendidos sem uma relação entre eles. Sendo assim, a «Colonialidade» representa um padrão colonial de poder, ou um complexo de relações, que se esconde e se sustenta na retórica da «Modernidade». A «Modernidade» representa toda uma ideia de progresso, felicidade e salvação, que acaba por justificar os atos e violências referentes à «Colonialidade», sendo esta última o seu lado mais obscuro. A «Descolonialidade» ou «Decolonialidade», por sua vez, é a resposta necessária às falácias e promessas do desenvolvimento e as suas violências (Mignolo, 2017, p.2).

Mignolo (2017) recorda que a proposta de Decolonialidade é localizada, e as bases históricas da proposta situam-se na Conferência de Bandung, na Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955, quando 29 países da Ásia e da África se reuniram com a finalidade de encontrarem uma visão comum de futuro numa alternativa que não estivesse atrelada ao capitalismo ou ao comunismo. Em 1961, a Conferência dos Países Não Alinhados, que aconteceu em Belgrado na Sérvia, agregou outros estados latino-americanos para estabelecerem os fundamentos políticos e epistêmicos de uma proposta decolonial:

“A descolonialidade não consiste em um novo universal que se apresenta como o verdadeiro, superando todos os previamente existentes; trata-se antes de outra opção. Apresentando-se como uma opção, o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.). Não é que os epistemes e os paradigmas estejam alheios ao pensamento descolonial. Não poderiam sê-lo; mas deixaram de ser a referência da legitimidade epistêmica.” (Mignolo, 2017, p.4)

Já no final da década de 1990, o ‘Projeto Modernidade/Colonialidade’ promoveu encontros, reuniões e conferências para uma discussão crítica mais focada nas relações de poder que se estabeleceram a partir da colonização europeia. Aníbal Quijano (2005) afirma que a globalização que vivemos nos dias atuais é a culminação de um processo que iniciou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico como um novo padrão de poder mundial (Quijano, 2005).

Aqui neste trabalho importa refletir sobre essas relações, pois as problemáticas atuais referentes à inclusão social de grupos sócio-acêntricos tem suas raízes nessas lógicas de poder e de saber da Modernidade/Colonialidade. Aníbal Quijano (2005) sustenta que a Colonialidade se manifesta em nós a partir de três eixos: o poder, o saber e o ser. Sendo assim, a Colonialidade se caracteriza como um projeto de poder que a partir da construção de uma matriz de saber, legitima a existência do ser (Quijano, 2005).

Segundo Quijano (2005) a Colonialidade do Poder é posta como eixo central, sendo o que mantém um mecanismo de controle epistêmico político, social e educativo

sobre a auto-representação. Segundo o autor, foi a partir desse mecanismo que o padrão ocidental de universalidade do saber e do ser foi criado. A complexidade de tal perspectiva se coloca quando percebemos que para desconstruí-la, é preciso mais do que ações educativas e a transmissão de conhecimentos, pois os seus efeitos atravessam as subjetividades. Sendo assim, não é suficiente agir apenas a nível intelectual, posto que as pessoas se assumem a partir do olhar do outro e do seu lugar no mundo (Quijano, 2005).

Ainda que seja uma tarefa difícil, uma estratégia possível é a mudança do sistema que pode ser realizada por dentro, através de práticas que provoquem rupturas e fissuras na lógica hegemônica do conhecimento legitimado. Este ponto refere-se à Colonialidade do Saber. As instituições legitimadoras do saber, como as Universidades, os Museus e os Arquivos, acabam por hierarquizar os saberes e conhecimentos, e nesses lugares uma intervenção e revisão interna também se torna viável (Quijano, 2005).

Por sua vez, a Colonialidade do Ser refere-se a hierarquização e subalternização a partir da identidade do ser. Essa hierarquização e subalternização provém daquele que domina a Colonialidade do Poder e do Saber, e apresenta-se através de discursos hegemônicos decorrentes do conceito forjado de raça e da conceituação de normalidade. A hierarquização dos corpos e do ser acaba por alicerçar a colonialidade, que por seus efeitos estruturais discursivos, não precisa ser apreendida intelectualmente para se reproduzir, pois é transmitida simbolicamente na cultura (Quijano, 2005).

É neste sentido, que proponho um olhar mais atento para a organização das instituições modernas nos séculos XIX e na primeira metade do século XX em sua relação com a ideia de normalidade e o seu oposto, a anormalidade.

1.2.1 A ideia de normalidade e as categorias da deficiência

A partir mais especificamente do século XIX, os Museus tradicionais, as Universidades, os Asilos e os Hospícios exerceram suas funções de modo a representar e reafirmar um saber científico universal, advindo da Ciência Moderna, sinalizando o avanço e a evolução das Nações onde se localizavam. Podemos citar, por exemplo, a

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

criação de algumas dessas instituições após a chegada da corte real ainda no Brasil Colonial, como o Museu Real em 1818, e, o Hospício Dom Pedro II, já no Brasil Império, em 1841.

A criação do primeiro hospício brasileiro delimitou um espaço para os chamados alienados mentais, sob o jugo do poder médico. Importa lembrar, no entanto, que pessoas com deficiência também eram internadas nesses espaços, sem que houvesse uma distinção entre o que hoje se denomina pela classificação internacional médica como os transtornos mentais, associados ao sofrimento psíquico e as dificuldades no estabelecimento do laço social, e as deficiências intelectuais decorrentes de lesões ou disfunções neurológicas.

Nas primeiras décadas de seu funcionamento, também não havia distinção entre os internamentos de adultos e crianças, que ocupavam ambos o mesmo lugar. Apenas em 1903 foi criado, já no Brasil republicano, o Pavilhão-Escola Bourneville, um espaço específico dentro do hospício para as ditas «crianças anormais» com uma proposta médico-pedagógica. Cabe lembrar que esta diferenciação é dada pela própria constituição do conceito de Infância, uma construção datada também neste período, entre o século XIX e o século XX.

Sobre a criação do primeiro hospício do Brasil, em meado do século XIX, Laurence Alves (2010) diz o seguinte:

“Tratava-se de uma conjuntura propícia ao florescimento científico, na qual havia uma ânsia por progresso e modernizações. Por isso mesmo a aceitação de um espaço terapêutico específico para o tratamento da loucura foi gradualmente sendo conquistada na dimensão social e política. A bandeira de um espaço para loucura era politicamente vantajosa, pois inaugurava um novo flanco social de assistência político-filantrópica e gerência sobre minorias, ao mesmo tempo em que impulsionava a inserção do Brasil em mais um ambiente de discussões e inovações técnico-científicas.” (Alves, 2010, p.108)

Laurence Alves (2010) observa que a consolidação do saber médico, através de uma medicina mental, gerou uma esfera de poder que incidiu sobre a sociedade sendo aceito pela mesma, pois acabou por representar “um benefício e um avanço científico modernizador”, incorporado como regras de normalidade (Alves, 2010, p.108). Laurence Alves (2010) chama a atenção para o fato de que a despeito da intenção de cuidado ou tratamento, o poder médico servia para apontar, através do seu saber, quem

era normal ou anormal, decidindo sobre a segregação ou não de tais sujeitos. O poder médico, portanto, servia igualmente ao controle social da população:

“(…) atestamos que esse tratamento incidia predominantemente sobre uma parcela social específica, aqueles socialmente marginalizados. A despeito disto, algumas considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, devemos questionar os porquês de tal especificidade. E, em segundo lugar, as conveniências dela. Numa sociedade culturalmente escravocrata, socialmente estratificada e economicamente desigual, a predominância numérica da reclusão terapêutica de pobres tem motivos bem específicos.” (Alves, 2010, p.109)

Dentro desse contexto socialmente estratificado e economicamente desigual, o histórico de institucionalização da deficiência acabou por se desenhar, em uma ligação estreita com a vulnerabilidade social, a pobreza, o assistencialismo e a segregação.

Mas vale ressaltar, que no Brasil, assim como na Europa, havia uma diferença no tratamento e institucionalização de pessoas surdas e com deficiência visual. Na mesma década de criação do Hospício Dom Pedro II, foram fundados o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 e o Instituto dos Surdos Mudos entre 1856 e 1857. Segundo Lilia Lobo (2008) as instituições referidas indicam as primeiras separações institucionais especializadas do que hoje chamamos as categorias das deficiências, o que já ocorria, de certa maneira na Europa, desde o século XVIII.

Lobo (2008) reflete sobre a hipótese de que as práticas especializadas estrangeiras no âmbito da pedagogia para pessoas cegas e surdas, possam ter influenciado na diferenciação das categorias da deficiência. O poder médico, preocupado em higienizar o meio urbano, não viu nessa parcela da população um problema, relegando-a à categoria de indigentes, mendicantes ou incuráveis com destino à institucionalização nos asilos. Os asilos, por uma série de questões como o fechamento sobre si mesmo, e a falta de recursos profissionais e materiais habilitados para suas especificidades, acabaram não indo muito além da sua função de asilar, mantendo seus assistidos em uma condição passiva até as primeiras décadas do século XX (Lobo, 2008, p.395 a 397).

Ademais, foi já em meados do século XX, com a constituição das premissas dos direitos civis e com as consequentes mobilizações e transformações sociais, econômicas e políticas, que uma abertura do contexto asilar foi possível de se realizar em contraponto às intervenções assistencialistas e caritativas dirigidas às pessoas com deficiência.

1.2.2 Autonomia e Cuidado

Como vimos, as ações da primeira geração do MDPD e a criação dos CVI impulsionaram a busca por autonomia e independência, bem como a ênfase da luta pela garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. Essas articulações resultaram, em 9 de dezembro de 1975, na «Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes» pela ONU, que teve como intuito reafirmar os direitos civis dessa parcela da população que apresentava uma série de necessidades específicas em prol de terem os seus direitos garantidos.

Embora a declaração de 1975 apresentasse uma tônica integrativa e adaptativa da deficiência à norma vigente na sociedade, a elaboração de uma legislação que reafirmava os direitos de cidadania dessas pessoas foi um caminho aberto para outros desdobramentos. Tais desdobramentos podem ser observados com o modelo social da deficiência com as proposições de ações mais pragmáticas junto à sociedade no que tange à justiça social, e com o modelo biopsicossocial que de modo mais holístico, ampliado e contextual, substituiu o modelo médico anterior de modo a considerar as categorias de articulação como gênero, sexualidade, raça, etnia e classe como “determinantes na avaliação biopsicossocial da deficiência, a fim de que a pessoa, se considerada “pessoa com deficiência”, seja destinatária de políticas públicas e sociais.” (Mello, Aydos & Schuch, 2022, p.17).

Três décadas após a declaração, mais especificamente no ano de 2007, a ONU adotou a «Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência», cujo Protocolo Facultativo pôde ser seguido por vários países, entre eles Brasil e Portugal. No Brasil, o Protocolo Facultativo da Convenção entrou em vigor em 2009, e serviu como base para a implementação da Lei número 13.146, a Lei Brasileira

de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, também conhecida como «Estatuto da Pessoa com Deficiência», no dia seis de julho de 2015. O primeiro artigo da LBI afirma que a sua implementação destina-se a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015).

Entretanto, mesmo após as legislações conquistadas e os movimentos em prol da garantia de direitos a partir da década de 1970, como o «Comitê de Desinstitucionalização» do qual Judy Huemann fez parte, bem como a reforma psiquiátrica liderada pelo médico italiano Franco Basaglia que reformulou o paradigma de cuidado em saúde mental para uma atenção psicossocial não tutelada, ainda hoje nos deparamos com práticas de segregação em relação à participação cidadã de pessoas com deficiência e pessoas com transtornos mentais graves e persistentes na sociedade.

Na pesquisa intitulada «Do confinamento ao acolhimento», Irene Rizzini (2008) traz dados importantes em relação à institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência em abrigos do Brasil, já no século XXI. A pesquisa de Rizzini aponta a falta de recursos materiais, ou seja, a pobreza, e o desamparo por parte de uma rede de serviços, como fatores que acabam por resultar no confinamento perene de crianças e adolescentes com deficiência até a vida adulta:

“Os quadros apresentados pelas crianças e adolescentes com deficiência parecem provocar demandas de urgência por parte dos encaminhadores, cuja “saída” acaba sendo o abrigo. Ouvimos, com frequência, discursos que potencializam as dificuldades que as famílias teriam no manejo diário. Constatamos que, em geral, os depoimentos dos encaminhadores pouco se fundamentavam em conhecimentos técnicos relativos às questões que tratavam junto a essa população. Utilizavam-se, desse modo, de suas impressões que, sabidamente, são marcadas por uma cultura que ignora ou não reconhece os potenciais das crianças com deficiência.” (Rizzini, 2008, p.36)

A pesquisa de Irene Rizzini denuncia o desamparo sofrido por parte das famílias de crianças com deficiência que requerem apoio do poder público; a falta de compromisso na valorização dos cuidadores das crianças, como por exemplo os seus familiares e a necessidade da oferta de serviços que não pertencem a uma área ou outra especificamente, mas à múltiplas competências:

“Tomemos como ponto de partida a concepção de “abrigo”. Não o abrigo tal qual o vemos em sua estrutura física de hoje, mas sim como herdeiro do antigo asilo, em sua função de isolar da sociedade, de confinar, de submeter ao silêncio e ao esquecimento. Propomos analisar, portanto, o que pode ser visto como reminiscência desta prática. Cabe, no entanto, uma palavra de alerta. Superar esta prática não se reduz a fechar os abrigos. A função de confinar vai muito além deles. Em todo o lado há crianças e adolescentes com deficiência cercados pelo silêncio e pela indiferença, esquecidos em cantos, camas ou cadeiras de roda; privados do convívio social e dos cuidados que permitiriam o desenvolvimento de todos os seus potenciais.” (Rizzini, 2008, p.41)

Irene Rizzini conclui que há leis e diretrizes políticas fundamentadas em princípios éticos dos direitos humanos, mas que estas precisam ser implementadas para promover respostas nos diferentes campos de interseção, conduzindo a práticas de acolhimento em contraposição ao confinamento (Rizzini, 2008, p.42). Ou seja, o cuidado e a ação de promover a dignidade, participação e inclusão social deve ser uma premissa de toda a sociedade.

Nas discussões mais atuais, Olivia Von Der Weid (2018) problematiza as noções de cuidado e autonomia no campo dos Estudos sobre a Deficiência, trazendo a tônica da segunda geração do modelo social. Weid (2018) destaca a crítica feminista em relação ao modo como o MDPD, num primeiro momento, incorporou as noções de independência e autonomia, deixando de lado e até mesmo subestimando as relações de dependência e cuidado presentes na vida de grande parte das pessoas com deficiência:

“A ética feminista do cuidado se baseia no reconhecimento da interdependência, das relações e responsabilidades mútuas, criticando noções de autonomia e independência por estarem enraizadas em uma visão moderna, masculina e individualista das pessoas. Já para o movimento de pessoas com deficiência, ao invés da noção de ‘fazer tudo sozinho’, independência significa ter controle sobre a assistência ou ajuda que lhes é necessária, e está mais próxima da noção de escolha ou autonomia. Para Paperman (2013), uma das principais contribuições da perspectiva dos estudos sobre deficiência para a noção de cuidado foi iluminar o caráter político da polarização entre cuidadores e destinatários de cuidado, entre pessoas consideradas autônomas e aquelas que são vistas como dependentes ou vulneráveis. Considerar que qualquer pessoa que precise de ajuda com atividades físicas da

vida diária é dependente seria uma atitude capacitista.” (Weid, 2018, p. 51)

Em sua pesquisa, Weid (2018) traz reflexões sobre as relações de ajuda que se estabelecem cotidianamente nas vidas de pessoas com deficiência visual, principalmente pela realidade de negligência e falta de acessibilidade nos espaços públicos. Em relação ao cotidiano de pessoas cegas ou com baixa visão, Olivia Weid afirma que “a ajuda humana é um canal de navegação crucial em seus itinerários” (Weid, 2018, p. 53). A investigadora pondera a variabilidade das relações de ajuda, que uma vez sendo necessárias, variam de acordo com o conhecimento de quem é solicitado a ajudar, bem como também variam a partir do conhecimento de quem a solicita, ou seja, a própria pessoa com deficiência.

Segundo Weid (2018) o desconhecimento sobre a realidade das pessoas com deficiência visual, e também sobre as possibilidades técnicas de intervenção, podem levar à despersonalização, promovendo o que ela chama de um confinamento simbólico a partir de atitudes que revelam um capacitismo estrutural:

“(…) é como se a ajuda retirasse o status moral da pessoa e a sua autonomia enquanto sujeito, tanto de escolha, quanto de movimento. A relação se dá apenas através do impedimento físico e da projeção de incapacidade, o que tem como efeito levar à imobilidade no acoplamento de corpos cegos a um objeto, novamente a cadeira. Ou ainda à objetificação por meio da manipulação dos corpos cegos à revelia da sua vontade: segurar pelo braço, puxar, empurrar, etc., são situações recorrentes no cotidiano da rua. Quando a ajuda despersonaliza ela remete aos estereótipos de infantilização, tutela e caridade na relação com a deficiência.” (Weid, 2018, p. 58)

Olivia Weid (2018) salienta ainda que “afirmar a interdependência humana não exclui da discussão o fato de que nem todos somos dependentes da mesma maneira” (Weid, 2018, p. 63). Ou seja, que as pessoas sem deficiência não estão dispensadas de refletirem sobre as consequências concretas que recaem sobre as pessoas com deficiência na atualidade, devido às relações de poder e dominação que se estabeleceram ao longo da história.

1.2.3 Extra-muros: da integração à inclusão da diferença

Como fora apresentado até agora, tanto as instituições voltadas aos cuidados e atenção das pessoas com deficiência, quanto os museus, têm em seu histórico das últimas décadas a marca de uma abertura ao entorno. Este voltar-se para fora pode ser percebido como um paradigma de disponibilidade para a inclusão da diferença, mas que antes de tudo, presentifica uma tensão entre o ato de segregar e o ato de incluir.

No campo das deficiências, o paradigma da inclusão foi instituído na década de 1990 e precedido por um movimento anterior de integração. No paradigma integrativo há o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência de participarem dos espaços públicos, mas sem necessariamente a efetivação de uma mudança desses espaços e da sociedade. Nesse caso, a pessoa com deficiência era quem precisava se adaptar ao ritmo imposto pela sociedade. Em contrapartida, o paradigma da inclusão subverte essa lógica, propondo que a sociedade precisa se adaptar à diversidade com a participação ativa das pessoas. Segundo Sasaki (2009) a inclusão:

“(…) é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.” (Sasaki, 2009, p.1)

A partir dessa prerrogativa, entende-se que a sociedade e os seus espaços precisam estar aptos a lidarem com a diversidade dos grupos e a diferença singular de cada um de forma transversal, para que possam atender a todas as pessoas nas diferentes dimensões da vida em comum.

Em relação ao direito à educação das pessoas com deficiência com foco na educação inclusiva, o educador argentino Carlos Skliar (2015) salienta a complexidade existente na própria concepção de inclusão. Para além da dificuldade de dimensionar através de dados específicos a realidade das pessoas com deficiência, o que advém de um abandono, invisibilidade e desinteresse sobre suas existências, o autor ressalta que

há uma dimensão ética igualmente importante, que se traduz na “ideia de responsabilidade perante a existência das outras pessoas em relação à nossa própria vida” (Skliar, 2015, p.13).

Retomando os fatores históricos e políticos, Skliar (2015) ressalta os avanços jurídicos em relação aos direitos das pessoas com deficiência, mas aponta a necessidade de criar um pensamento crítico e atento e uma sensibilidade sobre o “para quê e como é estar juntos”. Para tanto, é necessário incorporar os sujeitos concretos da ação educativa para passar de uma posição técnica sobre a inclusão, para uma posição relacional (Skliar, 2015, p.18).

Mesmo considerando a importância das normas e regulações jurídicas, bem como as formações e qualificações dos profissionais, Skliar (2015) nos coloca de frente para um fato recorrente nas instituições educacionais e com o qual também nos deparamos em outras instituições como os museus: o relato dos profissionais que dizem “não saber fazer” ou “não estar preparado”. O autor traz como contraponto a impossibilidade de saber, sentir e estar preparado para o que vem num pretense futuro, e destaca a disponibilidade e responsabilidade como ideias éticas que podem substituir o “estar preparado” pelo “estar disponível” para a diferença que é intrínseca a toda e qualquer relação:

“As “diferenças”, sejam elas quais forem, não podem nunca ser descritas como melhores ou piores, superiores ou inferiores, boas ou más, normais ou anormais, etc. O fato de que algumas identidades, ou marcas identitárias, sejam consideradas diferentes, nos sugere que se produziu um certo tipo de diferencialismo, ou seja, que essas marcas consideradas negativas, colocam-se em relação de oposição à ideia de normal, de normalidade. O diferencialismo, além de ser um processo político, constitui uma armadilha cultural e educacional, que faz com que, por exemplo, a mulher seja considerada como a diferente na questão de gênero, os negros como os diferentes quando se trata de raça, as crianças e os anciãos como diferentes em relação à idade, os deficientes sejam os diferentes em relação à normalidade corporal, intelectual, etc.” (Skliar, 2015, p.26)

Skliar (2015) chama atenção para o perigo de ao utilizarmos a ideia de diferença como valor, acabarmos no engodo do diferencialismo, que em si mesmo é permeado pela ideia de anormalidade. Como exemplo, cita o especialista que aponta para o diferente com o seu saber. O autor, então, observa que “a diferença está entre

sujeitos, não no interior ou na natureza de um sujeito” (Skliar, 2015, p.25). Isso requer uma mudança paradigmática que implica uma transformação ética que desloque o olhar sobre o outro para um olhar sobre nós mesmos e o que acontece entre nós (Skliar, 2015).

Ao problematizar a categoria da deficiência no campo da Antropologia, Pedro Lopes (2022) a situa como um dos marcadores sociais da diferença. A noção “contribui para a análise a partir da imagem da marca(ção) e da atenção que convoca-nos aos sistemas de classificação que estruturam as relações sociais” (Lopes, 2022, p. 301). O autor continua:

“Diversas pesquisas antropológicas, inclusive aquelas sobre diferença, são realizadas em contextos nos quais não há nenhuma pessoa com deficiência aparente, ou há poucas. Dessa escassez, resulta que muitas vezes se tira a conclusão: deficiência nesse cenário não é uma “diferença que faz diferença”. O trabalho com marcadores sociais da diferença, contudo, oferece pistas para se questionar essa conclusão, particularmente ao destacar que gênero, raça e sexualidade podem ser operacionalizados em pesquisa não apenas como classificações êmicas, mas também ferramentas analíticas: um contexto no qual não há nenhuma mulher também é profunda e constitutivamente marcado por gênero, um contexto no qual só há pessoas brancas pauta-se fundamentalmente por lógicas raciais. Ou seja, marcadores dizem respeito tanto às posicionalidades marcadas por categorias de diferença quanto às posicionalidades hegemônicas que costumam se fazer de universais, não marcadas.” (Lopes, 2022, p. 301)

Em sua reflexão, Lopes (2022) apresenta a deficiência enquanto uma categoria analítica e política com base nos estudos sobre interseccionalidade, cujas “classificações concernentes à raça, gênero e classe, por exemplo, combinam-se de modos tão complexos que a interseccionalidade apresenta-se como um projeto, ou uma sensibilidade analítica e de diferença” (Lopes 2022, p. 307). Lopes (2022) recorda:

“(…) o que a cena científica das diferenças do século XIX performa é a inscrição de desigualdades sociais na carne, na moral, na pele, no sexo, no intelecto, nos desejos, nas aptidões e potenciais das pessoas, organizando-as em termos estatísticos e intervenções variadas.” (Lopes, 2022, p.307)

Pedro Lopes (2022) propõe “pensar com deficiência”, de modo a incluí-la enquanto um marcador social importante a ser considerado, ou seja, como uma categoria de análise:

“Pensar com deficiência retorce provocativa e severamente nossos repertórios imaginativos, nossas suposições acerca do que pode e do que não pode um corpo, nossas compreensões sobre o que é ser sujeito, nossas linguagens sobre igualdade, diferença e hierarquia, nossos horizontes de desejo, nossos horizontes políticos, nossas compreensões de moralidade, nossas compreensões do que é bom, do que é íntegro, do que é completo, do que é humano, do que é compartilhado ou universal.” (Lopes, 2022, p. 299)

A diferença, segundo Lopes (2022) “está em constante disputa, em constante dissenso – é o campo da política, da cultura, da ontologia – e é interlocutória, contextual, contrastiva” (Lopes, 2022, p. 321). Ou seja, pensar e atuar com a categoria da deficiência, é também trazer à tona a inclusão da diferença como parte estrutural e agentiva da humanidade e da sociedade em sua diversidade.

A inclusão da deficiência como um dos marcadores sociais da diferença no âmbito das teorias do feminismo negro e decolonial se deu com a crítica de que o capacitismo faz parte da matriz de discriminação juntamente com os outros sistemas de opressão, como por exemplo o racismo, o sexismo e o classismo. A *crip theory*, a “teoria aleijada” na tradução sugerida por Anahí Mello e Marco Gavério para o português, derivou da *queer theory*, e denuncia a corponormatividade como um sistema que hierarquiza corpos capazes e são, a partir de um ideário eugênico:

“(…) no topo dessa hierarquia capacitista radica o corpo abjeto das pessoas com deficiência. O patriarcado não é somente racista e heteronormativo, mas também corponormativo porque projetado para atender ao ideário eugênico de corpos capazes e são. Desse modo, quanto mais incapaz for a estrutura social para prever a diversidade corporal/funcional, mais severa será a experiência da deficiência.” (Mello & Mozzi, 2018, p. 21)

Seguindo o modelo da *queer theory* que promove o enfrentamento do que a sociedade patriarcal entende como estranho a partir do referencial opressor da heteronormatividade, a teoria aleijada promove um enfrentamento da ideia naturalizada

de sanidade, capacidade e funcionalidade de um corpo normal, que acaba por resultar na falta de sensibilidade à diversidade corporal e humana:

“Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas.” (Mello, 2016, p. 3272)

A proposta de aleijar o mundo e as ações cotidianas pressupõe, assim, o desafio de desconstruir, deformar e promover fissuras nas estruturas sociais cristalizadas e naturalizadas referentes à corponormatividade (Mello, 2019).

A insurgência de uma teoria aleijada acontece contra o reducionismo da compreensão da deficiência, “a partir de dimensões delimitadas pela oposição binária entre “modelo médico” e “modelo social”” (Mello, Aydos & Schuch, 2022, p. 18). Nesse sentido, o passo além surge com a prerrogativa de um modelo cultural em contraponto aos dois modelos anteriores:

“A teoria aleijada questiona a exclusão do capacitismo como matriz de discriminação interseccional nas teorias feministas, *queer* e decoloniais. Como ocorre com o *queer*, os termos *crip* e *aleijado* têm sentidos propositalmente pejorativos e subversivos, demarcando a importância do engajamento aleijado contra as práticas de normalização de corpos, por meio da crítica aos sistemas de opressão marcados pelo patriarcado, pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), pela cisgeneridade compulsória (Simakawa, 2015) e pela capacidade corporal compulsória (McRuer, 2002).” (Mello, Aydos & Schuch, 2022, p. 18-19)

É também nesse contexto que surge a ideia de uma “Justiça Defiça”, tradução proposta por Anahí Mello para *Disability Justice*, concebida assim inicialmente por ativistas com deficiência, não brancas e *queer*. A proposta é de que a deficiência seja considerada a partir das interseccionalidades, indo além da busca pela garantia de direitos e a eliminação de barreiras físicas, mas cultivando sobretudo o acesso coletivo aos bens e serviços de cuidado (Gesser, Zirbel & Luiz, 2022, p.10):

“O tema do acesso está intimamente atrelado ao do cuidado como uma responsabilidade pública coletiva. Na lógica do cuidado, a necessidade de convívio social e acesso a espaços coletivos é tão importante quanto as necessidades materiais da alimentação, do descanso, da saúde e do alívio da dor, por exemplo. Possibilitar que pessoas com deficiência vivam integradas à sociedade é um dos objetivos do cuidado (...) e uma demanda da Justiça Defeça” (Gesser, Zirbel & Luiz, 2022, p.11)

As autoras afirmam ainda que:

“Os pressupostos feministas, antirracistas, anticapacitistas e anticapitalistas desta teoria reiteram o compromisso ético-político de não deixar nenhum corpo ou mente para trás (SINS INVALID, 2019). Por fim, para a implementação de práticas sociais mais justas, é urgente que o cuidado seja assumido como um valor central às políticas públicas e que os objetivos que o orientam e as práticas que lhe são próprias estejam a serviço de toda a população. Só assim teremos uma sociedade justa, que acolha a multiplicidade de corpos e mentes.” (Gesser, Zirbel & Luiz, 2022, p.11)

Importante salientar que esta proposta recoloca no âmbito das políticas públicas e direcionamentos pertinentes à sociedade atual, uma lógica pautada no convívio coletivo e compartilhado de cuidado, pressuposto de sabedorias ancestrais apagadas por uma lógica voltada para o individualismo pretensamente auto suficiente e privado próprio da sociedade moderna ocidental.

No dia 24 de março de 2023, em uma aula aberta do 'Programa Sonhar o Mundo' promovida pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) intitulada 'Aleijar as Museologias', Anahí Mello fez referência à categoria analítica da deficiência. Sugeriu, então, que é preciso fazer da deficiência um método de acessibilidade, através da participação e efetivação da presença de pessoas com deficiência nas ações da Museologia.

Anahí Mello (2023) apontou ainda que o corpo padrão derivado da Modernidade, ou seja, universal, funcional e útil, responde ao sistema hegemônico capitalista. Ou seja, a concepção moderna de corpo, que marca todas as categorias sociais da diferença como faltoso, deficiente ou ineficiente, é em si mesma capacitista.

Na mesma aula, Edu O. investigador, artista visual e dançarino com deficiência física, nos apontou que a normatividade é muito limitada com os seus padrões fixos. Edu O. defende que o futuro é “defeça”, e que a sociedade tem muito a aprender com os modos diversos de ser e estar no mundo. O artista lembra que o modo

de ver a deficiência ainda é normativo, e que as próprias ações de acessibilidade e inclusão precisam ser aleijadas. Edu lembra, por exemplo, que a arte de Frida Kahlo, não é percebida como uma arte “defiça” ou “def”, como costuma nomeá-la. A artista mexicana, foi uma mulher com deficiência, e em geral, a referência a este fato da realidade de Frida é mencionada através da tragédia, como um adendo, e não como a realidade da artista em si. Uma artista com deficiência, cuja arte aleijada é em si mesma uma criação que reflete a experiência de uma mulher com deficiência.

Edu O. lembrou ainda que os filtros para embaçar o fundo da imagem na plataforma de reuniões online que usamos, foi inventado por um homem surdo para dar destaque à imagem principal em foco, e facilitar a leitura labial necessária pelas pessoas surdas. Edu O. ressaltou que é preciso destacar essas autorias, pois ainda é incomum associarmos a criação tecnológica, artística ou mesmo a produção de conhecimento às pessoas com deficiência. Edu O. defende que é preciso positivar o que é visto como faltoso. Entortar o olhar, o enquadramento fixo e produzir diferença. A deficiência, nesse sentido, é uma categoria para alargar a ideia de humanidade.

No encerramento da mesma aula, Olívia Weid (2023) propôs pensar a deficiência promovendo o efeito de um espelho, ao afirmar que trazer a deficiência para perto pode alargar as nossas próprias possibilidades de existência. Sobre os objetivos da acessibilidade e inclusão, Weid (2023) reflete que para alargar fora é preciso alargar dentro também. Ou seja, é preciso mudar algo em cada um de nós, acolhendo o que nos parece, em um primeiro momento, estranho. Tensionar, problematizar, refletir e aleijar os nossos próprios modos fixos de perceber, ser e estar no mundo. Ou seja, incluir a diferença e abrir-se para inventividades e criações.

1.3 DA DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA À CIDADANIA CULTURAL

A Nova Definição de Museu, aprovada em Praga, capital da República Checa, no dia 24 de agosto de 2022, durante a 26ª Conferência Geral do ICOM, diz o seguinte:

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e
Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento.” (ICOM, 2022)

A aprovação desta nova definição foi precedida de um longo debate que iniciou em 2019, quando o texto que havia sido elaborado para substituir a definição atualizada pela última vez em 2007 não foi aprovado na Assembleia Geral do ICOM. Uma das críticas relatadas por profissionais de museus havia sido a exclusão da menção à educação, ou seja, ao papel educativo dos museus.

De 2019 a 2022 a construção de uma nova proposta de texto foi sendo discutida de forma participativa envolvendo centenas de profissionais de museus de 126 comitês nacionais do ICOM em diferentes países do mundo. A Definição aprovada em Praga traz treze palavras novas, entre elas: acessibilidade, inclusão, diversidade e sustentabilidade. Estes termos apontam novos caminhos abertos e marcam uma posição mais ativa dos museus com a sociedade e o seu entorno, que ultrapassam a ideia mais tradicional de local destinado a conservar objetos e coleções. Importa ainda lembrar que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável pode ser pensado em quatro níveis: o ambiental, o social, o cultural e o econômico.

No dia 26 de fevereiro de 2021, em uma aula deste mestrado referente à disciplina sobre Museologia Social, o professor Mário Moutinho afirmou que o fato de estarem interligados à dinâmica social, faz com que os museus sejam instituições intermitentes, e não permanentes. E que em Museologia, na verdade lidamos com pessoas, e, por vezes, com objetos. Para caracterizar esta última indicação, Moutinho apresentou uma imagem fotográfica do interior de um museu, onde se via um quadro na parede e um carrinho de bebê à sua frente. “Duas dimensões essenciais: a que está nas paredes e a que está no berço” (Moutinho, 2021).

Este ponto me fez refletir sobre o meu interesse pela Museologia e os museus, aparentemente tão distantes da minha formação e campo de atuação profissional. Para a psicologia, o objeto de estudo e intervenção é a pessoa, o indivíduo humano. Suas emoções, seu sofrimento, suas relações e comportamentos, onde embora sempre associado a um contexto social e cultural, o sujeito humano destaca-se em sua singularidade e subjetividade. E a infância, como momento de constituição

desse sujeito, tem uma importância primordial e fundamental, pois mesmo antes do nascimento, já existe um mundo de ideias, sentidos, normas e convenções mais gerais no âmbito da cultura e da linguagem, através do qual projetamos a vida de nossas crianças. É a partir das nossas expectativas, perspectivas, e do nosso enquadramento de um mundo compartilhado, que as crianças vão constituindo-se em relação com as pessoas, as palavras e o mundo de modo mais geral.

No dia dois de setembro de 2022, em uma conversa realizada no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona com Bruno Brulon, logo após a aprovação da Nova Definição de Museu, Mário Moutinho relembrou a afirmação de intermitência dos museus. Bruno Brulon, museólogo brasileiro e Co-Presidente do Comitê Permanente para a Definição de Museu do ICOM, presidiu a Assembleia Extraordinária de aprovação do texto final em Praga. O museólogo brasileiro esteve pela primeira vez no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona e compartilhou a experiência de construção do documento aprovado.

Os avanços e as dificuldades na escolha das palavras para o texto final, na tentativa de uma construção compartilhada dentro do campo global da Museologia, contemplam em torno de si a diversidade cultural própria do campo da linguagem. Brulon contou, por exemplo, que uma das escolhas realizadas no texto final da definição, após muita conversa e discussão, foi a inclusão da palavra «interpreta» para sinalizar uma das ações realizadas pelos museus. Esta escolha se deu de forma a afirmar que os museus não são neutros em relação aos seus conteúdos, narrativas e discursos expostos. Esta escolha presentifica também a importância dos usos conscientes das palavras devido aos possíveis sentidos e significações que carregam consigo.

Em sua investigação de pós-doutoramento, Patrícia Roque Martins (2017) ressalta a questão da deficiência enquanto fenômeno social. Para a autora, as narrativas culturais públicas da deficiência como as encontradas nos museus, geralmente se ancoram em sentidos negativos e pejorativos que afetam a forma como a sociedade se relaciona com a deficiência, bem como os próprios processos identitários deste grupo social (Martins, 2017). E em relação a esta problemática, afirma que os museus são espaços que interpretam e comunicam uma representação equivocada da realidade das pessoas com deficiência que acabam por constituir entraves à participação plena destas na sociedade.

Martins (2017) aponta alguns exemplos de boas práticas de inclusão e acessibilidade em museus importantes de diferentes países, mas conclui que:

“Não obstante, o acesso das pessoas com deficiência aos museus continua a ser efetuado de forma desigual, sendo poucas as instituições que assumem um posicionamento holístico inclusivo na planificação e apresentação dos seus serviços (Hollins, 2010). As pessoas com deficiência continuam a estar “sub-representadas, tanto na perspetiva das coleções e das exposições, como da fraca presença de pessoas com deficiência/incapacitadas como visitantes ou funcionários dos museus” (Martins, 2017, 199). Esta situação, tem levado a alguns investigadores no campo da deficiência e da museologia a considerar que a eliminação das barreiras físicas, a criação de recursos de interação comunicativa ou de atividades educativas destinadas às pessoas com deficiência - apesar de permitirem o acesso ao museu - não solucionam o problema de exclusão cultural das pessoas com deficiência. Efetivamente, autores como Dood (2001), Sandell (2007) e Barnes (2010) consideram que a principal barreira que afeta e dificulta a sua participação social assenta nos valores culturais e no preconceito da sociedade em torno da deficiência, impedindo a sua inclusão plena. E, assim, contribuindo para a sua permanente discriminação e exclusão social.” (Martins, 2017, p. 43)

A «Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade» aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em 17 de novembro de 2015, se destaca como um importante documento para o campo da Museologia. A Recomendação destaca na sua introdução que: “A proteção e a promoção da diversidade cultural e natural são desafios centrais do século XXI” (UNESCO, 2015, p. 5), e que museus e coleções constituem meios primários pelos quais testemunhos tangíveis e intangíveis da natureza e da cultura humanas são salvaguardados. O documento reafirma a função social dos museus e reitera que estes:

“[...] são cada vez mais vistos, em todos os países, como tendo um papel-chave na sociedade, como fator de promoção à integração e à coesão social, podendo ajudar as comunidades a enfrentar mudanças profundas na sociedade, incluindo aquelas que levam ao crescimento da desigualdade e à quebra de laços sociais.” (UNESCO, 2017, p. 7)

A Recomendação da UNESCO é um instrumento que orienta os Estados-membros quanto à importância dos museus, destacando a sua potência como

espaço público capaz de promover a reflexão e o debate acerca de questões históricas e coletivas. E de modo mais amplo, capaz de “ampliar a inclusão social de populações vulneráveis” (UNESCO, 2017, p. 7). A Recomendação reflete na atualidade as construções que decorreram das discussões do campo desde a metade do século XX. A partir dessa permeabilidade dos museus, é importante pensar a sua relação com o conceito de cultura.

A cisão entre Natureza e Cultura, promovida pelo surgimento de uma Ciência Natural na Modernidade, reforçou a cisão entre mente e corpo decorrente da Filosofia Moderna, que alicerçada em um saber científico, super valorizou a ideia de espécie humana. As Ciências Naturais, através da fisiologia e dos estudos genéticos, contribuíram para a afirmação hegemônica do homem branco normal e racional como a referência universal de uma espécie superior em uma escala pretensamente evolutiva, onde a razão e a intelectualidade se destacam. Em decorrência desse contexto, estabeleceu-se também a ideia de uma cultura superior e civilizada.

Segundo Valmir de Souza (2018) a noção de uma alta cultura acabou sendo estabelecida como referência, a partir dos valores hegemônicos estabelecidos por uma elite. No entanto, em meados do século XX, dois paradigmas de políticas públicas culturais foram sendo tecidos: o paradigma da democratização da cultura e o paradigma da democracia cultural (Souza, 2018). Valmir Souza (2018) aponta que o primeiro tem como objetivo principal:

“(…) ampliar o acesso do grande público à cultura e à vida artística, caracterizando-se por distribuir os benefícios da cultura para a população, mediante a difusão desde as instituições, e consistiria em proporcionar conhecimentos e serviços da elite cultural, buscando diminuir a desigualdade no acesso a bens culturais, bem como ao patrimônio histórico.” (Souza, 2018, p.99)

Com o paradigma de democratização da cultura, o público é percebido como receptor de bens e serviços. Esse paradigma apoia-se na promoção do acesso à cultura, isto é, em uma ação cultural do Estado ou de iniciativas privadas para a “distribuição e popularização da arte, o conhecimento científico e as demais formas de ‘alta cultura’” (Souza, 2018, p. 99). Por outro lado, segundo o paradigma da democracia cultural, a produção de cultura da população é valorizada sem que haja uma

interferência do Estado nas práticas de grupos e comunidades. Ao invés disso, busca-se muni-las de meios e recursos para que possam dinamizar os seus próprios fazeres (Souza, 2018, p. 101). A democracia cultural busca:

“(...) proporcionar a indivíduos, grupos e comunidades instrumentos necessários para desenvolver suas potencialidades culturais, com a possibilidade de os cidadãos participarem ativamente da vida social. Nesta perspectiva, a população se apropria de meios necessários para desenvolver suas próprias práticas, dinamizando a cultura local a partir de suas referências e não tendo como horizonte somente as práticas consagradas.” (Souza, 2018, p. 101)

Neste sentido, as Políticas de democratização cultural voltam-se para as ações de difusão e ampliação do acesso às artes consagradas, enquanto as Políticas de democracia cultural partem de um conceito ampliado de cultura. A democracia cultural percebe a Cultura como modo de vida, e inclui os diversos fazeres comunitários, as produções simbólicas de segmentos sociais diferentes, além das produções artísticas amadoras mais gerais. É, portanto, um paradigma que inclui o engajamento e a participação da população nas decisões do fazer cultural (Souza, 2018, 102).

Souza (2018) relata a experiência da gestão pública no campo da Cultura no município de São Paulo, Brasil, nos anos 1980 e 1990, quando “conceber a cultura como direito constituiu, para a época, uma novidade no campo das políticas públicas, e implicava colocar novas tarefas ao Estado como indutor do fazer cultural”. A política de Cidadania Cultural proposta pela secretária municipal, a filósofa Marilena Chauí, propunha o acesso à cultura juntamente com o direito à sua produção e experimentação (Souza, 2018, p. 103).

Dessa forma, a proposta de tomar a cultura como um direito do cidadão, tanto no que se refere à produção de símbolos, quanto de fruição, mescla os dois paradigmas de políticas culturais. Ou seja, alinha a democratização do acesso à cultura com a sua descentralização, rompendo com a lógica hegemônica e ampliando a sua própria noção conceitual (Souza, 2018). O conceito de cidadania cultural, portanto, reflete uma visão ampliada e aberta à diversidade e à diferença, apontando um caminho em prol da justiça social.

Vejamos agora como este novo paradigma afeta mais especificamente os campos da Sociomuseologia e da Acessibilidade Cultural.

1.3.2 O olhar da Sociomuseologia e o atravessar das paredes

Na aula do dia 26 de março de 2021, no contexto da disciplina sobre «Museologia Contemporânea», o professor Mário Moutinho ressaltou que a Sociomuseologia não é uma técnica para fazer museus, mas sim uma área disciplinar das Ciências Sociais engajada numa gestão compartilhada, no caminho da diversidade cultural, do respeito à diferença, e comprometida com as problemáticas sociais. Para Moutinho (2021) isso implica que a ação de intervenção museológica saia do gueto da cultura e atravesse as paredes dos museus.

Ainda na mesma aula, Moutinho (2021) defendeu a importância da construção de Políticas Públicas para o campo dos museus, de forma a definir com clareza os objetivos a serem atingidos nas ações museológicas. A partir da perspectiva da Sociomuseologia, Moutinho (2021) indicou os seguintes princípios balizadores para a construção de uma política nesse campo: abrir os museus às problemáticas contemporâneas do mundo em que vivemos; assumir uma visão diferenciada da cultura baseada nas dimensões simbólica, cidadã e econômica, e promover um ativismo museal.

Em seguida, propôs também as seguintes linhas de ação: o estímulo às iniciativas culturais já existentes, a promoção do desenvolvimento institucional dos museus de forma a organizá-los para que tenham melhor desempenho; e o apoio à formação teórica e prática no campo da Museologia com foco no seu compromisso social, com o argumento de que uma maior qualificação representaria uma maior segurança e conseqüentemente o aumento das possibilidades de intervenção (Moutinho, 2021).

Mário Moutinho (2021) ressalta a ideia do museu como uma oficina social. Um espaço onde seja possível trabalhar as questões da sociedade no seu tempo, produzindo, assim, sentidos, reflexões e pensamento crítico, de modo a estimular a criação artística nas artes, nos saberes e nos fazeres. Para Moutinho (2021), a construção de uma Política Pública que siga a linha de pensamento da Sociomuseologia, deve propor ações a partir da realidade atual, agindo de baixo para

cima, através de fóruns, convocações à sociedade para uma gestão colaborativa, participativa e democrática.

No texto ‘Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo’ (2021), Primo & Moutinho fazem uma crítica ao aumento da desigualdade social e do empobrecimento de uma parcela cada vez maior da população mundial, concomitantemente à acumulação de riqueza “num número cada vez mais restrito de pessoas”. Efeitos do modelo de sociedade neoliberal em que vivemos atualmente (Primo & Moutinho, 2021, p.19). E retomando a lógica do Estado Neoliberal, como “a forma de organização da sociedade contemporânea, que serve o modelo atual do sistema capitalista” (Primo & Moutinho, 2021, p. 26), os autores chamam atenção para a pretensa regulação pelo mercado e a defesa das liberdades individuais, que na prática:

“(…) não tem o sentido de elevar o nível de vida das pessoas no que diz respeito por exemplo à própria subsistência, (incluindo a elementar reprodução da mão de obra) à saúde, à cultura, ao conhecimento, mas sim o de assegurar a qualquer preço, a própria acumulação.” (Primo & Moutinho, 2021, p. 26)

É a partir deste ponto da realidade global na atualidade, que os autores retomam a pergunta sobre que lugar os museus podem ocupar no mundo (Primo & Moutinho, 2021):

“(…) voltamos sempre ao questionamento do lugar que os museus poderiam ter na desconstrução da ideologia dominante que torna natural e afirma a inevitabilidade dessa mesma desigualdade, favorecendo assim a submissão crescente do trabalho ao poder do Capital.” (Primo & Moutinho, 2021, p.19)

Os autores refletem sobre o papel dos meios de comunicação e dos novos modos de mídia digitais na produção do conhecimento do mundo, salientando as estratégias de manipulação da informação pelos meios de comunicação que respondem ao poder hegemônico do capital, através da palavra e da imagem transmitidas em permanência pelos diversos canais de mídia:

“Assim parece evidente que o condicionamento da compreensão do mundo é muito mais que uma questão de opção entre várias possibilidades, que na verdade não existe qualquer autonomia, quando o conhecimento resulta e é veiculado pelos diferentes meios que o poder político e financeiro institucionalizados, construíram, articulam entre si e mantêm.” (Primo & Moutinho, 2021, p. 22)

Para Primo & Moutinho (2021) as instituições do campo da Museologia, pelo viés do compromisso com a justiça social, a democracia e a cidadania, podem afirmar-se como lugares de favorecimento da construção e partilha de um pensamento crítico e contestador da ideologia dominante. Um lugar que “os museus podem ocupar na construção de uma consciência crítica do mundo contemporâneo, de uma consciência que esclareça, que dê o nexa ao que parece ser distinto” (Primo & Moutinho, 2021, p. 23). E então, atravessando as paredes dos museus complementam com outra questão:

“Também voltamos sempre ao questionamento sobre a relação entre a dimensão planetária das múltiplas aflições, com a sua expressão a nível local. Ao questionamento de como se criam muros que separam as diferentes realidades, isolando no sentido próprio do termo os diferentes sofrimentos, tanto como impossibilitando respostas tão amplas quanto as questões em apreço. Neste contexto de questionamento, mais do que certezas ou de consensos mais ou menos assumidos, se pode compreender a necessidade de repensar o lugar e a função dos museus na sociedade contemporânea.” (Primo & Moutinho, 2021, p. 23)

É nesse contexto que a Decolonialidade, no âmbito dos estudos pós-coloniais, pode fomentar e contribuir para as problematizações, como indicam os autores, “em suas dimensões sociais, políticas e culturais” (Primo & Moutinho, 2021, p. 28). A partir de Mignolo (2002) e a sua proposição de colonialidade do poder, do saber e do ser, Primo & Moutinho (2021) apontam como este padrão mundial de colonialidade afeta quatro áreas básicas da existência social: a hierarquização das pessoas; a economia capitalista; a política e o plano epistêmico. Para subverter essa lógica, ou seja, essa matriz de poder global, os autores trazem os conceitos de desobediência epistêmica de Walter Mignolo (2008) e de Pedagogia Decolonial de Catherine Walsh (2013) para o campo da Sociomuseologia:

“A desobediência epistémica é um caminho para a (re)conquista da identidade dos povos subalternizados. Para que estes assumam o seu papel político no sistema, conquistando espaços na (re)construção de narrativas, promovendo discursos polifônicos que os recolquem como produtores de subjetividades e de saberes ancestrais, bem como produtores de novos saberes. Essa desobediência permite a criação de espaços na sociedade, nas instituições, na política e na economia para que pessoas excluídas sejam visibilizadas, reconhecidas e possam construir novos referenciais. Através da desobediência epistémica, é possível que os povos subalternizados possam se insurgir política e socialmente, criando fissuras dentro do sistema da colonialidade. Assim, museus e escolas passam a ser espaços a serem ocupados pelos movimentos insurgentes. Instituições, que por terem seus nascedouros na modernidade, continuam impregnadas de colonialidade.” (Primo & Moutinho, 2021, p. 31)

Alinhando os estudos decoloniais com a educação libertária defendida por Paulo Freire, Primo & Moutinho (2021) destacam o trabalho com a memória coletiva como uma “potência educativa”, e trazem três elementos estruturantes na relação insurgente entre Museologia e Educação: as palavras geradoras, os objetos geradores e os corpos geradores (Primo & Moutinho, p. 32). Este último conceito, é proposto através do desdobramento dos dois anteriores, as palavras geradoras de Paulo Freire em sua proposta de alfabetização de adultos, e os objetos geradores de Francisco Régis Lopes na sua proposta de releitura dialógica dos objetos de museus de História nas ações com as escolas.

O conceito de corpos geradores, para Primo & Moutinho (2021) resgatam o fato de que no contexto da colonialidade, os corpos foram os primeiros territórios de dominação nas relações de poder, a serem controlados e disciplinados em suas mais diversas dimensões, inclusive no que tange a produção de ordem simbólica. Assumindo estes corpos subalternizados como “corpos-territórios”, Primo & Moutinho (2021) afirmam:

“[...] esses corpos-territórios quando estão em processo de insurgência na construção de novas expressões, assumem-se então como corpos-sujeitos, como corpos-políticos que reivindicam o direito a sua plena expressão, que exigem direito de existência, que exigem respeito pelas suas múltiplas formas de expressão e se ressignificam cotidianamente. Neste sentido os corpos-geradores, enquanto sujeitos e políticos, serão aqueles que obrigarão às instituições produtoras de conhecimento – universidades, escolas e museus – a redesenharem formas e processos mais democráticos e participativos que reconheçam

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

e expressem palavras, objetos, corpos e saberes dos povos historicamente oprimidos e subalternizados.” (Primo & Moutinho, 2021, p. 34)

É com essa proposição e posicionamento assertivo, que a Sociomuseologia se assume como uma Escola de Pensamento decolonial. Compromissada com as problemáticas da atualidade e da justiça social frente à diversidade cultural e humana, a fim de “construir e alimentar espaços de reflexão e de práticas reparadoras, que nos permita a contínua leitura crítica do mundo em que vivemos” (Primo & Moutinho, 2021, p. 36).

Desta feita presume-se que seja igualmente importante, para alargar e enriquecer os espaços museológicos, incluir os corpos-geradores que exprimem a experiência com a deficiência. Ou seja, sujeitos que apresentam limitações físicas, auditivas, intelectuais, mentais ou visuais, em sua diversidade.

Para tanto, acredito ser importante estreitar os laços entre a Sociomuseologia e a Acessibilidade Cultural, reforçando os pontos em que se tocam.

1.3.2 Acessibilidade Cultural: é no caminhar que se faz o caminho

No contexto brasileiro, o momento de redemocratização do país no início dos anos 1990, no período pós ditadura militar, favoreceu as primeiras iniciativas de democratização e descentralização da cultura. Com base em uma Política de Cidadania Cultural, essas iniciativas afirmavam o direito à cultura e a sua importância no âmbito das políticas sociais, promovendo uma aproximação com a arte de periferia, com as questões relativas à saúde mental, com a deficiência e a diversidade cultural e humana em geral.

A pauta da cidadania cultural das pessoas com deficiência avançou no âmbito das políticas culturais brasileiras a partir da ratificação do acordo com a «Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais» (UNESCO, 2006). A partir desse acordo foi constituída a Secretaria de Identidade e

Diversidade (SID) do Ministério da Cultura (MinC) com o intuito de construir a pauta da diversidade para a implementação de uma Política Pública de Cultura no Brasil.

Neste sentido, a SID foi responsável pela organização de ações participativas junto à sociedade civil para a construção conjunta de diretrizes para a Política Nacional de Cultura (PNC) a ser implementada. Essas ações se realizavam em encontros de dois a três dias, com o intuito de aproximar e fomentar a produção cultural e artística de grupos específicos, como por exemplo a Oficina «Loucos pela Diversidade» em 2007, realizada conjuntamente com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no âmbito da Saúde Mental com vistas ao fomento da produção artística de pessoas com transtorno mental.

A «Oficina Loucos pela Diversidade» inspirou a «Oficina Nada sobre Nós sem Nós» em 2008. A «Oficina Nacional de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência», nomeada posteriormente com o lema da luta das pessoas com deficiência ocorreu em agosto de 2008 e teve como objetivos (MINC, 2009):

- Escutar, conhecer e sistematizar as experiências no campo da interface de políticas e produção estética, artística e cultural das e para as pessoas com deficiência.
- Construir, a partir dos Grupos de Trabalho sobre o fomento, patrimônio, difusão e acessibilidade, ações e diretrizes orientadoras para uma política pública cultural para pessoas com deficiência.

A construção conjunta dos Grupos de Trabalho (GT) durante a «Oficina Nada sobre Nós sem Nós» trouxe pela primeira vez a temática da acessibilidade para as Políticas Públicas de Cultura do Governo Federal. Antes disso, os demais GT se restringiam às temáticas: Fomento, Patrimônio e Difusão. Foram os cerca de 60 participantes desta oficina específica, entre eles artistas com deficiência, militantes e profissionais da área da deficiência de diversos setores, que levantaram a pauta da acessibilidade no que diz respeito à fruição e ao direito cultural das pessoas com deficiência, salientando a necessidade de promover os recursos de acessibilidade devido às barreiras de acesso aos bens e equipamentos culturais (MinC, 2009).

As diretrizes que resultaram do GT «Acessibilidade» propuseram garantir que todas as políticas e ações do campo artístico e cultural seriam concebidas e

executadas de acordo com as legislações nacionais existentes no que refere ao direito de acesso e participação de pessoas com deficiência e “sensibilizar e conscientizar os vários setores da população sobre a importância da implementação de recursos assistivos e transposição de barreiras de acessibilidade à arte e cultura” (MInC, 2009).

O relatório da Oficina foi publicado e distribuído em formato de livro com os resultados dos GT e seminário realizado, e distribuído nacionalmente para diversos órgãos públicos, mistos e privados, ONG’s, movimentos sociais, setores e instituições. Essas ações culminaram em um fortalecimento da pauta da cidadania cultural da pessoa com deficiência nas esferas municipais, estaduais e nacional de cultura. Essa construção participativa fomentou e instigou o reconhecimento e a luta pelo direito cultural de pessoas com deficiência, bem como iniciativas e ações em prol da acessibilidade e inclusão destas em vários setores culturais, entre eles o setor dos museus.

No que se refere à cidadania cultural das pessoas com deficiência, a pauta é recente e implica em uma luta que demanda constância, persistência e continuidade. É nesse sentido que o conceito de Acessibilidade Cultural deve ser entendido como um campo em construção baseado no “direito de vivenciar experiências de fruição cultural com igualdade de oportunidades para diversos públicos” (Dorneles et al, 2018, p.138) o que inclui as demandas de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em nome da possibilidade de acesso tanto na produção quanto na fruição de cultura.

Relembro a afirmação de Marcelle Pereira (2021) de que a Museologia Social e a Sociomuseologia são formas de Museologia mais entrelaçadas com as Políticas Públicas Culturais. No contexto brasileiro, esse entrelaçamento fica evidente pela história de ausência, autoritarismo e descontinuidade das ações inclusivas nesse campo, no que se refere à grande parte da população ao considerar a diversidade de grupos, processos simbólicos e materiais. Este fato requer ênfase na importância dos movimentos sociais na construção das políticas culturais brasileiras para garantir seu espaço na sociedade onde impera uma herança cultural hegemônica (Pereira, 2020).

Foi no contexto de construção da Política Nacional de Cultura (PNC) do Brasil, que o Programa Pontos de Memória (PPM) surgiu em 2009, inspirado no Programa Cultura Viva (PCV). O PCV implementado em 2004 instituiu os Pontos de Cultura e tornou-se uma referência para políticas culturais em outros países da América Latina. Com o objetivo de valorizar a cultura de base comunitária, incentivar a

articulação em rede e a gestão compartilhada de forma autônoma, com o protagonismo e o empoderamento da sociedade civil, o Programa fomentou a inclusão social, o combate à discriminação e a valorização da diversidade cultural e dos direitos culturais.

Em 2009, O Programa Pontos de Memória (PPM) foi instituído com base no PCV com vistas ao reconhecimento e valorização da memória social:

“As ações desenvolvidas, pautadas no fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias referentes à diversidade social, étnica e cultural do País, visam garantir que o direito à memória seja exercido de forma democrática por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira, e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais.” (IBRAM, 2021)

Em 23 de julho de 2014 o PCV tornou-se Política de Estado ao ser sancionada a Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014). Já o PPM contribuiu para que fosse desenvolvida uma política pública de direito à memória como um fator de inclusão e transformação social, tendo por base o Plano Nacional Setorial de Museus (PNM) e a PNC. A partir das diferentes tipologias de museus, práticas e ações museológicas, o trabalho junto à herança cultural e natural tem o poder de articular passado e presente promovendo tensão e movimento. A memória surge como esse elemento causa, capaz de provocar uma fricção, um tensionamento em duas direções opostas. Mário Chagas afirma:

“[...] se há um movimento de memória que se dirige a um passado e lá se cristaliza - “como culto à saudade”, lembrança que aliena e evade o sujeito de si e do seu tempo, lembrança reificada e saturada de si mesma e por isso sem possibilidade de criação e inovação - há também um movimento de memória que se dirige para o presente. É o choque entre esses dois movimentos, com a vitória ainda que temporária do segundo, que gera a possibilidade de a memória constituir-se em um grande detonador de transformações e mudanças individuais e sociais.” (Chagas, 2020, p. 299)

Chagas (2020) retoma os escritos de Jacques Le Goff sobre a Revolução Francesa de 1789, onde o historiador francês questiona se a memória acumulada não teria sido justamente o detonador de toda a mobilização política e social que instigou a revolução. Indo por esta trilha, a memória teria, portanto, um papel crucial, pois representaria uma encruzilhada. Um ponto no espaço-tempo que articula passado e presente. Onde passado e presente se encontram em tensão, friccionando movimento, abrindo novas possibilidades e por conseguinte a construção de novas memórias.

Como já observava Alma Wittlin em «Museums: In Search of a Usable Future» de 1949, uma das referências teóricas da Sociomuseologia, os museus, enquanto instituições, são uma criação humana, portanto não têm um fim em si mesmo. Os museus existem e servem a esta humanidade que os criou. Wittlin (1949) ao pensar sobre o papel e possível uso dos museus no futuro, questionava o que os mesmos poderiam fazer em relação às necessidades não atendidas das pessoas. E afirmava que por não serem ilhas no espaço precisavam se conectar com o seu contexto, para fora das suas paredes.

A concepção de Alma Wittlin já trazia embutida a interdependência do museu ao seu entorno, ao considerar a relação entre este e o meio social em que se insere. Wittlin (1949) ressalta o papel educativo dos museus e a sua potência neste sentido, além de pontuar a necessidade de que as ações e expografias sejam experiências estimulantes e provocadoras para que consigam de fato promover transformação e mudança na sociedade.

Em seu livro 'Futuro Ancestral' (2022), Ailton Krenak questiona a forma como o conceito de democracia é percebido pelo senso comum. Ele observa que “a democracia não é algo que você veste e sai andando” (Krenak, 2022, p. 86). E exemplifica essa complexidade com atos antidemocráticos ocorridos em países que são conhecidos como os mais democráticos do mundo:

“Nos Estados Unidos, que são a maior democracia do mundo, um policial bota o joelho no pescoço de um homem negro e o mata asfixiado enquanto o país exporta democracia para o Líbano, Iraque, Irã, Afeganistão. Porque a democracia escorre ali: eles têm para dar e vender. Então eu acho que a gente tem que parar de ficar usando as expressões assim de maneira tão folgada.” (Krenak, 2022, p. 86-87)

Considero importante perceber o que Ailton Krenak sinaliza: a palavra democracia, em si mesma, não significa muita coisa. A palavra serve para nomear algo que escapa a ela mesma:

“Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca, não que se consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque.” (Krenak, 2022, p. 87)

O ativista indígena nos indica com essa colocação, que as palavras servem para nomear nossas experiências cotidianas, mas podem se tornar palavras vazias, ou mesmo palavras que desvirtuam o sentido que tinham originalmente. Sendo assim, podem ser usadas em determinado contexto, para justificar, através da racionalização, atos contrários aos princípios que balizaram inicialmente. É igualmente importante notar, que Ailton Krenak valoriza a experiência e as relações micropolíticas, apontando para os limites da língua ou seja, para o que escapa ao discurso manifesto.

Krenak (2022) segue apontando a necessidade atual de ampliarmos a concepção consensual de Estado por entender que esta ideia está contaminada, podendo ser renomeada de “nosso velho Estado colonial”, cujo “DNA de pirata, de bandeirante: existe para comer os outros” (Krenak, 2022, p. 88-89).

Penso que esta proposição de Ailton Krenak possa aludir à lógica de um regime de inconsciente colonial-capitalístico (Rolnik, 2019) onde a acumulação de capital e o consumo comandam as relações dos sujeitos e conseqüentemente as suas políticas de desejo inconsciente. O ativista indígena sugere que estejamos abertos a uma “matriz cultural ampla” com a ideia de um “Estado plurinacional” (Krenak, 2022, p. 89). E para tanto, indica que os povos originários podem contribuir para este debate:

“Porque os povos originários têm outras contribuições ao debate, tanto sobre a pólis quanto sobre as ideias de natureza, ecologia e cultura. Se formos capazes de nos abrir a toda essa riqueza, a atividade política será mais uma dimensão da existência, e não uma ocupação predatória, como tem sido para muitos políticos do século XXI, o século do neoliberalismo, cuja invenção só tem servido para aparelhar corpos e constituir servidão. Escapar dessa servidão é também se abrir à ideia de ocupar, inclusive o espaço da política, do Estado, e eu espero que a gente possa ajudar a oxigenar ao máximo esses ambientes, assim como

os nossos rios, que generosamente compartilham sua potência e confluem. Que a gente possa aprender a não ficar preso a nenhuma barragem.” (Krenak, 2022, p. 90)

Esta passagem trazida por Krenak (2022) nos instiga a refletir sobre as barreiras de acesso enfrentadas pelas pessoas com deficiência, que ao contrário do que podemos supor, não se resumem às barreiras físicas e nem mesmo às barreiras comunicacionais. As barreiras mais difíceis de serem enfrentadas devem ser buscadas num plano mais subjetivo, no interior de cada um, no íntimo mais estranho a cada um de nós. Ou seja, no mal-estar que nos habita.

No decorrer deste capítulo, foi possível perceber conexões e diretrizes de ação muito próximas entre a Sociomuseologia e a Acessibilidade Cultural. Ambas amparam-se em um conceito ampliado de cultura e de acessibilidade, pautados na democracia e justiça social. Ambas têm como princípios a valorização da experiência coletiva e participativa com base na reflexão crítica, na cidadania cultural, na representatividade e na emancipação social em defesa da diversidade cultural, corporal e humana.

Considerando que me propus a pensar os museus a partir da experiência de pessoas cegas e com baixa visão, no capítulo seguinte, farei uma reflexão mais específica acerca de temas que tocam a relação deste grupo em particular com esses espaços.

2. OS MUSEUS E A EXPERIÊNCIA DA CEGUEIRA

Este segundo capítulo dedica-se a refletir sobre algumas questões que considero relevantes no que refere à relação de pessoas com deficiência visual e os museus. Portanto, partirei de uma reflexão sobre algumas concepções sobre o olhar que se contrapõem a ideia deste como um equivalente da percepção visual, ou seja, o sentido da visão.

Em seguida o tema será desdobrado em outros pontos que considero importantes: o lugar da visualidade no contexto dos museus, a importância da multissensorialidade na experiência museológica e a proposição de uma política de acessibilidade estética nos museus como forma de mediação e cuidado.

2.1 O OLHAR E A CEGUEIRA MUSEOLÓGICA

Maria Célia Santos em seu texto ‘Os Museus e seus Públicos Invisíveis’ (2007) cunha o conceito de ‘cegueiras museológicas’ sem relacioná-lo propriamente com pessoas cegas ou com baixa visão. Em seu texto, a autora faz uso da proposição de Edgar Morin, ‘as cegueiras do conhecimento’ e de uma citação de Murilo Mendes de que o invisível não é o irreal e sim ‘o real que não é visto’, para refletir sobre alguns fatores que prejudicam o alcance de uma ação museológica (Santos, 2007, p. 2). Para Edgar Morin, o conhecimento humano é desde sempre parasitado pelo risco do erro e da ilusão, e Santos (2007) propõe atenção a este fato para fazer uma autocrítica enquanto uma profissional de museus.

A luta anti-capacitista tem tido destaque nos últimos anos, e uma das suas ações tem sido o combate ao uso de terminologias que se utilizam de características da deficiência de forma pejorativa, de modo a ressaltá-las como um déficit ou algo a ser consertado ou curado. Portanto, seguindo esta proposição, o conceito de Santos (2007) pode ser considerado um conceito capacitista por se utilizar do termo cegueira para apontar uma falha na atuação do profissional de museu. No entanto, importa para este trabalho, que seja feita uma reflexão crítica da própria concepção para que esta não se

reduza em si mesma como algo a ser recalcado, mas que, ao contrário, possa contribuir com o alargamento de outras perspectivas e significações. Façamos um exercício.

No que diz respeito ao que chama de ‘cegueiras museológicas’, Maria Célia propõe que são atitudes que por existirem acabam:

“[...] dificultando a integração entre as ações museológicas, contribuindo para que a ação educativa seja desvinculada do processo de construção e reconstrução do museu e da escola, bem como do contexto onde estão inseridos e da multiplicidade de culturas neles envolvidos.” (Santos, p.3)

A museóloga define a Museologia como “uma ciência transversal, aberta a todas as ciências, que analisa a cultura e o conhecimento sob todas as perspectivas científicas” (Santos, 2007, p.4). Ela propõe que a ação museológica seja percebida de forma mais abrangente, sem tecnicismo, para que seja entendida em sua complexidade, considerando as totalidades e as partes:

“Reconheço que somos atores sociais responsáveis por criar contextos educativos para a integração criativa e cooperativa permanente, entre diferentes sujeitos e contextos sociais e culturais. Atribuo, portanto, à Museologia, as dimensões social e educativa. Atribuo ao tecnicismo, umas das principais cegueiras museológicas, uma erva daninha, que invade a instituição museu e nos cobre com seus ramos, nos isolando em verdadeiros guetos e nos impedindo de refletir sobre o sentido das nossas ações e sobre as amplas possibilidades que temos de integrar as partes ao todo, no interior e fora do museu, às globalidades e às complexidades.” (Santos, 2007, p.4)

Ela afirma que é “ilusão pensar que a comunicação leva à compreensão” (Santos, 2007, p. 8) e inclui a importância da intersubjetividade nos processos museológicos e nas relações entre indivíduos, grupos, povos e nações.

Santos (2007) conta sobre um episódio que possibilitou uma reflexão e conseqüentemente um outro olhar para as ações que propunha no museu. Fato que ampliou a ação educativa com a disponibilidade para uma participação ativa de todos os setores, e do próprio público a quem se destinava a ação:

“A abertura para olhar o outro nos permitiu enxergar que as obras que estão nos museus podem nos remeter a temas e problemas que fazem parte da dinâmica da vida – o real que não é visto - que o conhecimento pode ser compartilhado, enriquecido e construído de forma coletiva e que os objetos que estão nos museus são um sinal indicador de ações que devem ser realizadas.” (Santos, 2007, p.11)

No texto de Maria Célia (2007) fica evidente que o olhar não corresponde à visão, mas ao enquadramento, posicionamento, direcionamento ou investimento da atenção de alguém para algo. E fica evidente, também, que o próprio sentido da visão pode enganar ou iludir por levar a crer que o invisível aos olhos não existe.

Jacques Lacan (1964) propõe uma reflexão sobre o olhar na perspectiva da psicanálise. Para Lacan, o olho, enquanto órgão da visão, e o olhar, enquanto objeto da pulsão escópica no contexto da teoria e clínica psicanalítica, não se confundem. O olhar, como objeto da pulsão, tem uma relação com o desejo singular de cada sujeito, pois corresponde a um ponto cego, portanto inapreensível, que remete à presença de outrem, por quem se foi olhado ou investido algures.

Corresponde ao lugar que o sujeito ocupou, enquanto objeto no desejo do Outro no momento de sua constituição psíquica. Um tempo lógico, muito precoce, que acontece geralmente por volta dos seis meses de idade, ilustrado por Lacan na sua construção do que chamou o ‘estádio do espelho’. Momento que pode ser verificado no bebê, quando este percebe e vê a sua própria imagem corporal no espelho, e em seguida olha para o Outro de referência, como num pedido de confirmação: sou eu mesmo? Um reconhecimento a partir do olhar do Outro, os cuidadores de referência, que nomeiam a sua existência no campo simbólico.

E é justamente por corresponder a este ponto do nascimento do sujeito do inconsciente, em que me destaco e me diferencio em relação ao Outro (sou ‘um’ e não o ‘outro’), que o olhar resta enquanto objeto perdido, o que escapa à própria imagem ou nomeação. Um ponto vazio, um corte, uma divisão, a esquizo do ser /não ser. Um lugar ativo-passivo do qual me sirvo e ocupo, sem propriamente me ver. Desta forma, o olhar como esse objeto pulsional perdido desde sempre, e por isso inapreensível, é o que possibilita um sujeito ser surpreendido, se perceber olhado, na própria ação que executa como aquele que olha.

Para exemplificar, Lacan cita e critica um texto de Jean Paul Sartre onde este diz que o olhar se vê, “esse olhar que me surpreende, e me reduz a alguma vergonha” (Lacan, 1964, p.84). No entanto, Lacan contesta e lembra que no próprio texto de Sartre, esse olhar pelo qual o sujeito é surpreendido não é um olhar visto, mas um olhar imaginado pelo sujeito no campo do Outro. Ou seja, no campo dos significantes, posto que pode se fazer presente, por exemplo, através de um ruído repentino de folhas durante uma caça, ou o barulho de passos no corredor enquanto olha através de uma fechadura. Algo que remeta à uma presença, e que ponha o sujeito num lugar de se perceber percebido na sua própria intenção desejante, a partir da relação com seu inconsciente enquanto estruturado como uma linguagem.

Ao fazer essa reflexão, Lacan (1964) justifica a não correspondência do olhar com o sentido da visão, lembrando que o olho é apenas um instrumento óptico que permite perceber o espaço e a dimensão geometral através dos raios de luz. Em seguida lembra que as pessoas cegas podem perceber o mesmo através do tato, pois trata-se sempre de perceber a relação de um ponto a outro na sua composição e forma.

No entanto, para a psicanálise, desde Freud, o campo da percepção está submetido ao inconsciente, não sendo ordenado pelo aparelho cognitivo percepção-consciência, mas sim pela relação do sujeito com a linguagem, suas memórias e traços mnêmicos recalcados.

A partir de sua escuta clínica em um Centro de Reabilitação, a psicanalista Joyce Laudino (2023) empreendeu uma investigação sobre a incidência do olhar na constituição psíquica e no cotidiano de pessoas cegas, pela perspectiva da psicanálise. E em suas considerações, afirma:

“O eu depende da unificação corporal, que ocorre na relação com o outro. E o estádio do espelho é uma alusão metafórica que nos permite compreender esta relação e a influência do simbólico na constituição do sujeito que nasce como um pedaço de carne e só se torna humano se cuidado por outro. Constituímos-nos através da linguagem, somos efeito dela, nesse sentido, o Outro é um espelho quando responde ao apelo, nomeia o choro e atende, de certa forma, à demanda.” (Dinoá, 2023, p.103-104)

O campo simbólico tem a função de ordenar e possibilitar as representações inconscientes e as imagens mentais dos sujeitos. E nesse sentido “somos todos, cegos e videntes, referidos ao que o Outro nos diz que somos, pois vem do Outro o Ideal. Logo, a mediação do Outro possui caráter preponderante” (Laudino, 2023, p.104). É importante frisar que o Outro de cada um é uma instância introjetada, fruto de um recorte singular, embora esteja conectada ao campo da linguagem, o campo social, compartilhado de modo mais geral.

Fazendo referência à ‘Carta sobre os cegos para uso dos que não enxergam’ de Diderot, Lacan relembra que “de tudo que a visão nos entrega do espaço, o cego é capaz de dar conta, de reconstruir, de imaginar, de falar” (Lacan, 1964, p.91). Lacan vai ao que interessa na psicanálise, e diz que do ponto de vista do sujeito do inconsciente, essa dimensão geométrica que relaciona o enigma do olhar e ser olhado em sua relação com o desejo, é importante por permitir perceber como o sujeito “é preso, manobrado, captado, no campo da visão” pela função totalizante que este possui com sua tendência à formação da imagem (Lacan, 1964, p.91). No entanto, o olhar enquanto objeto pulsional é isso que está além do olho enquanto órgão. É o que incide enquanto presença, mas escapa à representação, ou seja, escapa à própria formação imagética e surge como enigma, angústia, ou causa do desejo. Ao que as construções imaginárias do sujeito, amparadas pelo simbólico, se põem a tentar responder.

No campo da Filosofia e das artes visuais, o fotógrafo e filósofo Evgen Bavcar também destaca a parceria incontestável da imagem com o verbo. Bavcar (1997), que é cego desde os 12 anos de idade, nos lembra que texto e imagem estão relacionados de tal forma, que um condiciona o outro em suas possibilidades. Ele lembra que a partir de um texto, o artista pode criar uma imagem mental e reproduzi-la em um suporte material à sua maneira, bem como a partir de uma imagem física alguém pode criar um texto singular. Para Bavcar (1997):

“O verbo é, então, cego: ele nos fala do lugar em que surge uma gênese primeira da imagem. É desse modo que, se queremos ir às origens das imagens visuais, nós chegamos forçosamente ao espaço do invisível, este do verbo, e à noite que precede o dia das figuras conhecíveis. Podemos assim parafrasear São João, dizendo: no princípio era o verbo, o qual se torna imagem, a carne do visível, o visível em carne e osso, o substrato cognitivo do olhar.” (Bavcar, 1997, s.n.)

Nessa reflexão e também em seu trabalho como fotógrafo, Bavcar valoriza o que considera obscuro ou invisível, portanto aquilo que diz respeito à imagem mental ou memória psíquica do sujeito. Sobretudo, “a imagem não é apenas alguma coisa da ordem do visual” (Bavcar, 1997) que em suma depende da propagação da luz. Em alusão ao funcionamento de uma câmara escura, Bavcar afirma que “o negativo nos é fornecido já pela obscuridade do momento vivido, isto é, pela experiência do existir no cotidiano”, e as imagens criadas são sempre “uma forma de expressão visual do real inatingível” (Bavcar, 1997, p.3).

Para Bavcar (1997) a proliferação de imagens na atualidade é prejudicial pelos seus excessos e por acabar deixando no esquecimento o seu substrato, o que está latente e por detrás, o sujeito e a sua representação interior:

“Devemos também nos dar conta de que a proliferação de imagens causa prejuízo à narração. O rádio, por exemplo, não tem nunca o mesmo impacto que a televisão. No entanto, estas duas mídias modernas estão submetidas à mesma economia de linguagem. O real que nós percebemos pela televisão torna-se, deste modo, uma superfície autônoma carregando nela o esquecimento de seu substrato, assim como o apagamento do sujeito ainda capaz de uma representação interior. Para pensar ainda as imagens, importa encontrar a marca do sujeito para não se chegar ao simulacro como a única realidade plausível”. (Bavcar, 1994, p.4)

Bavcar (1997) faz ainda uma alusão ao mito de Eros e Psiquê para comparar a visão com o tato. O autor destaca a visão física como a expressão da distância que tem o sentido de privação em relação ao objeto de desejo. Com isso, salienta o “olhar da verdade” como algo diverso do que chama de “olhar físico que quer ver”, e nomeia o tato como “único órgão da verdade” capaz de confirmar a presença de um objeto. Um “olhar chegado” que ainda não provoca a separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Ao destacar o tato como o sentido da verdade por não negar a materialidade das coisas, Bavcar (1997) faz uma crítica à proliferação de imagens-clichê no mundo moderno:

“[...] a proximidade tátil é o mais seguro sinal de uma existência real. A liberação da imagem física da sua representação interior abre todas as

possibilidades de imagens-clichês que, como tais, podem se justificar por elas mesmas. A abundância dessas imagens no mundo moderno forma uma percepção abstrata das coisas que freqüentemente não existem mais por elas mesmas, mas somente através das imagens. Hoje, por exemplo, a realidade do mundo torna-se mais televisiva, mais distante do que jamais.” (Bavcar, 1997, p. 3-4)

Bavcar (1997) afirma, que por conseguinte à correlação entre o visível e o invisível, quanto mais se desenvolve o mundo visual, mais se expande o mundo invisível, obscuro. No entanto, o uso das imagens-clichê com sua potência de síntese e impressão de totalidade e unidade acaba por esvaziar o substrato subjetivo, enfraquecendo o cotidiano da presença real das coisas, bem como a representação da nossa interioridade. O autor ressalta ainda, que os limites da visão são semelhantes aos limites da língua (Bavcar, 1997).

Retornando para o campo da Museologia e dos Museus, na aula do dia 23 de março de 2021, a professora Dra. Maria Cristina Bruno apresentou-se a partir do seu tema geral de pesquisa ao longo dos últimos anos. A saber, 'Museologia e Pensamento Contemporâneo', pensamento este que definiu como plural e multidisciplinar. Maria Cristina Bruno afirmou que duas questões têm permeado as suas reflexões ultimamente. São elas: O que podemos esperar dos museus e dos processos museológicos? e Quais as expectativas que podemos delinear para a Museologia Contemporânea?.

A partir daí, Cristina Bruno propõe três pontos que considera importantes:

1. Prática e reflexão sobre a prática;
2. Museologia Pedagógica;
3. Memória e território.

O primeiro ponto diz respeito à 'Construção do Olhar Museológico', que afirma ter reciprocidade com a Sociomuseologia, necessitando dos atributos de lucidez e reflexividade. A construção desse olhar passa pela constatação de que a Museologia é um campo de conhecimento em constante construção, e é orientado para o enquadramento, tratamento e extroversão das referências culturais (Bruno, 2020).

Ela lembra que os trabalhadores de museus são trabalhadores sociais, como a museóloga brasileira Waldisa Rússio afirmava. Os museólogos analisam e constroem

novas relações entre 'Homem, Objeto e Cenário' em sua vertente prática enquanto uma disciplina aplicada. Essa perspectiva é contemporânea, tendo tido sua matriz na década de 1980, com a ideia de trabalhador público e de como o fazer deste trabalhador reflete na sociedade.

O processo museológico pressupõe que há sempre um enquadramento datado de um universo de musealidade, que se dá a partir do olhar de quem vê. O enquadramento dos indicadores de memória parte sempre do olhar de alguém. Em seguida, o tratamento faz com que este objeto musealizado passe a um contexto simbólico que é o museu, tornando-se herança cultural.

Maria Cristina Bruno afirmou que nesse processo é preciso que haja uma reversibilidade e lucidez, livre de obstáculos. Ou seja, que no terceiro ponto do processo, seja possível o olhar ser visto. Este seria o momento da extroversão, o meio pelo qual o objeto musealizado é exposto ou comunicado ao público. Momento de socialização dos bens patrimoniais permeado por rotas entrecruzadas. Estas, portanto, seriam as funções do museu: construir heranças culturais para fomentar a cidadania, preservá-las e divulgá-las. Além de ser capaz de fomentar o diálogo e ser retroalimentado por este.

O segundo ponto diz respeito ao conceito de Maria Cristina Bruno sobre a Pedagogia Museológica. Para ela é uma convicção que a cadeia operatória das ações de salvaguarda e comunicação da Museologia trata-se de uma pedagogia específica, com uma função social explícita. Há neste processo dois elementos: o Patrimônio como o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais que são os indicadores culturais, e a Memória como construção no presente, a partir dos indicadores culturais (Bruno, 2015). A Museologia, então, faz parte desse entrelaçamento entre os bens patrimoniais e a sociedade. Os objetos contém informações e os seus sentidos e significados devem ser considerados no processo de preservação.

Maria Cristina Bruno destaca como cadeia operatória essencial da Museologia a relação entre a Salvaguarda e a Comunicação. Ela aponta que hoje há um desequilíbrio entre esses dois processos. Ela afirma, assim como Maria Célia Santos, que as especialidades dificultam as ações interdisciplinares; e que o termo curadoria perdeu o seu sentido original, sendo utilizado de forma indiscriminada.

Ela defende que o processo museológico curatorial, que envolve a salvaguarda (conservação e documentação) e a comunicação (exposição e educação),

é um eixo que precisa ser re-centralizado para o que é de fato museológico. Deve ser um método colaborativo, uma ação interdisciplinar, onde todos têm a mesma potência de fala. A dimensão de processo pressupõe força e renascimento, configuram transformação e construção, como quando promovem novas narrativas trazendo novos olhares para dentro do museu.

Em quatro de outubro de 2022 numa atividade online organizada pelo Educativo do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro (RJ), intitulada «Práticas e Reflexões - Muito além do olhar» (CCBB, 2022) Virgínia Kastrup e Leonardo Oliveira comentaram sobre a supervalorização das palavras que remetem ao sentido da visão para denominar o que é importante de ser notado. Ou seja, há uma supervalorização do sentido da visão na sociedade, que Joana Belarmino, uma jornalista cega brasileira, denominou como o paradigma visuocêntrico em sua tese de doutoramento (Belarmino, 2004).

Embora possamos considerar, a partir do que foi exposto acima, que o olhar em sua relação com a experiência da linguagem e seus diversos sentidos, não se resume ao olho ou à percepção visual, Virgínia Kastrup e Leonardo Oliveira salientaram que o visuocentrismo acaba por ser refletido nas terminologias e escolhas das palavras no discurso comum do dia a dia. E essas escolhas apontam para uma hierarquização cotidiana na sociedade entre os que vêem e os que não vêem.

A partir daí, os participantes comentaram sobre a possibilidade de ampliarmos o vocabulário incluindo em nossos textos e falas outros termos que façam referência a formas diferentes de perceber, como por exemplo o tato. E os participantes comentaram, ainda, sobre a necessidade de repensarmos a própria concepção e o lugar dos museus na sociedade (CCBB, 2022).

Portanto, seguirei esta indicação com uma reflexão sobre a relação dos museus com a visualidade.

2.2 O LUGAR DA VISUALIDADE NOS MUSEUS

O nascimento dos museus na Modernidade coincide com grandes transformações da Humanidade num período pós Revolução Francesa, que inaugura novas articulações de memória:

“Uma nova e moderna rede (de poder e de memória) é construída, uma rede por onde passam novas relações de classe, novas relações com o corpo, com a justiça. Com a política, com a economia, com a educação, com a produção intelectual, com a religião, com as instituições públicas e privadas.” (Chagas, 2020, p. 300)

Nesse contexto, quatro museus em França serviram de base para esse projeto de memória aliada ao poder: o Museu do Louvre, o Museu dos Monumentos, o Museu de História Natural e o Museu de Artes e Ofícios. Esse quaternário serviu de suporte para as narrativas históricas estabelecidas pelo poder hegemônico homogeneizante instituindo memórias de celebração, bem como produzindo esquecimentos através da descontextualização das riquezas preservadas do antigo regime. Como aponta Chagas (2020):

“Concebidos inicialmente como “lugares” do projeto revolucionário, os museus, arquivos, bibliotecas e escolas tornados instituições públicas se multiplicam e chegam à atualidade como patrimônio coletivo e memória instituída. Em 1790, foram criados em França, os Arquivos Nacionais e em 1794 eles foram abertos ao público. No caso dos museus, a situação não é diferente. A vontade da burguesia afirmar-se como classe dirigente passa pela criação de um projeto museológico, claramente delineado.” (Chagas, 2020, p. 301)

Através das exposições de obras de arte consagradas e de objetos e artefatos de povos considerados primitivos, tais museus tiveram como objetivo exaltar a civilização e os valores clássicos ocidentais. Para tanto, o museu acabou por se estabelecer como um lugar supostamente neutro aliado ao saber científico (Chagas, 2020).

Esse modelo se expande no século XIX, e os museus funcionam como dispositivos disciplinares que individualizam seus visitantes, qualificando e exigindo “saberes, comportamentos, gestos e linguagens específicas para a fruição de seus bens e o aproveitamento de seus espaços” (Chagas, 2020, p.303). Nesse momento de

instauração de um poder disciplinar, uma série de regras de uso do museu se estabelece: a organização do espaço, o controle do tempo, a vigilância e segurança do patrimônio e a produção do conhecimento (Chagas, 2020).

A institucionalização da memória através dos museus acaba por se tornar um espelho ou palco das conquistas burguesas a serem apresentadas como acontecimentos congelados e o que se deixa à vista nas vitrines e paredes do museu são os simulacros, imagens cristalizadas e aprisionadas da memória, da história, da verdade e do saber que se quer afirmar como universal (Chagas, 2020).

Francisco Régis Lopes Ramos (2004) faz uma reflexão importante sobre o papel das vitrines no museu. Ao citar o conceito de “tempo dos objetos” para dizer de uma atualidade onde proliferam-se objetos efêmeros e descartáveis, Ramos (2004) chama a atenção para a relação existente entre a sociedade de consumo e uma lógica de instigação a partir de imagens sedutoras (Baudrillard apud, Ramos, 2004, p.67).

Para Ramos (2004), tanto nos museus tradicionais (templo dos conservadores) quanto nos «shoppings centers» (templo dos conservadores às avessas), a vitrine corresponde a um altar de adoração, “lugar onde a sacralização do mercado mostra toda sua carga de erotismo e cinismo” (Ramos, 2004, p.69).

Ramos (2004) retoma um estudo da década de 1940, do historiador Antônio Luiz Filho, sobre as estruturas que balizaram a sociedade de consumo, para destacar o que havia por detrás do hábito de olhar vitrines:

“Descobria-se, de modo radical, que havia uma íntima relação entre mostrar e vender, entre lazer e consumo. Erguia-se, por outro lado, uma estética da crueldade: “[...] afirma e nega a distância, instila o desejo e conjura sua realização, atrai para depois repelir, seduz e em seguida põe-se fora do alcance.” Desse modo, “[...] a vitrina termina por configurar uma relação de exclusão das mais insidiosas, porquanto assegura formalmente o acesso a bens artigos quase sempre disponíveis apenas para sorver dos olhos.” Se não é possível consumir o objeto exposto, o consumidor seduzido está fadado a se tornar apenas consumidor de imagens através de vitrines (SILVA FILHO, 2002, p. 108)”. (Ramos, 2004, p. 69)

A partir disso, Ramos (2004) destaca a ambivalência existente na presença do vidro das vitrines refletida em suas características de “transparência, sedução e interdição” que suscitam ao mesmo tempo “proximidade e distância, intimidade e

proibição do íntimo, comunicação e censura” (Ramos, 2004, p. 70). Quanto aos museus, Ramos (2004) observa que:

“É justo afirmar que o uso do vidro em museus relaciona-se com programas de segurança e conservação; por outro lado, isso é somente uma faceta da exposição. Além das relações íntimas com a sociedade de consumo, a vitrina no museu vincula-se aos processos de sacralização dos objetos. Ver através do vidro dá ao objeto olhado o status de algo especial, único, intocável. Fugir totalmente dessa percepção seria retirar o impacto educativo do museu, mas torná-la a única função do museu é fazer do conhecimento um rosário de dogma e nostalgia. Por exemplo, não é viável do ponto de vista pedagógico eliminar a emotividade de ver uma batina do Padre Cícero, a cruz do Antônio Conselheiro, a bíblia do frei Tito ou o lugar onde Getúlio Vargas se matou (ou foi morto...). O desafio é fazer dessa sensibilidade a matéria-prima de novas percepções, geradas em acasalamento com a reflexão. Afinal, os objetos devem mexer com o corpo do visitante, provocá-lo, afetá-lo.” (Ramos, 2004, p. 70)

Ramos (2004) coloca o museu como um possível aliado em uma pedagogia do diálogo, onde os objetos podem servir de suporte gerador de novas percepções aliadas com a reflexão crítica acerca de temáticas atuais, inclusive sobre as condições que levaram à sociedade de consumo.

Trata-se, segundo o autor, de “um desafio ético abrangente” (Ramos, 2004, p. 71) dos museus, aliado a um posicionamento sobre o próprio lugar que assumiram enquanto produtores de acervos que servem ao consumo visual. Um desafio posto para que sejam repensados inclusive como lugares produtores de subjetividades.

2.3 A DEFICIÊNCIA VISUAL NO CONTEXTO DOS MUSEUS

Tradicionalmente considerado um lugar elitista e de contemplação visual, os museus deixaram de fora grande parte da humanidade quando se tornaram uma instituição aberta à visitação. Sendo assim, podemos inferir que as pessoas com deficiência visual são consideradas ainda hoje como presenças improváveis nos museus.

As ações educativas inclusivas para pessoas com deficiência visual, em sua maioria, ocorrem pontualmente, ou por intermédio de equipes especializadas com data e hora marcada, o que dificulta a relação, o interesse e o acesso dessa parcela da população aos espaços museológicos. Mesmo que atualmente a garantia da acessibilidade aos espaços de cultura e museus seja reconhecida como um direito de todas as pessoas, as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais ainda impedem que estes sirvam como uma fonte enriquecedora de informação, transformação, educação e trabalho para pessoas cegas ou com baixa visão.

Carijó, Magalhães & Almeida (2012) consideram ponto pacífico que as barreiras impostas às pessoas com deficiência nos museus foi um grande equívoco que precisa ser revertido. No entanto, apontam que justamente pelo caráter visuocêntrico dos museus, o acolhimento de pessoas com deficiência visual requer maior inventividade para ser realizado. Além da reorganização do espaço físico do museu é preciso a criação de estratégias que viabilizem a apreciação e o interesse pelas exposições e ações por parte de todos os públicos, considerando também as não videntes.

Os autores dividem o acesso em dois níveis: o acesso ao espaço físico e o acesso às obras. O acesso físico requer a criação de um ambiente transitável com maior autonomia e segurança possível, através da eliminação de obstáculos, sinalização em braille, disposição de mapas táteis e instalação de piso podotátil, por exemplo. Atualmente, há importantes documentos disponíveis, como a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e os manuais de acessibilidade que orientam a implementação de recursos, segundo os preceitos de uma acessibilidade universal, como por exemplo o 'Um Museu para todos: manual para programas de acessibilidade' de Desirée Nobre Salazar (2019), que auxiliam nessa adequação e podem ser encontrados com facilidade na internet.

Quanto ao acesso às obras propriamente ditas por pessoas com deficiência visual, Carijó, Magalhães & Almeida (2012) apontam que requer inventividade, por conta de um desconhecimento geral de como fazê-lo. Considerando o tato como um sentido privilegiado na experiência de quem não vê, os autores salientam a modalidade tátil em sua dimensão estética potencial, e destacam as controvérsias ao redor da sua não permissividade devido ao possível dano que poderia causar aos objetos musealizados, como um tabu construído ao redor de estigmas (Carijó, Magalhães & Almeida, 2012).

Os autores também marcam uma diferença entre as formas de acesso que levam à promoção de informações sobre as obras e aquelas que leva à promoção de uma experiência estética com as obras, cujo efeito se sente na emoção que essa interação consegue despertar:

“Ora, a experiência estética é objetivo essencial de qualquer museu; deve estar presente, portanto, também naquilo que os museus oferecem aos cegos. Isto é especialmente verdadeiro para os museus de arte, mas também é válido para os outros. Um museu de ciências onde não se fizesse nada além de fornecer informações ao visitante poderia ser perfeitamente substituído por um livro igualmente informativo.” (Carijó, Magalhães & Almeida, 2012, p.113-114)

Carijó, Magalhães & Almeida (2012) recorrem a John Dewey em sua concepção de experiência estética para afirmar que esta não está relacionada com a ideia tradicional e transcendental de apreciação do belo que dependeria de uma preparação especial, mas sim com a experiência cotidiana comum. Ou seja, as experiências estéticas primárias que nos marcam com um caráter de completude como a degustação de um prato saboroso ou a vivência de uma tempestade, podendo incluir tanto o prazer quanto o estranhamento e a angústia.

Ainda sobre os recursos assistivos que possibilitam o acesso de pessoas com deficiência visual aos museus e seu acervo, os autores pontuam que mesmo a modalidade tátil pode acabar por gerar mais confusão do que inclusão. Pois ainda que sejam realizadas com boas intenções, se estas não considerarem o modo de funcionamento cognitivo tátil das pessoas com deficiência visual, há o perigo de promoverem uma tentativa de adequação cognitiva com base numa experiência visual. É o caso de réplicas em relevo de obras de arte, muitas vezes pouco eficientes e de difícil compreensão por se basearem em leis da perspectiva e sobreposição aparente de objetos bidimensionais próprios da percepção visual, e não na tridimensionalidade base do sentido tátil (Carijó, Magalhães & Almeida, 2012).

Ainda assim, mesmo as esculturas que supostamente respondem a uma apreciação tanto tátil quanto visual, dependem de algumas informações complementares para que possam ser melhor compreendidas e experimentadas, ainda mais quando as propriedades hápticas como temperatura, textura e peso não são contempladas (Carijó, Magalhães & Almeida, 2012):

“Ao adaptar obras de arte visuais para os cegos, estamos sempre correndo o grave risco de transpor objetos, sem nada transpor de sua expressividade - e assim, de perder a liberdade de um voo, da tristeza da luz, do frescor de um jardim. Numa adaptação inexpressiva, resta ainda sentido pedagógico e lúdico, mas nenhum sentido estético. Elementos expressivos táteis, auditivos, poéticos, entre outros, podem ser recursos muito mais interessantes e estão ainda por ser mais bem explorados num esforço de proporcionar novas experiências.” (Carijó, Magalhães & Almeida, 2012, p. 119)

É válido considerar ainda, que as soluções de adequação de obras e objetos dos acervos através de material adaptado acabam por marcar uma segregação entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência nos museus. É usual que o espaço tenha recursos multissensoriais, mas que estes não façam parte do que é exposto para o público em geral. Como se as formas mais amplas de experienciar uma exposição não fossem beneficiar toda a gente. Ou ainda, por não considerar que alguém com deficiência pudesse estar presente numa visita espontânea, sem que necessitasse solicitar a alguém os recursos específicos para fruir de uma exposição.

Para tanto, pensar a deficiência visual e os museus nos coloca de frente com “um desdém do valor cognitivo dos outros sentidos que não a visão” e na direção de uma mudança paradigmática que possibilita tornar os museus em espaços verdadeiramente acessíveis ao romper com a soberania da visualidade (Carijó, Magalhães e Almeida, 2012, p. 122).

Portanto, pensar a experiência museológica de forma mais ampla, incluindo as diversas formas de percepção através dos demais sentidos, não seria uma forma mais democrática de expor no museu?

2.4 A MULTISSENSORIALIDADE NA EXPERIÊNCIA MUSEOLÓGICA

Em 18 de junho de 2020, um Colóquio digital organizado pelo ICOM-Portugal com a colaboração do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica do Porto (UCP) trouxe um debate que girou em torno da seguinte questão: ‘Como sentir (na web) o peso do ar e da pedra? Do (i)material se faz museu’. O texto base do Colóquio intitulado ‘Tudo será ainda instagramável? O museu por

reinventar¹⁵ de autoria da psicóloga Patrícia do Vale, mostrou exemplos de museus de referência que iniciaram formas de se manterem presentes no mundo digital no contexto da pandemia de Covid-19, apesar de terem as suas portas fechadas. Sobre isso, a autora escreveu em seu texto de apresentação que "os museus parecem condenados a manter-se numa corrida acrílica de difusão de conteúdos online (...) com partilhas mais ou menos inócuas de publicações prévias dos seus visitantes, posts de obras avulsos sem qualquer contextualização, visitas orientadas para o vazio" e perguntou a quem serviria esse museu instagramável (Vale, 2020, p. 1).

A crítica base ressaltou a importância da mediação dos serviços educativos museais e seguiu apontando para duas características do meio digital: um campo instantâneo e excessivo. A partir desta diretiva, a psicóloga invocou a presença central dos educadores e mediadores para o engajamento com o público na contramão de ofertas desumanizadas, o que considera um retrocesso nos avanços do campo da Museologia que, em boa parte, já não considera os museus como meros depósitos de objetos (Vale, 2020).

Patrícia do Vale (2020) fez uma indagação sobre a relação do museu com a sociedade a partir de uma visão alargada do papel da cultura reconhecida como fundamental por toda a comunidade na pandemia. Em seguida afirmou que não é mais possível ignorar as mudanças no estilo de vida atual. No entanto, afirmou que o retorno ao paradigma meramente informativo dos museus não é esperado nem desejado, e que talvez o paradigma do museu como experiência tenha perdido o seu lugar (Vale, 2020, p. 2).

Bruno Brulon (2008) ao retomar o percurso de mudanças no campo dos museus ao longo dos séculos XIX e XX, aproxima a experiência museológica da experiência estética em si:

“Caracterizando-se sempre como uma experiência estética – considerando que uma vez que o objeto é retirado ou destacado de seu meio real ele é necessariamente estetizado – a experiência museológica evidencia que o que era o fardo do conhecimento para o visitante de museus, se traduz apenas por uma necessidade inerente a ele, de tornar o mundo inteligível, e esta sempre constituiu uma das funções-base do museu. A ‘coisa real’ que pode ser encontrada ali, é a experiência museológica em todas as suas possíveis formas, e esta é o

¹⁵ O texto, que serviu de base para o Colóquio citado, pode ser acessado aqui: <https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2020/05/Tudoserainstagramavelabril2020.pdf>

que os museus podem oferecer de mais autêntico. Nasce um Novo Museu, que é novo por ter superado grande parte dos paradigmas que o mantinham como estabelecimento restritivo, elitista e de portas quase completamente trancadas.” (Brulon, 2008, p. 43)

Para Brulon (2008), o museu existe justamente por esta experiência específica que liga o ser humano ao real de maneira única. E afirma que essa relação nunca precisou da instituição museu para existir.

Brulon (2008) salienta que foi a percepção sobre a instituição museu consagrada na Modernidade que se transformou em relação ao que ela é ou pode ser na contemporaneidade. E que essa transformação só foi possível quando o olhar institucional voltou-se para dentro, ou seja, “para aquele que sempre forneceu ao museu suas bases e fundamentos, o próprio indivíduo humano” (Brulon, 2008, p. 43).

No entanto, a experiência humana na atualidade pode estar empobrecida assim como a experiência museológica também estaria nos museus. Richard Louv¹⁶ (2005/2008) em seu livro ‘A última criança na Natureza - Resgatando nossas crianças do Déficit de Natureza’ chama a atenção para o afastamento de grande parte da sociedade dos espaços naturais com o decorrer dos avanços tecnológicos ao longo do século XX. O autor aponta que com o progresso tecnológico, as experiências diretas e naturais em espaços abertos têm sido trocadas pelas experiências indiretas e tecnológicas, o que tem por consequência o encolhimento do nosso mundo sensorial, pelas experiências cotidianas na atualidade serem predominantemente audiovisuais.

Segundo o autor, esse afastamento dos espaços naturais e abertos tem tornado nossas vidas diminuídas como se a mesma tivesse perdido uma ou duas dimensões. O autor chama a atenção para os efeitos dessa ruptura entre a infância e o espaço ao ar livre, que segundo o mesmo, aparecem na forma de diversos sintomas fisiológicos, emocionais e comportamentais. Em contraponto, os espaços naturais se destacam, segundo o autor, por serem uma reserva infinita de informações com potencial para descobertas inesgotáveis, compondo o espaço multissensorial mais completo que há (Louv, 2005/2008).

¹⁶ Richard Louv é um autor de não-ficção e jornalista estadunidense. Ele realizou uma investigação sobre a relação das crianças com o mundo natural destacando a importância desta relação para o desenvolvimento infantil global e os efeitos negativos decorrentes do progresso tecnológico que tem afastado as crianças das interações ao ar livre.

Segundo os dados apontados pelo autor em sua investigação, o contato com os espaços naturais ao ar livre inspiram a criatividade e demandam as diversas formas de percepção, com o uso de todos os sentidos do corpo, incluindo seus movimentos e interações no e com o mundo (Louv, 2005/2008). De modo inverso, as experiências empobrecidas do mundo do progresso tecnológico, denotam um esvaziamento dos sentidos em torno de um mundo passível de ser todo conhecido, visualizado, comunicado, como se o que não fosse apreendido nem existisse, desenvolvendo nos jovens “um jeito tenso e sabe-tudo” (Louv, 2008, p.89).

Em 2020, o ‘Manual de Orientação - Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital’, organizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria¹⁷ fora atualizado. O manual que havia sido criado em 2016, foi revisto devido a intensificação do uso das tecnologias digitais decorrente das restrições de contato social na pandemia de Covid-19. As orientações do manual afirmam que o ócio, a alternância entre presença e ausência, o contato afetivo corpo a corpo, o olhar, o toque, a interação social e os movimentos de coordenação motora ampla e fina, são fundamentais para o desenvolvimento cerebral e mental e para a constituição psíquica, das crianças.

O manual citado considera como "distração passiva" o consumo (pois é a melhor maneira de denominar este uso compulsório de informação por meios digitais) instigado pelos adultos que oferecem às crianças smartphones, tablets e outros dispositivos para que as crianças fiquem quietas ou bem comportadas no dia a dia. Como dito no documento, este recurso "... é muito diferente do brincar ativamente, um direito universal e temporal de todas as crianças e adolescentes" (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019), e seus efeitos apareceriam, por exemplo, na dificuldade de manter experiências com início, meio e fim e na constituição de um pensamento crítico e reflexivo.

Essa problemática é relevante, inclusive para salientar que na contramão de uma ideia de progresso e evolução instituída na Modernidade, a atenção aos saberes e modos de vida dos povos originários precisa ser resgatada tanto no que refere às formas sustentáveis de vida no âmbito ecológico e ambiental, quanto no combate a uma descorporificação da existência que enfraquece os laços sociais e as relações entre os

¹⁷ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf
Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

sujeitos e o mundo. Ou seja, entre humanos e não humanos, numa relação corporificada e invariavelmente mediada pela linguagem.

Na aula da disciplina de Museologia Social, do dia 14 de maio de 2021, o professor Dr. Marcelo Cunha afirmou que o tema que lhe tem instigado gira em torno da constatação de que tudo começa e acaba no corpo. O professor citou as barreiras impostas de diversas formas aos visitantes de exposições em museus, como as regras impostas às crianças na forma como devem ou não circular pelo espaço, a má localização de banheiros, ou a ausência de recursos assistivos mais específicos para o acesso de pessoas com deficiência aos espaços e conteúdos dos museus, e os nomeou de “impasses com o corpo”.

Em sua reflexão, Marcelo Cunha citou uma visita que fez a um Museu de Lisboa (*Lisbon Restore*), cuja exposição utilizou cheiros de madeira e de cravos da Índia, para remeter às memórias sobre as navegações. Assim, ele afirmou que através dos recursos multissensoriais o virtual acabou por se realizar, e a imaginação, conduzida pelos conhecimentos pré-existentes do visitante, bem como os novos conhecimentos ali encontrados, permitiram a recriação e a reconstrução de referências. Um espaço onde, segundo Marcelo Cunha, a mediação conduziu a imaginação.

Em seu texto ‘A Exposição Museológica como Estratégia Comunicacional’ de 2010, Marcelo Cunha detecta três níveis do discurso museológico que se relacionam com o ciclo de sua produção: Fundamentação, Produção e Extroversão/Comunicação. O primeiro nível está ligado ao institucional, baseado nas ideias, conceitos, propostas e objetivos do grupo que a concebe, que a mantém ou que é representado por ela. Neste ponto, Marcelo observa que quanto mais aberto e participativo é o processo de uma exposição, mais difícil ele será, pois a multiplicidade e diversidade das perspectivas, requerem que os envolvidos estejam muito bem resolvidos em lidar com as diferenças, concluindo que o grupo nunca é um bloco, ou uma unidade, e a pluralidade sempre estará presente.

Quanto ao segundo nível, relaciona-se com a produção em si do discurso institucional previamente discutido e a sua materialização ou explicitação no dispositivo expositivo. É o nível imagético que se dá a partir do sensorial. Cunha (2010) afirma que tudo é imagem, independentemente de que meios ou recursos se utilizem para materializá-la. Por exemplo, ainda que seja um recurso acessível pela audição ou pelo tato caso esteja disponível em braille, uma audiodescrição que descreve em palavras as

informações visuais mais relevantes do discurso expositivo, serve para traduzir um signo visual por um signo verbal. Ou seja, traduz imagem visual em imagem verbal. Neste sentido, os objetos de uma exposição no museu devem estar para além do que é visível, de suas características físicas, conectando-se à virtualidade em diferentes suportes perceptivos.

Uma exposição museológica, portanto, carrega em si mesma seus objetos e as relações entre os seus elementos, o discurso de quem as produziu e a própria leitura de quem as observa (Cunha, 2010). Nessa perspectiva, uma exposição comporta um espaço para a problematização e reflexão de questões e elementos que passam despercebidos no dia-a-dia, e faz as vezes de um recorte, um enquadramento.

O terceiro nível relaciona-se com a Extroversão/Comunicação, sendo este o fim da exposição, no sentido de finalidade. É o momento em que observa-se a resposta do público visitante, quanto a síntese de assimilação do discurso das propostas institucionais e do discurso imagético. Cunha (2010) lembra que apesar de se tentar buscar um público-alvo, a exposição sempre acaba atingindo outros públicos. E observa que nós aprendemos com o corpo através das nossas reações aos estímulos sensoriais das exposições. Portanto, as pessoas fazem leituras ao experimentarem a exposição, inclusive a partir do que não está ali exposto, pois fazem conexões com as suas vivências e experiências anteriores.

Assim como os textos literários, o texto expográfico em si é composto "... de ritmo específico, gramática própria, sintaxe e lógica, que coordenam a articulação dos diversos elementos" (Cunha 2010, p.). Daí a importância de criar espaços de escuta para o público, para que as necessidades e demandas coletivas sejam sempre consideradas, podendo ser ajustadas e realimentadas com a participação de quem as visita (Cunha, 2010).

Pensando na proposição de ações inclusivas nos museus a partir do conceito de 'Didática Multissensorial da Ciência' de Miguel-Albert Soler (1999), Amanda Tojal (2007) defende a multissensorialidade nos museus e demais ações museológicas como o meio de contemplar todos os sentidos de forma sinestésica. Para a autora, a multissensorialidade complementa o escopo de acessibilidade, democratiza e diminui as barreiras à fruição estética, artística e cultural nos museus. Segundo Tojal (2007), embora a ideia de acessibilidade universal seja utópica, no sentido de apontar para o acesso de todas as pessoas, a melhor forma de mantê-la no horizonte das ações

museológicas é através de uma experiência que contemple todos os sentidos de modo complementar.

Para Tojal (2021), é possível conceber o museu e o patrimônio cultural como instrumento de inclusão social. E nesse sentido, conceber as ações a partir da ideia de uma percepção estética multissensorial permite ampliar o alcance das ações e conduzir a uma alfabetização para a sensibilidade. A autora defende que um recurso assistivo como a audiodescrição, por exemplo, deve servir para mediar, ainda que seja pensado também com a possibilidade de seu uso autônomo.

Ou seja, é um ganho pensar na sua concepção de forma que conduza à fruição estética remetendo os visitantes ao toque e à memória olfativa, e não apenas às informações sobre a obra, o artista e o contexto histórico:

“Cabe, portanto, aos educadores de museus de arte ampliar os métodos de percepção estética das pessoas com deficiência visual, ao incluir nas ações de apreciação artística uma alfabetização para a sensibilidade. Irmos além da alfabetização formal das obras para uma alfabetização de interpretação, exploração, recriação, sensibilidade, para que todos possam ter prazer em ver obras de arte, criar, imaginar e sonhar.” (Tojal, 2021)

A preocupação de Tojal (2021) gira em torno do enriquecimento da experiência nos museus, com a qual curadores, educadores e profissionais em geral deveriam se ocupar. Dado que transmitir informações é muito pouco dentro da vivência possível em um museu, seja para pessoas com deficiência ou sem deficiência.

Em sua dissertação de mestrado, Patrícia Roque Martins (2008) realizou ações em museus de arte com pessoas com deficiência visual, e utilizou de forma criativa recursos multissensoriais que possibilitaram a participação dos visitantes na reprodução de obras num processo inclusivo de co-criação. Sobre a ação, Martins (2008) afirma que:

“A utilização do corpo do visitante como forma de percepção demonstrou ser um recurso bastante vantajoso, pois permitiu compreender determinadas situações evocadas na obra pela presença de uma figura humana, nomeadamente a da própria autora. Esta actividade apelou essencialmente à representação da mesma posição presente na obra, permitindo desta maneira perceber, de modo imediato, determinadas posturas ou importantes questões formais, que facilitaram o melhor conhecimento da obra, como a simetria e assimetria, espaço aberto ou

fechado, movimentos e acção, tipo de pincelada, e nível de relação entre as figuras representadas e o espectador, algo que provavelmente seria imperceptível aos restantes sentidos que dispõem os visitantes com deficiência visual. Este método também contribuiu para a participação mais activa dos visitantes, bem como um maior sentimento de liberdade no espaço do museu, permitindo que se expressassem melhor na identificação com os outros e potenciasssem a sua criatividade através do corpo.” (Martins, 2008, p.616)

Martins (2008) observa que os métodos usados com as pessoas com deficiência são essencialmente os mesmos para as pessoas sem deficiência no que diz respeito à relação do objeto físico com o plano da subjetividade. A autora ressalta a importância da sensibilização e investimento dos dirigentes dos museus quanto aos princípios inclusivos. Além disso, defende que a convivência real a partir de ações inclusivas, “terão sempre repercussões nos comportamentos e atitudes nas pessoas implicadas na experiência”, sendo as barreiras sociais o grande desafio que se coloca à nova Museologia (Martins, 2008. p.618-619).

Entretanto, quando consideramos a diversidade corporal humana, somos instigados a ampliar essas indicações para todas as tipologias de museus, abarcando a experiência museológica de modo mais geral. Este é um ponto a que este trabalho se propõe a dar ênfase para refletir sobre o lugar dos museus na relação com a experiência da deficiência.

2.5 ACESSIBILIDADE ESTÉTICA COMO PRÁTICA DE MEDIAÇÃO

Camila Alves (2020), psicóloga, ativista, feminista e mulher cega, compartilhou a própria experiência profissional como mediadora no Centro Cultural Banco do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, através da sua investigação de mestrado. Sem desmerecer a importância indiscutível dos recursos assistivos para o acesso às informações de acordo com as necessidades específicas, Camila amplia as orientações referentes ao acolhimento de grupos improváveis nos espaços culturais e museus, para além dos manuais técnicos de acessibilidade. A psicóloga considera os manuais insuficientes, por corresponderem a uma metodologia do fazer PARA as pessoas e não COM as pessoas.

Em sua proposição, a acessibilidade deve ser considerada em si mesma um

dispositivo de memória, testemunho e contação de histórias, que parte de uma experimentação estética. O que nos conduz a pensarmos as questões referentes à acessibilidade a partir da conexão e laço entre corpos que carregam marcas e histórias próprias dos sujeitos, numa empreitada entre humanos e não humanos, de forma sempre coletiva, independentemente de terem uma determinada deficiência (Alves, 2020).

Dessa forma, a mediação tem o papel de “levar adiante a palavra do outro”, o que requer do mediador a possibilidade de suportar o que se ouve, mesmo que remeta ao estranhamento ou sofrimento (Alves, 2020, p. 29). A acessibilidade por esta perspectiva, coloca um problema ético:

“Pensar em uma ética de acessibilidade seria pensar em um programa com ações que levassem em conta as vidas, as histórias e as memórias das pessoas COM quem trabalhamos. Um programa que se interessasse mais pelas histórias do que pelas deficiências, mais pelo que cada um tem do que pelo que lhes falta, uma acessibilidade que fosse ela produtora de novas e diferentes histórias, mais do que reprodutora das histórias de sempre. O que cada encontro faz falar? E o que cada encontro faz calar?” (Alves, 2020, p.30)

Camila Alves (2020) propõe uma acessibilidade em que ao viver as experiências conjuntamente, estejamos abertos a sermos transformados por elas. Portanto, trata-se de uma acessibilidade que se arrisque mais e que tome as histórias de pessoas com deficiência como narrativas de resistência:

“Apostar nas narrativas de resistência, nas narrativas contra-hegemônicas, é apostar em uma paisagem para ser acolhida e ressignificada pela voz e pelas experiências de quem as conhece na carne. É poder tornar a história da deficiência e de outras diferenças uma estrada mais densa, montanhosa, mais cheia de possibilidades.” (Alves, 2020, p.52)

Neste sentido, a acessibilidade estética pode ser considerada uma ferramenta para a construção de acesso. Uma disponibilidade ao acolhimento do que surge a partir do outro ao considerá-lo como um *expert*. Uma posição de mediação que se abstém de um lugar de saber sobre o outro, para estar aberto à troca, ao desconhecido, a novos valores e novas leituras. Uma predisposição para que algo novo

possa emergir e transformar tanto as pessoas envolvidas, quanto os espaços e as ações propostas.

A partir de Martins (2014 apud), Alves (2020) defende a mediação cultural não como uma função dentro de um setor específico do museu ou espaço cultural, mas como uma ação que requer a presença primordial do mediador como uma proposição política dentro deste. Porém, requer, de quem ocupa essa função, o papel de facilitar e instigar a percepção sensível, “no agitar de todos os sentidos e em todos os sentidos do corpo que também pensa e se expressa” (Alves, 2020, p.61). Ou seja, articular, transitar, ativar sensibilidades, provocar uma contaminação estética e a possibilidade de estar entre muitas pessoas e histórias (Alves, 2020).

A mediação, nesse sentido, apresenta-se como um campo expandido para as experiências estéticas que marcam o corpo, onde informação e experiência estão sempre conectadas sem excluírem-se uma à outra. Experiências sensoriais estéticas onde organismos vivos se tocam, se afetam uns aos outros, sempre de maneira coletiva. Como um fluxo de forças que precisa invariavelmente da participação ativa de quem afeta nos outros o poder de ser afetado (Alves, 2020, p.64).

A acessibilidade estética proposta por Alves (2020) é encarada como prática de uma política feminista. Prática de uma política conectada, que acontece em rede e que faz laço. É um processo baseado num experimentar, onde o movimento é sua parte constituinte e um ponto final a ser alcançado pode ser considerado um equívoco a ser evitado. Acessibilidade, nesta perspectiva, precisa estar sempre em construção. É um se mover na direção de algo. É ação, é verbo.

Considerar o espaço do museu e demais ações museológicas com uma disponibilidade para o que não é previsto e predito, nos traz de volta a ideia de uma encruzilhada. Um lugar de encontro, aberto a diferentes possibilidades. Sendo assim, as contribuições não técnicas de acessibilidade trazidas por Camila Alves (2020) agregam valor e ampliam a crítica de Maria Célia Santos, para quem o tecnicismo na Museologia acaba por ser um entrave na possibilidade de ampliação e alcance das ações museológicas.

Esta proposição política e ética contribui para considerarmos o encontro entre muitos no museu, como encontro entre sujeitos com seus corpos, que se afetam mutuamente e fazem leituras e interpretações através de formas diversas de perceber e interpretar, muito além da visão. Podendo assim agregar e retroalimentar o discurso que

ressoa do museu.

3. O MUSEU COMO LUGAR DE CONEXÕES E POSSIBILIDADES

Chegamos ao último capítulo deste trabalho, cujo título é uma afirmação que está na origem desta investigação. Ou seja, a percepção de que os museus são espaços com um potencial para estabelecerem conexões e possibilidades que favoreçam a participação e inclusão social. Foi a partir da minha experiência profissional em um Centro Especializado de Reabilitação, que passei a olhar desta forma para os museus.

Camila Alves, trazida como referência teórica nesta investigação, contou sobre as inquietações que surgiram quando foi convidada para trabalhar como educadora, mediadora e uma das responsáveis pela condução e elaboração das ações de acessibilidade no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), situado na cidade do Rio de Janeiro. Em meio à sua condição de mulher cega, Camila percebeu-se de uma só vez como alvo e vetor da acessibilidade, o que a conduziu em sua investigação de mestrado na proposição de uma política de acessibilidade estética como uma prática de acolhimento e cuidado pela via da experimentação e do encontro (Alves & Moraes, 2019).

No dia 21 de junho de 2023, Camila Alves participou de um Webinário organizado pelo Museu Nacional da República localizado em Brasília, capital do Brasil, intitulado «O que falta para os museus serem acessíveis?». Camila começou a sua fala dizendo que iniciar um processo com a ideia de que a acessibilidade do mundo será alcançada, ou que ao final a angústia e os conflitos serão todos resolvidos, é em si mesmo um erro a ser evitado. No entanto, destacou alguns pontos para que essa pergunta possa começar a ser respondida, e frisou que é preciso pensar na acessibilidade como um processo de experimentação, o que implica pensar o corpo como o ponto de partida, de forma a incluir a interação e a afetação de uns com os outros, numa experiência mútua de encontro e de troca.

O que requer, segundo Camila Alves, pensar a deficiência como uma oportunidade de “desencaretar” o mundo, as relações e os espaços culturais, de modo a aproveitar as experiências sensoriais estéticas para a provocação dos seus públicos, para intervirem e reverterem o processo de descorporificação contemporânea que vivemos. Convidar para sentir, convidar para tocar, convidar para trocar.

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

Numa referência à teoria aleijada (*crip theory*), a psicóloga e ativista afirmou que é importante se permitir perder pedaços para existir de outra forma. O que é mais trabalhoso do que podemos considerar, por não corresponder ao que é puramente logístico, e sim a algo mais profundo, que diz respeito à experiência humana mais subjetiva de cada um.

Camila Alves afirmou também, que é preciso encarar o capacitismo como um sentimento. O que extrapola as recomendações de como agir ou quais atitudes devemos ter em relação a alguém. Posto que seguir somente orientações de como agir perante pessoas com deficiência acaba por manter-se numa superfície rasa, sem levar-nos de facto a uma transformação. Seria preciso, na verdade, provocar uma indagação, um estremecimento, um questionamento interno a cada um de nós, de modo mais subjetivo, numa co-responsabilização sobre o modo como interpretamos e percebemos os outros e o mundo.

Quanto a essa questão, Camila Alves trouxe a temática da presença de pessoas com deficiência enquanto trabalhadores dos espaços culturais e museus. Para ela, mesmo que o capacitismo seja discutido e trabalhado internamente nas políticas institucionais, enquanto as pessoas com deficiência continuarem a ser encaradas e contratadas apenas como consultoras ou público visitante, sem o dia a dia das instituições, não será possível avançar muito no que se refere à acessibilidade e inclusão.

É preciso, segundo a ativista, abrir e atravessar mais. Há, neste sentido, uma responsabilidade a ser assumida pelas próprias instituições museais na busca por esses profissionais através de ações afirmativas.

3.1 PROFISSIONAIS CEGOS E COM BAIXA VISÃO EM MUSEUS

A partir deste ponto seguirei com a apresentação das cinco pessoas com deficiência visual que contribuiram com relatos sobre as suas experiências como profissionais junto a museus. Optei por descrever cada entrevista, entrecortando com citações, uma por uma. Em seguida farei uma análise sintética e reflexiva, a partir do que foi recolhido, com base no que foi apresentado até aqui nos capítulos anteriores.

3.1.1 Leonardo Oliveira

Leonardo Oliveira tem 38 anos de idade e nasceu na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, Brasil. Ele é o primogênito de três filhos, sendo a única pessoa com deficiência da família. Léo como é conhecido, nasceu com catarata congênita e conseguia perceber algumas variações de luz e sombra até seus seis anos de idade. Ainda criança, após um acidente com uma bola, Léo perdeu a visão por completo. Assim como seus pais, irmãos e familiares próximos, ele não avançou nos estudos graduados, tendo concluído apenas o ensino médio.

Acompanhado pelo Instituto Benjamin Constant desde criança, aos sete anos ele passou a frequentar o sistema de internato da instituição, devido à distância e dificuldade que sua mãe tinha para levá-lo diariamente ao local, quando a sua irmã ainda era uma bebê de colo.

“(...) houve um momento em que ela precisou que eu ficasse no regime de internato, que funcionava no Benjamin Constant. Você ficava de segunda a sexta. Lá tinha todo um preparo, né, alojamento, tudo funcionando para que isso fosse possível. Eu acho que lá foi a minha grande escola, não só de aprender a ler, escrever e essas coisas, mas de aprender a me virar como pessoa, ter autonomia, arrumar minha cama, dobrar minha roupa, fazer algo para eu comer e ter um entendimento de que eu não preciso ficar esperando as pessoas fazerem isso para mim, de que o certo é eu fazer.”

No período de quase 10 anos que esteve no internato do IBC, Léo frequentou diversas atividades como futebol de cinco, judô, aulas de música e teatro. Ao concluir o Ensino Fundamental, por volta dos seus 16, 17 anos, Léo iniciou o Ensino Médio no Colégio Estadual Pedro II, uma escola pública regular do Rio de Janeiro, através de um convênio com o IBC.

“[...] Isso foi muito difícil. No Pedro II foi muito, foi muito absurdo, um choque, porque no Benjamin Constant a gente tinha turmas

de 7, 8, no máximo 10, 12 alunos. Uma turma que muitas vezes era um professor cego, uma professora cega, que tomava conta dessa turma toda. No Pedro II eu fui com uma turma de 40, 50. E era absurdo, porque todo mundo conversava enquanto o professor estava passando matéria no quadro. Muitas vezes o professor entrava na sala e nem avisava que entrava. Começava a escrever e de repente ele está escrevendo lá e você nem sabe. No meu caso eu sempre fui muito tímido de me aproximar das pessoas e fazer o primeiro contato. Então eu tive muita dificuldade. Tamanha foi essa dificuldade que eu abandonei.”

Foi um professor do IBC que o ajudou a retomar os estudos. Após uma conversa sobre as dificuldades encontradas no ensino regular, o professor com sua escuta atenta conseguiu sua reinserção numa unidade menor do Colégio Pedro II. Aos 21 anos, Léo concluiu o Ensino Médio, e em seguida começou a trabalhar no próprio IBC e depois em uma empresa de tecnologia.

Leonardo recorda que o seu primeiro contato com museus foi através do instituto onde estudou na infância e adolescência. No entanto, não havia interesse da sua parte pelas visitas, com as quais tinha uma relação distante:

“Talvez na minha cabeça na época eu pensasse assim: é para gente intelectualizada, gente que estuda. E por outro lado era um acesso que eu não tinha. Então eu ia ao museu para quê? Se não havia nada que eu pudesse experienciar, nada que eu pudesse tocar, nada que eu pudesse interagir. Então para quê eu iria ao museu? Os museus estavam todos afastados de onde eu morava. Na época eu morava em Caxias, na Baixada Fluminense. Os museus mais badalados e mais visitados estão no centro do Rio de Janeiro. Tem um ou outro na Zona Norte, na Zona Sul talvez, mas era tudo muito distante. Então eu não tinha interesse nenhum em visitar o museu por causa dessas coisas todas. Eu cheguei a participar de algumas poucas, mas é porque aquela coisa, a turma tal vai ao museu, passeio da turma. Então você não escolhe se você quer ir ou não. Você simplesmente vai porque é um passeio, porque vai todo mundo, vai ser legal, então vamos.”

A representação do museu enquanto um lugar elitizado, destinado a pessoas intelectualizadas por estar localizado nos centros urbanos, portanto segregador e fechado em si mesmo, aparece na fala de Leonardo. Porém, em relação à sua experiência com a deficiência, esta segregação aparece duplicada, pois mesmo numa visita conduzida pela instituição que o acompanhava, a falta de acesso aos conteúdos tornava-se um agravante.

Em 2016, Leonardo foi convidado a participar como mediador na exposição intitulada ‘Diálogos no Escuro’ realizada no Museu Histórico Nacional (MHN). A proposta simulava pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, em um ambiente totalmente escuro, onde os visitantes eram guiados, sem saber, por pessoas com deficiência visual. Foi durante essa experiência que Leonardo estreitou a relação com os museus, embora ainda de forma superficial, segundo ele mesmo.

Após o término da exposição, o MHN o contratou como educador e consultor em acessibilidade, onde ele permaneceu por quatro anos. Uma oportunidade pela qual se viu surpreendido e que possibilitou a ampliação de conhecimentos, vivências e novos questionamentos em relação a este campo dos museus e às questões de acesso e direito à cultura.

“[...] quando o pessoal daqui me perguntou sobre minha formação, que todo mundo aqui era graduado, pós-graduado, eu já falei, bom, aqui eu não vou ficar. Isso não é um lugar pra mim. Porque todo mundo aqui era graduado ou pós-graduado. Eu estava fazendo, estava no curso, né? E aí, eles me disseram que não, que não era isso, que eles não estavam procurando mais uma pessoa com diploma universitário, porque eles queriam essa minha vivência. Ok, fiquei, comecei a pegar um material aqui com o pessoal que estudava isso pra ler, pra entender o que se falava sobre isso. E comecei a ler, e até hoje eu faço isso. Essas leituras, esses debates, esses aprendizados têm sido a minha formação, nesse sentido de pesquisar e de aprender, e muitas vezes poder confrontar essas informações que são passadas por causa de toda essa vivência. Por isso que eu comecei a contar a história lá do Benjamin Constant. E lá eu conheci muita gente cega, como eu, que nasceu cega, gente que perdeu a visão depois. Depois, quando eu fui trabalhar lá, eu também tive esse contato com pessoas adultas, formadas, que tinham uma profissão, perderam a visão, tiveram que ressignificar tudo e

foram atrás de outra profissão, de outro caminho pra vida. Então, tudo isso pra mim faz parte dessa formação, e ainda é uma formação que eu costumo dizer que ela tá em curso, porque eu continuo lendo, continuo aprendendo, continuo querendo aprender, e, de alguma forma, isso deve estar servindo aí pra alguma coisa.”

A possibilidade de atuar profissionalmente no museu, mesmo sem uma formação inicial, sendo considerado um expert da perspectiva de sua própria experiência com a deficiência, abriu novas possibilidades de convívio e qualificação, tanto no campo dos museus, quanto no campo do direito cultural das pessoas com deficiência. Leonardo conta que a equipe do MHN optou por trabalhar mais especificamente com as questões referentes à deficiência visual, por considerar que este público era o que tinha menos acesso ao museu e seus conteúdos.

“[...] decidiram começar por esse público, o que eu acho, ainda hoje, uma ideia muito inteligente. Porque quando a gente começa a desbravar o campo da acessibilidade e entende que precisa incluir todas as pessoas, a gente acha que vai conseguir fazer isso de uma vez. Então eu quero uma exposição que tenha recursos para atender pessoas em cadeira de roda, pessoas surdas, pessoas cegas e com baixa visão, pessoas com deficiência intelectual e outras questões. Que muitas vezes a gente não entendeu nenhum campo, nenhuma dessas dimensões e a gente já tá querendo incluir todo mundo. E aí acontecem inclusões muito falhas, muito superficiais. Elas cometem muitas vezes erros primários. Que bastava uma pessoa com deficiência, que fizesse parte do processo, que trabalhasse nessa área e atuasse como consultora, que apontaria essas questões.”

Mesmo o MHN tendo escolhido este público específico (pessoas cegas e com baixa visão) para começar o seu trabalho de acessibilidade, Léo recorda que o tempo de trabalho no MHN foi desafiador devido a falta de recursos de acessibilidade em suas exposições. Ele nos lembra que a implementação de recursos de acessibilidade requer o envolvimento da instituição museu como um todo, além de uma

política institucional:

“[...] não é só querer. Principalmente instituições grandes, não basta querer escrever um bom projeto e ter uma boa proposta. Tem toda uma engrenagem que precisa funcionar para isso acontecer. De preferência, pensar que toda a instituição precisa estar envolvida nesse processo. Não é só um setor, não é só uma pessoa. Tem que existir uma política institucional.”

“[...] o bom projeto é fundamental para começar, para você captar recursos, para você explicar para as pessoas como é que você pretende fazer isso. Acontece que muitas decisões não dependem de quem escreveu o projeto, não dependem do setor educativo, até onde normalmente isso começa. Depende de vários órgãos, de vários setores e isso tudo precisa estar incluído nesse processo. Todo mundo precisa estar sensibilizado, entendendo que isso é um direito das pessoas com deficiência e que nós não temos outro caminho a não ser propiciar esse acesso. Ou nós vamos fazer isso, porque entendemos que finalmente chegou a hora, ou em algumas situações vai ser necessário que as pessoas entrem nos órgãos competentes com algum tipo de recurso, com algum tipo de reclamação e a instituição acaba sendo penalizada por não estar fazendo esse processo acontecer ou por estar dificultando esse processo. Aqui no Brasil pelo menos é assim. Então eu já sei de algumas instituições que disseram que só depois desse processo é que começaram a se mexer. Mas a gente já sabe, já existe informação suficiente e pessoas capacitadas para orientar nesse processo. Por que adiar isso?”

Em sua fala, Leonardo aponta o educativo do museu como sendo o setor que privilegiadamente pensa as questões relacionadas à acessibilidade, como já havia sido citado no capítulo anterior. E ele nos situa quanto à necessidade de que a acessibilidade e a inclusão sejam pensadas de forma transversal na instituição, inclusive no que se refere à representação social da deficiência. Podemos inferir deste modo, que as legislações que garantem o direito cultural das pessoas com deficiência são importantes para o constrangimento institucional quando este se faz necessário.

Em relação à atuação profissional no museu, Leonardo sinaliza que as maiores dificuldades encontradas foram em relação às barreiras de acesso com as quais deparava diariamente. No entanto, a falta de acesso na chegada e saída do museu, ou seja no seu entorno, acaba por ter destaque, e a cooperação de seus colegas, a ajuda humana, como indica Olivia Weid, também aparece como tendo sido fundamental para o atravessamento dessa dificuldade:

“[...] A minha dificuldade era mais precisamente essa, como é que eu vou embora daqui, né? Eu morava ainda em Caxias, então eu tinha que pegar um metrô e um ônibus. Tinha a opção de pegar um ônibus aqui próximo, no terminal Minas Esportes, que era um ônibus caríssimo, e que a empresa não pagaria pra eu pegar.”

“[...] nós éramos terceirizados, essa empresa não quis pagar essa passagem. Tô resumindo um pouquinho a história. O que acontece é que todo mundo que trabalhava aqui morava lá pros lados de Niterói. E ninguém ia pro metrô. O metrô é pro outro lado, é mais de um quilômetro andando. Então era um constrangimento grande as pessoas terem que ir comigo até lá, e eu sei que elas tinham que voltar pra cá pra ir embora. As pessoas faziam isso de uma forma leve, de uma forma gentil, mas eu ficava constrangido. Até que começou, houve uma troca de pessoas... umas foram embora, outras chegaram. E dessas pessoas que chegaram, algumas que chegaram iam pro metrô. De tanto ir pro metrô com essas pessoas, eu descobri um caminho possível. E aí eu comecei a poder ir também sozinho quando não tinha ninguém. Essa foi a maior dificuldade no começo. Depois a minha dificuldade era a falta de recursos de acessibilidade na própria exposição.”

A falta de recursos de acessibilidade nas exposições do museu, o deixava inseguro quanto ao seu próprio trabalho como educador mediador. Fato que merece destaque, pois aponta para a importância da implementação de recursos assistivos de modo a diminuir as barreiras de acesso de pessoas com deficiência aos conteúdos do museu. Por outro lado, o incentivo e acolhimento dos colegas foi essencial para o atravessamento dessa barreira:

“Pouquíssimas vezes eu medie para pessoas cegas. E quando

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

isso acontecia, eu estava muito seguro. O tempo todo muito seguro. Porque eu sabia mais do que elas o que tinha ali. Quando eram pessoas que enxergam, elas sabiam mais do que eu só de entrar na sala. Elas já viam tudo, coisas que eu nem sabia. E eu fiz várias visitas com várias pessoas em vários dias diferentes pra tentar entender tudo que tinha ali. O que aquele discurso dizia, o que a gente poderia dizer sobre aquela forma de expor. Então tudo isso era bastante desafiador, mas sempre foi tratado com muito respeito, com muito cuidado pelas pessoas que trabalhavam comigo. Respeitando muito esse tempo. Respeitando muito o fato que eu não me sentia à vontade mediando. E muitas vezes me estimulando. Não, vamos sim, vamos fazer. E tinha um trabalho que eu considero que era um trabalho de muito respeito. E isso foi o que fez, o que tornou possível eu continuar até onde eu estou agora.”

Ainda que o estímulo e o cuidado dos outros profissionais seja fundamental, vale ressaltar que uma exposição concebida a partir dos preceitos da acessibilidade universal, e que contemple os recursos assistivos necessários às especificidades da pessoa com deficiência visual, como audiodescrição, braille e recursos táteis, facilitariam o processo do educador com deficiência visual, dando-lhe maior autonomia e segurança, como o mesmo expos.

Leonardo, assim como Camila Alves, afirma que não considera possível efetivar uma inclusão real nos museus sem a participação de profissionais com deficiência nesses espaços, de modo a contribuírem com sua experiência específica a qual pessoas sem deficiência não possuem. Ele considera que a oferta de formação e qualificação de pessoas com deficiência no campo da acessibilidade cultural é um caminho essencial. Contudo, ressalta que a formação precisa se adequar à realidade de grande parte das pessoas com deficiência, que como ele mesmo, não possuem uma graduação.

Para tanto, Leonardo enfatiza a importância dessa particularidade socioeconômica de grande parte da população de pessoas com deficiência, e sugere que sejam pensados cursos de extensão abertos à uma construção conjunta com o objetivo de quebrar o ciclo de invisibilidade desses grupos e não perpetuar o museu como lugar elitizado e de exclusão:

“[...] para a gente não perpetuar isso também entre as pessoas com deficiência, que haja pessoas com deficiência, que entrem no curso de extensão. Que elas possam fazer essa formação e serem preparadas para serem consultoras e entrar nesse espaço. Porque não basta ser pessoa com deficiência e não basta ter diploma universitário. É necessário que haja formação direcionada para isso, para essa consultoria. E que seja, sim, pessoas com deficiência que entrem nisso para trabalhar, para propor coisas, propor ideias, ações, exposições e que tenham voz de fato. Na verdade todo mundo tem voz, mas que as pessoas parem para ouvir. E que essas pessoas tenham esse protagonismo. Aí sim nós vamos fazer esse processo acontecer de fato. Enquanto isso não acontecer, o que a gente vai ter são ações pontuais, exposições que terão recursos, um recurso ou outro. Aí vai funcionar uma coisa, não vai. Aí funciona por um tempo, daqui a pouco tem que fazer manutenção, não tem ninguém, não faz manutenção, pára de funcionar. Então, eu acredito que não é mais possível fazer essa inclusão de fato sem essa participação efetiva dessas pessoas trabalhando nesse processo. E não sendo chamadas depois que está tudo pronto para a gente dizer que está bom.”

Em relação à presença de profissionais com deficiência nos museus, Leonardo sinaliza que os maiores desafios são no sentido de que haja um engajamento e posicionamento da própria instituição, quanto ao desejo de que isso aconteça. Bem como um posicionamento e investimento das Universidades na preparação dessas pessoas, num conjunto de ações afirmativas:

“[...] é o desafio que as instituições têm e que precisa ser enfrentado, eu acho que, de uma forma mais aberta, no sentido de: nós queremos um educador com deficiência, um consultor, uma consultora. E abre processos, chama as pessoas, e conversa com as pessoas. Agora, em paralelo, nós precisamos que as Universidades, os locais que podem propor e efetivar, consigam construir esses cursos, essas formações, para essas pessoas chegarem preparadas. Porque uma pessoa que chegue para ser consultor ou consultora, e que não esteja por dentro das

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

questões mais básicas; elas podem acabar fazendo com que as instituições e tudo que a gente já entendeu como dado, que a gente dê um passo para trás. Porque a gente vai usar o nosso lugar de fala para dizer o contrário do que todo mundo já entendeu que é necessário. Por exemplo, a questão das pessoas se descreverem. Então, todo mundo já entendeu que isso é importante. Todo mundo já entendeu a importância disso. Aí vem alguém que chegou agora e vai dizer: eu não acho importante. Ok, nós podemos avaliar essa opinião como uma opinião pessoal. Tal pessoa não acha importante. E isso não é motivo para gerar dúvida na cabeça de todo mundo.”

Quanto à sua percepção sobre o que considera uma participação plena de pessoas com deficiência no campo, Leonardo Oliveira destaca a autonomia e a possibilidade de um protagonismo nas ações e decisões do museu.

“[...] é a pessoa poder ter trânsito livre, autônomo nesses espaços. Ela poder sair de um lugar e ir para outro sozinha, com segurança, dela poder opinar e propor questões, ações, exposições, ideias, políticas. Aí a gente está falando sério. Participação efetiva e plena para mim é isso, não é só estar ali, não é ter um educador, um consultor, uma consultora com deficiência. É que essa pessoa tenha esse espaço de poder participar de decisões que tenham relação com esse público.”

“[...] são tantas as diversidades, são tantas as formas de se estar no mundo que é muito difícil pensar num acesso universal, mas nós temos que perseguir esse ideal, perseguir ouvindo as pessoas, colocando essas pessoas para participar desses processos, para entender como elas querem ser representadas, para entender como elas querem ter acesso a isso. E isso a gente está no caminho, a gente já tem pesquisa, a gente tem trabalho, a gente tem muita coisa boa sendo feita nesse sentido, mas a gente ainda está longe desse acesso universal, a gente está perto de um acesso mais democrático, mais democratizado, mas a gente tem que buscar esse objetivo aí.”

Leonardo aponta que o caminho já está iniciado. É possível recordarmos a partir deste apontamento, que as lutas e movimentos possibilitaram a construção de legislações que garantissem os direitos civis de pessoas com e sem deficiência. Neste sentido, a esfera macropolítica aparece como um suporte e uma diretriz importante no amparo da cidadania cultural, de modo entrelaçado com a esfera micropolítica, mais subjetiva. Esta última, por sua vez, surge como causa e efeito das ações, transformações e mobilizações de experiências e acontecimentos mais singulares, promovendo a inserção de algo novo e transformador.

Sendo assim, penso que a presença de pessoas com deficiência nos museus, pode ser percebida como o que possibilita a introdução de uma diferença, uma tensão, uma potência criativa que convida a novas políticas e novas ações, de modo que gere, através de uma micropolítica ativa, “...desvios na sua arquitetura atual” (Rolnik, 2019, p. 52).

Como fiz em todas as entrevistas, pedi que Leonardo Oliveira terminasse compartilhando uma experiência marcante relacionada a museus. A ideia era que ele pudesse dizer sobre uma primeira lembrança que viesse à cabeça, independentemente de ter sido uma experiência boa ou ruim. Leonardo recordou duas visitas. Uma que participou ainda adolescente pelo IBC, e outra que mediou no MHN.

A visita que participou pelo IBC foi no antigo Museu das Telecomunicações, localizado no Centro Cultural Oi Futuro, na cidade do Rio de Janeiro, e hoje denominado Museu das Comunicações e Humanidades (MUSEHUM):

“[...] eu me lembro que uma pessoa do museu ficou de um lado de uma mesa; uma aluna do nosso grupo ficou do outro lado, e ele fez uma chamada telefônica para mostrar como aconteciam as chamadas. Passava por outras máquinas e acontecia todo um processo que tinha uns sons muito complicados de entender o que era. Ele, à época, explicou o que era. Isso já tem muitos anos. Mas foi uma experiência que eu lembro. Porque ali, hoje, olhando para aquela experiência daqui, eu vejo que foi uma tentativa de propiciar um acesso. Não tinha audiodescrição, não tinha piso podotátil, não tinha essa discussão. Mas houve uma tentativa de como é que eu vou tornar essa coisa interessante para esse público. Já sei, vou fazer assim. E foi o que eles pensaram fazer, com a informação que tinham, com os recursos que tinham, enfim. Foi o que eles conseguiram. E essa é uma das

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

pouquíssimas lembranças que eu tenho de museu naquela época. Ficou uma coisa de afeto, que eu vi ali uma vontade de fazer, mas talvez sem saber como fazer. E na época eu também não tinha esse entendimento, então eu achei legal.”

A outra lembrança compartilhada foi sobre uma visita realizada no MHN por um grupo de alunos da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Neste caso, Léo participou como educador do museu. Ele conta que a visita foi proposta por uma professora da Universidade com o objetivo de sensibilizar os alunos sem deficiência para as questões de acessibilidade. Para tanto, a professora realiza a visita utilizando vendas, cadeiras de roda e abafadores auditivos com alunos sem deficiência.

“[...] numa visita dessas, uma aluna que estava vendada tocou num objeto que tem aqui na exposição do Museu Histórico, que é chamado de tronco de tortura ou tronco de castigo. Um objeto original da exposição, que no caso de visitas com pessoas com deficiência visual, houve um acordo entre o setor de exposições, a reserva técnica e o setor educativo de que seria possível tocar nesse objeto. Nessa visita, essa aluna foi convidada a tocar nesse objeto sem que ela soubesse do que se tratava. Ela simplesmente chegou e “tem um objeto aqui para você tocar”. Não era uma coisa de adivinhar o que era, era uma coisa de experimentar. Veja como você se sente tocando no objeto. E ela foi tocando, foi tocando; e o objeto tem umas cavidades, uns buracos que eram para as pessoas colocarem o braço, colocarem a cabeça e serem torturadas ali. E ela tocou nesse objeto; ela é uma aluna negra, e nesse momento que ela entendeu o que ela estava tocando, ela se emocionou muito. Porque ela disse: eu poderia passar por aqui; olhar para esse objeto e passar direto. A sensação não seria a mesma, esse objeto é real, pessoas foram torturadas aqui. Pessoas que poderiam, inclusive, ser pessoas de gerações anteriores à minha. Talvez um tataravô ou bisavô meu. Então isso para ela foi muito forte e foi uma coisa que mexeu um pouco com a gente também que estava ali. Porque as experiências possíveis de se ter num espaço em que você tem estímulos que não são só visuais, elas são incalculáveis. O que isso vai despertar nas pessoas é uma coisa que a gente não tem controle, não tem ideia. Então essa foi uma experiência que marcou bastante por

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

ela ter sido diferente para essa aluna, que talvez se ela estivesse visitando, ela só passaria direto, mesmo vendo. Talvez ela olhasse com mais atenção, mas o fato dela tocar (e isso foram palavras dela), deu a ela uma proximidade muito maior com essa realidade, com esse objeto. Por ser ele original, por não ser uma réplica, por não ser uma reprodução. Então tudo isso, acho que fez com que ela se emocionasse e esse depoimento chamasse um pouco a nossa atenção.”

Antes de compartilhar a última lembrança, Leonardo observou que teria algumas críticas e reflexões a fazer sobre este tipo de sensibilização onde pessoas sem deficiência experimentam uma restrição dos sentidos onde supostamente poderiam perceber a experiência da deficiência. Entretanto, o mais importante no relato de Leonardo é o destaque da experiência museológica como algo que atravessa o sujeito e o marca, e está para além da informação. Além de desmistificar a visão como um sentido privilegiado ou superior aos demais, também confirma a percepção tátil e háptica como formas importantes para dimensionar textura, temperatura, volume e forma, em uma vivência ativa com o corpo, despertando a imaginação, a reflexão e remetendo à antigas memórias do visitante.

Como expus na introdução deste trabalho, conheci Leonardo Oliveira em 2018, no momento em que ele procurou a AFAC, enquanto profissional do setor educativo do museu em que trabalhava. Ele havia telefonado para a instituição e oferecido uma visita acessível aos usuários com deficiência visual. No mesmo período eu buscava ações extramuros com espaços de cultura e museus. A oferta de Leonardo foi direcionada para mim pela coordenação da instituição e fui até o MHN para nos conhecermos. Assim que fomos apresentados, Léo questionou o porquê de eu ter ido até lá e perguntou o que teria a ver o museu com a reabilitação. Ele havia oferecido uma visita, e eu quis ir até lá para entender a proposta. Levei um tempo para perceber o seu questionamento. Ele foi subversivo, a partir da minha problematização ele problematizou a minha própria intenção. Afinal de contas era apenas a oferta de uma visita. A intervenção do Léo acabou por apontar o meu próprio lugar de uma profissional da saúde na relação com os espaços de cultura, e me possibilitou pensar sobre o que me movia. Posso dizer que foi transformador.

Ao tentar respondê-lo chegamos juntos a um ponto essencial: a importância

da representatividade dele, enquanto educador do museu, poderia ter efeitos significativos no processo de quem era atendido na reabilitação. Eu defendia que esse trabalho precisava ser valorizado, e poderia catalisar o processo dos usuários da instituição no que tange ao objetivo maior do serviço: a inclusão e a participação social dos seus usuários, ou seja, o laço social. Eu entendia que era pouco ser oferecido apenas como um passeio a quem estivesse interessado, e podíamos unir forças para aproveitar melhor aquela experiência de forma co-participada através de uma reflexão crítica, onde os usuários pudessem também contribuir com as suas vivências nas ações do museu.

No entanto, incomodou-me a conclusão de que enquanto profissional de um centro de reabilitação, até então não havia um trabalho no dia a dia da instituição que envolvesse as discussões mais atuais referentes à experiência da deficiência, às discussões sobre o capacitismo, ao direito à cidadania e à acessibilidade e inclusão de forma mais geral. Essas discussões eram desconhecidas por mim, ainda que fosse por esse caminho que meu desejo estivesse sendo causado. Leonardo, com a sua presença, me apresentou em ato, a crítica ao modelo médico da deficiência¹⁸.

Após esse encontro, foram realizadas algumas ações conjuntas, como rodas de conversa e visitas no Museu Histórico Nacional pelos usuários da AFAC.

Figura 1 - Visita da AFAC no MHN, para o 'Bonde da História', em 14 de setembro de 2018, Pátio dos Canhões. **#PraTodoMundoVer:** No pátio dos canhões no MHN, dezesseis pessoas posam sorridentes para a foto. O grupo está disposto numa escadaria, à frente de uma fonte alta, e contornado à esquerda e à direita por duas fontes menores. Os educadores Leonardo e Nathália estão no centro da foto e vestem camisas vermelhas onde lê-se em letras brancas: Museu Histórico Nacional. Ao fundo, os troncos de duas grandes árvores e parte de uma construção num estilo arquitetônico neocolonial e mourisco.

¹⁸ Considero importante frisar que o CER onde eu atuava enquanto psicóloga, trabalha a partir da prerrogativa do modelo biopsicossocial, pautado pela CIF. Porém, vale a reflexão sobre se há de fato uma mudança de paradigma em relação ao modelo médico que o precede no que diz respeito às ações cotidianas dos serviços e, principalmente, na posição de saber e poder entre os profissionais e os usuários desses serviços, que acabam muitas vezes tendendo à uma hierarquização. Deixo aberta esta questão.



Fonte: Fotografia da autora, Rio de Janeiro, Brasil.

Figura 2 - Visita da AFAC no MHN para o Bonde da História, em 14 de setembro de 2018, acolhendo o grupo. **#PraTodoMundoVer**: No pátio da entrada do MHN, quatro pessoas conversam frente a frente. À esquerda, uma mulher de cabelos loiros e lisos na altura dos ombros, gesticula com a mão esquerda esticada à frente. Ao lado dela, um homem negro de pele clara, apóia as duas mãos sobrepostas na parte superior de uma bengala que carrega junto ao corpo. Ele é calvo, tem cabelos grisalhos e usa óculos. A bengala tem a parte inferior na cor vermelha. À frente dos dois, os educadores Leonardo Oliveira e Nathália Santos. Leonardo escuta atentamente e apoia a mão direita na parte superior de sua bengala branca.



Fonte: Fotografia da autora, Rio de Janeiro, Brasil.

Vale ressaltar que tendo me graduado em 2006, ao longo dos cinco anos da graduação em Psicologia, só tive uma ou duas aulas que referiam os direitos das pessoas com deficiência, onde foi citada a Declaração de Salamanca (1994). Tal Declaração afirma e defende os direitos de acesso à educação por pessoas com necessidades educativas especiais e foi discutida na disciplina de Psicologia Educacional. No entanto, não me recordo sobre outras temáticas relativas aos direitos e questões específicas relacionadas às pessoas com deficiência. As discussões mais importantes quanto ao questionamento do saber e poder médico no que tange à medicalização e patologização da vida, bem como ao direito à cidadania, foram mais

debatidas nas disciplinas que faziam referência ao campo da Saúde Mental e à Psicanálise, pelas contribuições desta última na luta antimanicomial¹⁹.

Em uma das ações que promovemos juntos pelo Grupo de Trabalho que iniciamos para pensar a relação da deficiência visual com os museus, uma oficina no Museu Nacional de Belas Artes com um grupo de profissionais de museus parceiros e profissionais da AFAC, Leonardo contou algo que me marcou. Ele disse que foi a partir da convivência com o espaço do MHN e de seu acervo, portanto no seu cotidiano de trabalho, que percebeu um mundo de possibilidades das quais tinha sido privado. Falou sobre o surrealismo, o impressionismo, os diversos movimentos artísticos e sobre o seu interesse pelos grandes quadros históricos expostos no museu.

Figura 3 - Oficina do grupo de trabalho sobre deficiência visual e os museus, no Museu Nacional de Belas Artes, em 5 de fevereiro de 2019. #PraTodoMundoVer: Numa sala ampla, com paredes claras e piso de tábua corrida, um grupo de treze pessoas sentadas com as cadeiras dispostas em roda. Leonardo, um homem de pele morena e cabelos escuros, curtos e lisos, fala, enquanto o restante do grupo presta atenção. Ele usa uma camisa vermelha e calça jeans. À esquerda da roda, uma pequena mesa com alguns objetos para a oficina de guia vidente.

¹⁹ Há uma ampla discussão sobre a inserção do autismo e outros transtornos mentais persistentes no campo dos direitos das pessoas com deficiência. Considero uma discussão importante e complexa, embora não caiba neste trabalho.



Fonte: Fotografia da autora, Rio de Janeiro, Brasil.

Em 2020, em meio a pandemia de COVID-19, o contrato de trabalho de Leonardo Oliveira com o MHN foi extinto. Alguns meses depois, Leonardo foi convidado a ser bolsista no Museu da Vida da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), localizada na cidade do Rio de Janeiro. Uma entidade ligada ao Ministério da Saúde, com uma história datada de 1900, cuja missão é promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico e ser um agente da cidadania. O Museu da Vida é um Museu de Ciências, uma outra tipologia de museu. Um tempo depois, Leonardo foi contratado pelo Museu do Amanhã, na mesma cidade, onde atuou até meados de 2023.

Em outubro de 2023, Leonardo passou a compor a Coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas Afirmativas (Cedipa). A Cedipa é um órgão ligado à presidência da Fiocruz, e Leonardo Oliveira compõe o eixo de enfrentamento ao capacitismo, atuando através de formações, sensibilizações e articulações com movimentos sociais das pessoas com deficiência. Tais ações acontecem dentro e fora da instituição.

3.1.2 Eduarda Emerick

Eduarda Emerick tem 26 anos, é natural do Rio de Janeiro, bióloga e educadora no Museu do Amanhã. Ela é filha única de mãe solo e contou desde a infância com os cuidados e dedicação partilhados também pela avó materna. Duda, como costuma ser chamada, nasceu com glaucoma congênito tendo perdido por completo a visão aos três anos de idade, após uma série de cirurgias realizadas para diminuição da pressão intraocular.

A mãe de Duda foi a única de sua geração a concluir o ensino médio tendo se formado em um curso técnico de contabilidade. Assim como Leonardo Oliveira, Duda frequentou o IBC desde a infância, onde teve acesso a uma rotina de passeios, além de aulas de teatro, natação e informática, tendo ingressado, em seguida, no Colégio Dom Pedro II.

Aos nove anos de idade, Duda participou das gravações da novela América da TV Globo, tendo sido inspiração para uma personagem cega, interpretada pela atriz Bruna Marquezine. Duda conta que foi uma criança muito ativa, e que o período da novela fez com que algumas coisas fossem facilitadas devido a sua história ter sido divulgada em um canal da televisão aberta. Conseguiu bolsas de estudo e ajuda para frequentar cursos de inglês, piano e balé. Antes disso, sua mãe buscava os locais para fazer sua inscrição, mas as coisas mudavam de figura ao saberem que ela não enxergava. No momento da entrevista, em setembro de 2022, Duda era a única de seu núcleo familiar a estar empregada, pois sua mãe havia sido demitida e ambas moravam em uma casa cedida por uma Igreja.

A primeira ida de Duda a um museu foi ao MHN durante as gravações da novela, quando ainda era uma criança. Duda precisava saber o que era um museu e um canhão antes de uma gravação naquele espaço. Na entrevista, ela observou que ali já se tratava de uma ação museológica. Pouco tempo depois, ela esteve no Museu de Arte Moderna do RJ (MAM) para outras ações pontuais.

No entanto, Duda considera que a sua relação mais próxima com os museus estabeleceu-se em 2013, através de um passeio realizado pelo Colégio Dom Pedro II no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, mediado por um aluno sem deficiência do mesmo colégio. O rapaz, da mesma idade de Duda, era aluno de inicia o científica

Júnior, o que surpreendeu Duda abrindo um horizonte de possibilidades. Os dois começaram a namorar um tempo depois, e o Museu Nacional passou a ser um lugar frequentado por ela.

Em 2014, Duda acompanhou o namorado em um treinamento para mediadores no Museu, dirigido a alunos do Colégio Pedro II e alunos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O treinamento, que durou duas semanas, foi ministrado por profissionais de diferentes áreas, e contava com conhecimentos de acessibilidade para a recepção e mediação de públicos diversos, incluindo idosos, crianças, pessoas com deficiência, dentre outras especificidades.

Durante o treinamento, Duda recebeu um convite para ser estagiária de iniciação científica compondo o núcleo de acessibilidade do Museu Nacional, onde atuou por dez meses. Durante a entrevista, Duda contou sobre os maiores desafios e dificuldades encontradas neste seu primeiro trabalho com museus. Em 2014, no Museu Nacional, um museu de Ciências Naturais, Duda ressaltou as barreiras encontradas nas exposições dispostas em vitrines, quando ainda estava na fase de treinamento para o trabalho de mediação.

“[...] vinha gente do Paleonto pra falar com a gente sobre dinossauro. Pra falar a diferença, sei lá, entre o pterossauro e o dinossauro. Vinha o pessoal da Egiptologia pra falar do Egito Antigo. Só que assim, o museu ali era cheio de vitrines. Então eles sempre apontavam: essa peça aqui que vocês estão vendo e tal. E ok, eu não estava vendo.”

Duda contou sobre as estratégias criadas pelos colegas para que pudesse ter acesso ao conteúdo que iria mediar.

“[...] O pessoal começou a se mobilizar e começou a trazer réplicas pra mim. Aí esse crânio aqui do dinossauro, Duda, a gente trouxe uma réplica de crânio pra você ver. Ah, essa múmia de gato, Duda, a gente trouxe aqui um gato mumificado pra você ver. Nossa... isso fez muita diferença. De poder acessar o mínimo ali pelo menos do que tinha na vitrine e poder ter aquilo em réplica pra eu sentir também. Porque afinal de contas eu ia fazer uma mediação como todos os outros. Então eu tinha que saber o que estava ali. Mas, mais do que saber porque às vezes a

descrição por si só não é o suficiente. Quando você toca, quando você experiencia aquilo. É muito diferente você explicar a mumificação de um gato do que você pegar um gato mumificado na mão. Então é isso que faz a diferença. E fora que os educadores, os mediadores começaram a treinar a audiodescrição deles também. E depois a gente começou a mediar.”

O relato de Duda mostra como a convivência entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência mobilizou e possibilitou novos conhecimentos para ambos. Também ressalta o enriquecimento da experiência através da inserção de outras formas de perceber e sentir de forma ativa e participada.

A educadora e bióloga conta que realizava as mediações em dupla com colegas sem deficiência, em sua maioria para turmas escolares pré-agendadas, mas também para público espontâneo. Havia uma exposição temporária chamada ‘Mar na ponta dos Dedos’ onde era possível o toque, porém Duda afirma que também gostava de mediar as exposições dispostas em vitrines.

Foi nesse trabalho no museu que o interesse pelas Ciências Biológicas, curso no qual se licenciou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), surgiu.

“[...] eu sabia mediar tanto na exposição principal, quanto na exposição temporária, que era o ‘Mar na Ponta dos Dedos’. Era um projeto, acho que era, não lembro, se era das cagarras, não tenho certeza, mas era um espaço onde você podia tocar, não tinha nenhuma vitrine. Tinha os animais ali com esqueleto, pra você poder tocar neles. E eu também fiquei bastante ali. Fiquei nos dois, sabe, era aquilo que eu dizia na época “não, eu quero saber mediar os dois. Onde tem vitrine e onde não tem vitrine”. E aí foi no Museu Nacional que eu decidi cursar Ciências Biológicas.”

Logo após o fim deste estágio, já como aluna universitária, Duda retornou ao Museu para partilhar sua experiência com os novos alunos estagiários.

Em 2016, Duda recebeu convite para dar uma palestra no Museu do Doce, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, sobre a sua experiência enquanto aluna universitária em um curso de Biologia. O evento reuniu alunos de graduação e mestrado

de diversas áreas, incluindo Psicologia e Museologia. Foi neste evento que Duda conheceu Leandro Pereira, outro entrevistado nesta pesquisa, que na época era graduando da Museologia. Leandro a convidou para um evento de turismo acessível que ele iria promover no ano seguinte. Duda esteve na cidade novamente como visitante para o passeio cultural chamado 'Olho de Sogra', organizado por Leandro, que percorria pontos turísticos da cidade, incluindo o Museu do Doce e uma fábrica onde puderam experimentar o preparo dos doces artesanais da cidade. A partir do contato com Leandro, Duda passou a frequentar o Sul do país, tendo feito amizades por lá.

O primeiro contato de Eduarda com o Museu do Amanhã foi em 2019 com Leandro Pereira, quando ele esteve em visita à cidade. Eles estiveram juntos também no Museu da República. Sobre este dia, Duda relatou como o excesso de informação pode prejudicar a fruição de uma visita no museu:

[...] O Museu da República é muito cansativo por causa do excesso de informações de quadros e pinturas, e muitas fotos. A gente teve sim, pessoas para lerem pra gente, mas é aquilo, né? Era muita informação, eu achei muito mais cansativo em relação à informação. E já aqui, teve um rapaz que nos atendeu, eu não sei se era um educador ou se era alguém do atendimento, eu confesso que eu não me lembro, mas foi uma pessoa muito atenciosa, muito querida. E ele andou um pouco... Porque o museu aqui tem muita coisa, né? Então, ele foi aonde tinha Braille, ele levou a gente à 'Galeria das Formas'. Onde tinha tótems para interagir; ele lia pra gente. O museu tem muita coisa que é dinâmica, né? Então, às vezes não é tão cansativo.

[...] A segunda vez que eu vim aqui foi com um outro namorado e aí ele veio aqui pra conhecer e eu recebi o audioguia. O audioguia era muito bom, principalmente a audiodescrição do Cosmos, do filme, mas extremamente puxado e eram quase quatro horas de áudio. Então, assim... não deu tempo. Eu realmente não consegui terminar de ver tudo e foi muito cansativo. A gente tinha o problema também do audioguia que era um tablet gigante, mas não tinha leitor de telas, então se eu quisesse avançar ou retroceder, eu não conseguia fazer sozinha, eu tinha que pedir e procurar alguém.

A fala de Duda nos possibilita refletir sobre a questão da autonomia. Uma pessoa sem deficiência, quando acompanhada por um mediador também incorre na

possibilidade de fazer uma visita cansativa. Mas em uma visita espontânea, comumente escolhe como irá circular numa exposição. No entanto, a pessoa com deficiência numa visita espontânea consegue ter mais autonomia com a disponibilidade de recursos assistivos bem programados e que contemplem a possibilidade de escolha, o que nem sempre ocorre. No caso de uma visita mediada, é importante para ambos os casos, que o mediador esteja aberto a ouvir as preferências do visitante e a trocar com este, considerando sempre as suas particularidades.

De 2019 a 2020, Duda iniciou um trabalho no Museu da Vida na Fiocruz, desta vez como consultora em acessibilidade. Durante este estágio, ela auxiliou na montagem de um guia para a concepção de equipamentos, mediação com escolas e visitas que contemplam crianças com deficiência visual.

Em 2022, enfim licenciada em Ciências Biológicas, Duda recebeu a indicação de uma vaga específica para pessoas com deficiência visual, para atuar como educadora no Museu do Amanhã. Este foi o primeiro emprego com carteira assinada de Eduarda. Sobre as dificuldades encontradas no trabalho no museu, Duda ressalta as barreiras no deslocamento, assim como fora ressaltado por Leonardo Oliveira. Tanto no entorno, na chegada ao museu, quanto no próprio espaço deste. O museu possui piso podotátil apenas em alguns locais de área aberta ao público, mas não nos espaços internos por onde ela precisa circular, como a área administrativa, por exemplo. Também não conta com o recurso nas exposições, dificultando sua autonomia nas mediações que faz.

Além desta dificuldade, Duda aponta o capacitismo como o não reconhecimento de suas potencialidades enquanto educadora. Tanto por parte dos professores que acompanham uma turma de escola, quanto pela própria equipe que disponibiliza sempre mais um educador do museu para acompanhá-la na mediação.

“[...] se eu vou mediar, botam mais um educador pra ficar comigo, entendeu? Os outros grupos, cada um vai ficar com um educador e o meu grupo vai ser eu e mais um educador. E aí, eu estou acostumada a ver vários tipos de reação. Por exemplo, tem professor que a gente vai dar bom dia ou boa tarde, sejam bem-vindos, qual é a série dos seus alunos. Quando a gente vai dar alguma informação, se eu falo, oi, minha linda, tudo bem? Oi, minha linda, vai pegar e vai botar a minha mão no rosto da pessoa, entendeu?”

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

Esta cena relatada por Duda, remete ao que Olivia Von Der Weid (2018) destaca sobre a ajuda humana como um canal de navegação, tantas vezes necessário. Principalmente quando não há a disponibilização de recursos assistivos. Mas aponta também para a despersonalização imposta às pessoas com deficiência, cujos corpos são manipulados, tanto por desconhecimento de suas realidades, quanto por uma subestimação de suas possibilidades de escolha e consideração de suas preferências mais singulares. Duda se referiu ao momento em que me descrevi e perguntei se ela queria tocar os meus cabelos, para exemplificar essa diferença. Neste caso, supor saber o que o outro quer ou precisa é também uma forma de opressão, pois nega a autonomia e o lugar de sujeito a este com quem estamos nos relacionando.

Além disso, Duda conta que ao estar acompanhada por um colega sem deficiência no museu, faz com que geralmente os professores visitantes dirijam-se apenas ao colega acompanhante, demonstrando o capacitismo estrutural da sociedade. Outra situação capacitista é apontada por Duda no que se refere ao sentimento de pena e à romantização em torno da deficiência.

“[...] é muito a questão ainda de aprender a lidar, essa questão da acessibilidade atitudinal que falta. Assim, eu já mediei com o Bruno²⁰, e teve uma vez que eu mediei com ele e aí as pessoas têm a questão do capacitismo extremo, então começam a chorar. “Meu Deus, eu nunca vi uma coisa dessa, uma coisa linda”, então acontece a romantização. Então tem esse capacitismo extremo.”

Por outro lado, Eduarda conta sobre as boas experiências com crianças no trabalho como mediadora no museu. É importante perceber que estas são mais abertas às diferenças, e costumam se relacionar melhor com as pessoas com deficiência. As crianças ainda não têm introjetado o capacitismo estrutural e as representações pejorativas da deficiência, o que facilita muito a convivência.

“Também já vivi situações muito positivas, principalmente no que diz respeito às crianças. Então, crianças que ficam felizes, crianças que querem fazer perguntas do tipo, tia, como você

²⁰ Bruno é um educador surdo do Museu do Amanhã.

mexe no celular, entendeu? Às vezes não é só a visita em si. Ah, eu vou falar de conteúdo. Não, às vezes é você conversar. E aí, você veio da onde? Sua viagem foi longa?

[...] Ah, você quer ver como eu mexo no celular? Olha só como eu sei fazer igual você. Você quer ver como eu leio em Braille? Olha só como isso aqui é legal, entendeu?

[...] Eu me sinto muito mais à vontade. Eu acho que eu consigo ser mais eu mesma porque eu não vou ficar muito cheia de dedos, sabe? Então eu falo assim “olha, se você tem uma dúvida, pode colocar a mão no meu braço, pode me chamar”. É, tia Duda, fala de novo, entendeu? Certo. Pode chamar, ó, tá eu e fulano aqui. Chama. Às vezes a criança vai apontar. Tia, o que é aquilo ali? Aí eu pergunto, hum, ali aonde? Você está olhando pro globo? Aham. Ah, eu tô olhando, tô vendo um monte de coisa mudando. Vários ventos. Eu falo: “o que que você acha que está acontecendo nesse globo? Qual é o nome desse planeta?”. Então, é uma coisa gostosa, é uma troca.”

Em relação à presença de pessoas com deficiência nos museus e outros espaços de cultura, Duda diz o seguinte:

“[...] é importante que a gente esteja nesses lugares. Esteja ali, nem que seja pra incomodar. Eu acho importante que a gente esteja nos lugares para que a gente se faça ser visto, independente se está acessível ou não. Mas eu entendo que, às vezes, o que é inacessível dá desânimo na gente. Tipo, o que que eu vou fazer lá, sabe? Mas eu acho que é importante a gente se fazer presente nesses lugares.”

A fala de Duda remete para a importância da visibilidade das pessoas com deficiência nos espaços públicos, em contraponto à invisibilidade que de certa forma pode levar a supor que não existam essas demandas de participação.

Ela diz ainda que a divulgação cuidadosa de exposições e outras atividades culturais é muito importante. E a disponibilidade em receber bem é muito relevante, pois o deslocamento até os centros urbanos, onde geralmente se localizam as ações, dificultam o acesso de grande parte das pessoas com deficiência.

“[...] Vale muito a pena a antecedência, chegar e avisar. Até porque, assim, nós somos, sei lá, pessoas únicas. Então, às vezes eu converso com uma pessoa que acabou de perder a visão, que nunca saiu de casa sem alguém. Às vezes eu tô conversando com uma pessoa que já nasceu cega e mora muito longe. Às vezes pode demorar um pouquinho mais pra chegar aqui.”

Em relação ao conceito de participação plena, Eduarda ressalta como a possibilidade de uma continuidade, o que sugere a importância de ações culturais acessíveis, permanentes e não pontuais.

“[...] É uma participação contínua. Algo que seja contínuo, que você vai aqui, vai no Museu Histórico, vai no Nacional, vai no CCBB, vai no Museu da República, por aí vai.”

Em relação aos maiores desafios e às possíveis estratégias para a efetivação da participação de pessoas com deficiência nos museus, Eduarda também sinaliza a necessidade da continuidade e da incorporação do que podemos considerar como uma cultura do acesso. Ou seja, que as ações considerem, desde a sua concepção, o acolhimento da diversidade humana e corporal, ou seja, as diferentes formas de ser e estar no mundo.

Neste sentido, os projetos específicos relacionados às pessoas com deficiência, seriam um caminho para implementação desta cultura, com o desafio de que em determinado momento possamos prescindir deles.

“[...] a gente tem, por exemplo, um projeto ‘Entre Museus Acessíveis’. Mas por que ele também acontece? Por que existe a palavra inclusão? Porque a gente exclui. Entende? Então, a partir do momento que eu puder receber aqui uma pessoa ou um grupo com deficiência visual e puder receber em qualquer lugar, sem ter um horário específico pra isso, tem que ser quarta-feira e sexta-feira a partir de duas horas da tarde e tal. A partir do momento que eu tenho isso quinta, terça, sábado, né? Por que não? Aí não precisaria mais ter um projeto desses, né? Eu acho que projetos como esse são importantes pra pessoa ser chamada, pra ela frequentar também o museu. E também porque é um espaço de troca. Às vezes, vamos supor, você é uma

“pessoa cega, você vai nesse lugar e você encontra um amigo que você não vê há muito tempo. Então também é sobre isso, sobre troca, sobre troca de ideias, de matar saudades. Claro, vale a pena. Mas acho que é importante a gente também ter esse olhar de que a pessoa cega não precisa só estar no ‘Entre Museus Acessíveis’, ela pode vir aqui que ela vai desfrutar desse passeio assim como os outros.”

Sendo assim, a cultura do acesso como a disponibilidade em cuidar, acolher e receber a diferença, requer também a implementação de espaços e conteúdos acessíveis e uma divulgação cuidadosa das ações. Deste modo promovem a autonomia de escolha dos visitantes com deficiência no que refere à participação e fruição, alinhando-se com a garantia da sua cidadania cultural.

“[...] eu acho que além da gente conseguir tentar divulgar mais vezes, ter isso também não só nos sites mas também ter, como eu posso dizer, na exposição mesmo, as coisas que promovam a nossa autonomia. Então eu tô falando de um totem para interagir e se tiver alguém pra dizer olha, aperta esse botão que a tela vai ter um leitor de tela, você vai poder jogar também igual todo mundo, sabe? A partir do momento que eu tenho o piso podotátil, que eu tenho os mapas de orientação pra pessoa ter o livre-arbítrio de escolher, eu quero uma mediação. Não, eu não quero uma mediação. Não é assim que acontece com os visitantes? Às vezes os visitantes não querem. Às vezes os visitantes querem.”

Para finalizar, Duda compartilhou duas experiências marcantes em museus. Uma enquanto visitante no Museu do Doce, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, e outra enquanto mediadora no Museu do Amanhã.

“[...] Assim, se eu for colocar numa balança, eu acho que eu tenho mais experiências boas. Eu lembro que eu gostei muito de, uma vez, que a gente tinha que explorar mais os nossos sentidos, os nossos outros sentidos, e aí tinha uma parte que era de temperos, aí você sentia o cheiro de cada tempero. Tinha uma rede cheia de pães pra você sentir o pão francês. Tinha uma bala que a gente chupou depois chamada céu da boca, e a bala era do formato do

céu da boca. Então, é você experienciar, né? Você não está só recebendo informação. Eu acho que isso é muito legal, de você poder sentir. Foi uma experiência muito boa, que eu gostei bastante. Tinha parte de formas, diferentes formas, diferentes texturas, tinha uma que era de cheiros. Eu lembro muito dessa de cheiros, temperos na cozinha, né? Pra você poder sentir.”

“[...] uma experiência que eu tive aqui em relação ao Cosmos. É um filme que a gente assiste em 360 graus e ele tem muitas imagens, ele vai desde a Teoria do Big Bang até os dias atuais e tal. Faz um resumo em oito minutos, e a primeira vez que eu assisti, eu assisti com o audioguia, né? Só que pra receber esse público, eu pensei, caramba, como vai ser? Todo mundo que enxerga sai muito maravilhado dessa exposição. Como vai ser com o pessoal cego? E agora? E aí, cada educador, sentou perto de um ou dois cegos, pessoas com baixa visão e fez a descrição e tem muitos sons também, né? E o som parece que tá girando junto com a imagem. E aí, teve gente emocionada, teve uma moça que disse que nunca tinha estado no museu na vida dela e que aquela foi a primeira experiência dela, então ela chorou muito. Cega total. Então, eu falei, caramba, o resultado deu. Eu acho que trabalhar como educador é você saber que às vezes você faz uma superprodução, acha que vai ser muito top, e não é aquilo tudo; e às vezes você vai fazer uma coisa que você acha que poderia ter sido melhor e tal, e vai ser super elogiado, então saber lidar com os dois extremos também.”

A partir da fala de Duda, é possível inferir que o trabalho como educador mediador, possibilita a abertura ao inesperado. Esse tensionamento e disponibilidade em trocar com o outro faz do encontro uma experiência marcante, onde ambos, visitante e mediador, são afetados cada um à sua maneira.

No dia 14 de setembro de 2022, acompanhei uma visita mediada por Duda no Museu da República, na cidade do Rio de Janeiro. A visita foi realizada através do projeto ‘Entre Museus Acessíveis’, citado por ela na entrevista, numa parceria entre este e o Museu do Amanhã. A visita teve como público alvo usuários da AFAC com deficiência visual. O projeto contemplou o transporte que buscou os visitantes em Niterói na instituição de referência.

No Museu da República, fomos recebidos por Duda e pela museóloga e

curadora de arte, Isabel Portella. Isabel é uma mulher com nanismo que faz parte do corpo de servidores públicos do museu. Foi durante esta visita que combinei minha ida ao Museu do Amanhã para a entrevista com Duda, que aconteceu na semana seguinte.

Figura 4 - Visita da AFAC no Museu da República pelo projeto 'Entre Museus Acessíveis', em 14 de setembro de 2022. **#ParaTodoMundoVer:** Numa sala ampla com paredes claras e chão de tábua corrida ornado com piso hidráulico colorido; um grupo, sentado em cadeiras dispostas em roda, é recebido pelas mediadoras Isabel Portella e Eduarda Emerick. Isabel é uma mulher com nanismo, tem a pele clara, cabelos curtos e loiros, e está sentada em uma cadeira de rodas motorizada. Eduarda é uma mulher de pele clara, cabelos longos, escuros e levemente ondulados. Ela segura uma bengala à frente do corpo com as duas mãos. À direita da foto, no centro da roda, uma maquete tátil do museu em cima de uma mesa. Ao fundo, uma grande porta de madeira aberta e uma escada caracol.



Fonte: Fotografia da autora, Museu da República, Rio de Janeiro, Brasil.

Figura 5 - Visita da AFAC no Museu da República pelo projeto 'Entre Museus Acessíveis', em 14 de setembro de 2022, close. **#ParaTodoMundoVer:** Em primeiro plano, algumas pessoas sentadas aparecem de perfil. Duas delas, um homem e uma mulher, usam máscara cirúrgica. De perfil, Isabel e Eduarda sorriem. Atrás e ao lado delas, há outras pessoas em pé que sorriem também.



Fonte: Fotografia da autora, Museu da República, Rio de Janeiro, Brasil.

Figura 6 - Eduarda Emerick no Museu do Amanhã, em 20 de setembro de 2022. **#ParaTodosVerem:** Em um corredor comprido, Eduarda experimenta um mapa tátil sobre uma mesa expositiva. Ela usa uma blusa preta, calça jeans, tênis preto e está com os cabelos soltos. Atrás dela há um piso podotátil. Na mesa há outro mapa e uma réplica tátil de uma das fotos da exposição. Mais atrás, à esquerda da foto, uma mulher, com cabelos loiros e compridos, fotografa a exposição com um telefone.



Fonte: Fotografia da autora, Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, Brasil.

Figura 7 - Eduarda Emerick no Museu do Amanhã, em 20 de setembro de 2022, close. **#ParaTodoMundoVer:** A mão esquerda espalmada de Eduarda Emerick toca uma réplica em relevo de uma fotografia. A réplica reproduz uma foto de três jovens indígenas que se apóiam sobre uma janela de madeira. A réplica é branca e a mão de Eduarda cobre toda a primeira jovem. No alto, à esquerda, o telefone de Eduarda aparece na mão direita dela, junto ao ouvido.



Fonte: Fotografia da autora, Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, Brasil.

3.1.3 Leandro Pereira

Leandro Pereira, 40 anos, é museólogo e audiodescritor consultor. Natural de Pelotas, cidade localizada no Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil, Leandro ficou cego aos trinta anos de idade. A perda visual se deu de forma gradativa até chegar à cegueira total, devido à uma doença autoimune que ocasionou sucessivos

descolamentos de retina, até que as cirurgias reparadoras que realizou não tiveram mais resultados positivos.

Devido à perda visual, Leandro passou pelo processo de reabilitação no momento em que soube pelo oftalmologista que a cegueira era iminente, mas ainda possuía resíduo visual, ou seja, a baixa visão. Na reabilitação aprendeu sobre as tecnologias assistivas como leitores de tela no computador, acessibilidades de smartphones e o uso da bengala para orientação e mobilidade.

Ele lembra que o uso da bengala inicialmente o ajudou na identificação da sua deficiência pelas outras pessoas, permitindo que recebesse auxílio na vida cotidiana, ainda que não precisasse dela para a locomoção. Depois com o agravamento da perda visual, começou a utilizá-la para explorar o sentido do tato no reconhecimento de obstáculos, deslocando a sua atenção cada vez mais para os outros sentidos.

Antes da perda da visão, Leandro teve uma vida profissional ativa por cerca de dez anos na área do design de imóveis, atuando com projetos de interiores. Leandro recorda que sua atuação anterior dependia totalmente da percepção visual por lidar com aspectos funcionais e estéticos como as cores e as texturas. Além de sua ocupação profissional, Leandro também iniciou uma graduação em Administração, que próxima do término ficou prejudicada pelas dificuldades que encontrou quando adquiriu a baixa visão. Leandro lembra que as dificuldades não eram apenas suas, mas também de seus familiares e de seus professores. Porém ressalta que com a ajuda de todos conseguiu concluir o curso.

Leandro recorda que a sua reinserção no mercado de trabalho não foi fácil. E a maior dificuldade acontecia pela discriminação que sofria por conta da deficiência visual.

“[...] sempre tinha essa questão da discriminação em razão da deficiência. Então fiz várias, me candidatei a muitas seleções para vagas nas empresas, mas nunca fui chamado. Nunca passou de uma entrevista. E isso foi uma coisa que eu fui me sentindo muito desmotivado, porque eu vi que ou trabalhar como autônomo seria uma maneira, ou fazer um concurso público, alguma coisa assim como muitos já me diziam. Mas depois acabou vindo mesmo a aposentadoria e eu acabei me dedicando a fazer outras coisas que eu gostava, como uma outra graduação, e trabalhar

informalmente assim, com consultoria de acessibilidade, com algumas coisas nesse sentido.”

Após um período sem trabalhar devido à cegueira, Leandro retomou sua vida profissional ativa através de palestras ministradas acerca do tema da experiência da deficiência e do processo de reabilitação que aconteceram em escolas, Universidades e instituições que atuavam junto a pessoas com deficiência. Foi nesse contexto que Leandro soube do projeto da Universidade de Pelotas (UFPeI), chamado 'Museu Para Todos', pelo qual teve interesse em participar. Em relação às atividades que começou a realizar após perder a visão, Leandro conta que aconteceram a partir do interesse de amigos e professores de Universidades sobre o seu processo de reabilitação que havia se dado com resiliência. Ele conta que considerou importante compartilhar a sua experiência com outras pessoas e que seu maior medo era perder sua autonomia e tornar-se uma pessoa dependente.

“[...] a busca pela autonomia foi o que me motivou a continuar, e mostrando que a deficiência era só mais uma característica, agora adquirida. E aí foi através dessas palestras que eu consegui pelo menos ser visto como uma pessoa produtiva, porque afinal das contas eu tinha deixado de trabalhar, estava impossibilitado de trabalhar na área que eu atuava, tinha sido aposentado, e isso de certo modo foi uma coisa que me deixou bastante... assim, com um sentimento de frustração mesmo. Eu não queria ser visto como uma pessoa incapaz, como as pessoas com deficiência visual são comumente vistas. E aí através dessas palestras, dessas atividades, eu consegui fazer que os meus amigos, e pelo menos as pessoas mais próximas, percebessem que eu continuava assim em plena atividade, e aquilo foi uma coisa muito boa para a minha autoestima, receber os convites para trabalhar, receber por isso; receber cachê para poder fazer as palestras. Então isso foi uma coisa muito legal, esse reconhecimento assim da admiração das pessoas próximas e de pessoas desconhecidas, de que eu continuava sendo uma pessoa produtiva. E isso foi a maneira que eu achei para retomar a minha autoestima em relação a essa questão do trabalho mesmo.”

Ele conta que tinha o costume de frequentar museus e ambientes culturais antes de se tornar uma pessoa com deficiência visual, e ao adquirir a deficiência teve sua apreciação comprometida pela falta de recursos de acessibilidade. Porém, foi numa reunião do projeto ‘Museu para Todos’ na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) que ouviu falar pela primeira vez em recurso de audiodescrição para museus, através de uma fala da Josélia Neves, audiodescritora portuguesa muito relevante na área da Tradução Visual. O projeto teve a participação de Desirée Nobre Salazar, minha colega de turma, doutoranda em Museologia pela Universidade Lusófona, cuja trajetória potente na área da acessibilidade cultural também foi citada por Leandro na entrevista. Foi a partir deste evento que Leandro conheceu a Márcia Bamberg, outra entrevistada desta pesquisa:

“[...] a partir dessa experiência eu fiquei mais interessado em conhecer museus que oferecessem recursos de acessibilidade. E nesse evento estava presente a Márcia Bamberg, que é de Porto Alegre, do Joaquim Felizardo, que é cega, e já colocava alguns recursos de acessibilidade no Museu Histórico de Porto Alegre. E a partir dessa experiência, eu fui à Porto Alegre para conhecer como era um museu com recursos de acessibilidade e fiquei muito maravilhado. Era um recurso simples de audiodescrição, mas que para a minha necessidade, como uma pessoa com baixa visão na época, e o desconhecimento que eu tinha dessa possibilidade, foi algo que me deixou muito maravilhado. E aí, a partir desse momento, eu comecei a procurar museus que oferecessem recursos de acessibilidade para poder continuar mantendo aquele hábito que eu já tinha de frequentar museus quando eu enxergava. E era muito frustrante visitar os museus e não ter uma mediação acessível, recursos de acessibilidade e tal. E isso foi lá em 2012... e eu continuei procurando essas instituições.”

O encontro com Márcia Bamberg a partir de um projeto sobre acessibilidade e inclusão em museus, no ano de 2012, proporcionou novas possibilidades para Leandro enquanto profissional. E a representatividade de Márcia, enquanto uma mulher cega, foi fundamental.

“A Márcia eu conheci em 2012, que foi quando a Desirée participou desse projeto, ‘Museu para Todos’. Aí eu conheci a Márcia, e lá em 2012 eu era um cego recente, então foi quando eu vi que existia a possibilidade de cegos aparecerem em museus. E eu fiquei muito impressionado com a Márcia sendo uma mulher cega, sabendo tudo sobre o museu, sabendo fazer mediação, sabendo transmitir ou apresentar tantas informações históricas sobre o museu, sobre a cidade de Porto Alegre, aquilo me deixou muito intrigado, me deixou muito impressionado.”

Alguns anos depois, já em 2016, Leandro iniciou o curso de Museologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

É importante perceber que apesar do interesse pelos museus ser anterior à sua condição de pessoa com deficiência, foi a partir do contato com as discussões sobre a acessibilidade cultural e com a vivência de experiências acessíveis, que Leandro iniciou esse novo percurso como uma nova possibilidade de atuação profissional. Além disso, a sua experiência com a deficiência também foi fundamental para perceber a importância das discussões acerca da participação social, da inclusão e do combate à discriminação das pessoas com deficiência no campo da Museologia, tendo lhe apontado um caminho em direção à produção de recursos e de experiências acessíveis em museus.

“[...] a partir do curso de Museologia, eu tive o entendimento da importância do campo da Museologia no desenvolvimento social das pessoas com deficiência visual, a importância da acessibilidade para a fruição dos conteúdos, e também essa importância da acessibilidade e da inclusão para essa diminuição da discriminação mesmo, porque muitas vezes as pessoas dizem, ah não, mas as pessoas com deficiência não são discriminadas e tal. Mas eu sinto isso, sinto essa discriminação de não ser convidado, de não ser chamado para participar de abertura de exposição, de eventos em museus.”

“[...] eu comecei a criar algumas atividades que fizessem que as pessoas com deficiência visual pudessem participar de uma maneira, de uma maneira bem, como é que eu vou te dizer, uma

participação ativa, que tivessem ali um entendimento de como é aquele museu e que principalmente pudesse contar para outras pessoas aquela experiência no museu. Porque o que eu acho legal, assim, quando a gente visita um lugar que é novo, a gente gosta depois de contar para os amigos, para os parentes, porque isso nos gera um repertório para poder socializar e ter assunto com outras pessoas.”

“[...] comecei a ver que era possível pessoas com deficiência visual terem essa experiência e isso foi cada vez mais despertando o meu interesse nesse campo da Museologia. E a necessidade da acessibilidade partiu mesmo da minha necessidade, da minha experiência frustrada de visitar museus. E aí eu comecei a desenvolver recursos para que as pessoas cegas como eu, com baixa visão, pudessem ter uma experiência bacana com a fruição do conteúdo e tudo mais. E eu vejo que muitas vezes essas instituições, os museus ficam presos em grandes tecnologias, recursos mirabolantes e eu percebo que muitas vezes a necessidade mesmo da pessoa com deficiência visual é ter uma aproximação com o mediador, uma conversa mesmo de igual para igual ali.”

“[...] e a partir da Museologia, eu via que os meus colegas, meus professores, eles não tinham absolutamente nenhuma noção de como oferecer pra alguém que não enxerga uma experiência legal no museu. E aí eu vi na Museologia uma possibilidade de colocar em prática um conhecimento científico, um conhecimento teórico. Mas colocar na prática e ainda acrescentar a minha vivência, a minha necessidade como pessoa com deficiência, em fazer o museu ser um lugar que seja interessante pra quem não enxerga.”

Leandro acrescenta um ponto importante e relevante para a temática discutida nesta investigação. Ele afirma que a falta de interesse por parte das pessoas com deficiência visual nos museus, deve-se à falta de hábito ou falta de contato com experiências prazerosas nesses espaços. Algo que pode ser estimulado não estando apenas relacionado com a presença de recursos de acessibilidade, ainda que estes sejam importantes e necessários.

“[...] eu acho, assim, que as pessoas com deficiência são poucas as que têm realmente interesse no museu. Mas não é porque não tem recurso de acessibilidade. É porque elas não têm o hábito de visitar esse tipo de lugar, de espaço cultural. Então, uma pessoa cega, que já foi acostumada a ir ao museu, a ir ao teatro, a ir ao cinema, ela vai continuar gostando de estar nesses lugares. Mas uma pessoa que não foi estimulada, ou que não descobriu o prazer de estar nesses lugares, de adquirir conhecimento, de adquirir experiência, de trocar experiências nesses lugares, ela acaba não procurando. Então, hoje eu acho que isso é mais uma questão de estímulo da pessoa, do interesse da pessoa, do que a falta de acessibilidade propriamente dita, sabe?”

No momento da entrevista, Leandro cursava o Mestrado em Memória e Patrimônio da UFPEL, atuando como bolsista no Museu Universitário. Sua atuação se realizava com o desenvolvimento de recursos de acessibilidade, principalmente a audiodescrição, incluindo a formação de mediadores, alunos da Universidade, bolsistas e voluntários em cursos introdutórios sobre este recurso assistivo.

Além da formação aos mediadores, ele também atuava como consultor para avaliar a funcionalidade de outros recursos assistivos do museu. Como textos em braille, recursos táteis e a própria audiodescrição no contexto das mediações em geral, que ele nomeia de “mediação acessibilizada”.

“[...] tenho trabalhado com essa consultoria, essa avaliação, essa revisão de alguns recursos, né, que os museus estão desenvolvendo para exposições e tal. Esse é o trabalho, assim, que tem mais demanda. E a audiodescrição também, assim, de mediação, que eu sempre digo, é uma mediação acessibilizada. Então, a gente pega aquele discurso do museu, já utilizado pelos mediadores, e a partir desse discurso, a gente faz essa acessibilização. Vê o que é interessante de ser descrito, de ser informado, de ser detalhado, né, dentro do que já costuma ser apresentado durante uma mediação no museu.”

Leandro ressalta a importância da presença e a diferença em ter uma experiência de troca com um mediador. Um encontro que permita estar no museu de forma ativa ainda que seja no lugar de visitante:

“[...] muitas vezes eu fui aos museus e eles vinham me oferecer aqueles audioguias, catálogos em Braille, mas eu não queria ficar sentado numa cadeirinha lendo em Braille; o que tem e o que não tem no museu ou história do museu. Eu queria caminhar pelo museu com uma pessoa me dizendo: aqui tem tal coisa, aqui tem outra coisa, a gente está em tal lugar; e assim eu ia criando as minhas experiências, as minhas impressões. E foi aí que eu comecei a ver que a minha necessidade era também a necessidade das outras pessoas com deficiência visual que se relacionavam comigo.”

Leandro explica que após conhecer o recurso de audiodescrição enquanto usuário, percebeu que este poderia ser implementado sem grandes custos no museu, sendo uma forma possível de proporcionar uma experiência de fruição cultural e consequentemente a inclusão de pessoas com deficiência visual naqueles espaços. Ele percebeu também, que a grande barreira estava no fato de os profissionais não saberem como agir na presença destes visitantes.

“[...] eu vi que a audiodescrição era um recurso muito possível de ser implementado, não exigia tanto investimento financeiro como esses outros recursos que eles achavam que eram indispensáveis como gravar audioguias e ter impressões em Braille e tudo mais, que não atendia todas as pessoas sendo que esse recurso humano era o mais eficaz para essa experiência da pessoa com deficiência visual no museu e na verdade eles só não sabiam como agir diante de um visitante com deficiência. E aí foi assim que eu comecei a perceber que era muito mais, vamos dizer, diante de tudo que se imaginava era muito mais fácil do que esperavam, para poder fazer essa inclusão e oferecer uma experiência com fruição de conteúdo; uma experiência inesquecível, uma experiência agradável dentro dos museus.”

O formato de apresentação da audiodescrição a que se refere Leandro, é a audiodescrição realizada presencialmente pelo profissional mediador do museu.

“[...] Que o mediador saiba descrever, porque uma audiodescrição gravada não oferece essa experiência de troca, porque um mediador que sabe fazer audiodescrição ali ao vivo, na hora, isso eu acho que faz parte dessa experiência de troca. E é isso que a pessoa com deficiência visual quer. Ela quer estar conversando com alguém e não como geralmente são tratadas, colocadas num cantinho para ouvir uma gravação ou para ficar lendo um catálogo em Braille, por exemplo. Isso não é uma experiência acessível, isso na verdade é uma experiência, muitas vezes para essas pessoas, frustrante, porque a gente quer mesmo é ter essa dimensão do espaço, caminhando pelo museu.”

Leandro afirma que a qualificação do mediador para saber audiodescrever ao vivo, foi a melhor forma que ele encontrou em suas pesquisas para uma experiência positiva dentro do museu. Desta forma, a pessoa com deficiência visual consegue ter um contato de igual para igual com o mediador, podendo tirar dúvidas no momento da mediação. Ainda assim, recorda que os recursos assistivos como a audiodescrição disponibilizada em gravação, contempla o visitante quando não há mediador ou profissional presente no espaço.

O contato com alguém que possa mediar uma visita implica na possibilidade de que esta se torne uma experiência. É importante perceber a diferenciação que Leandro faz entre informação e experiência. A informação como algo que recebe-se de forma passiva, e a experiência como algo que atravessa a existência com atividade e reflexividade, troca e interdependência.

“[...] Porque uma pessoa muitas vezes não consegue fazer o percurso de uma exposição sozinho, então ficar ali sentado numa poltrona, ouvindo o que tem naquela exposição, não faz muito sentido, né? Então eu vejo assim, já me deparei muitas vezes com exposições desse modo: Ah, tudo bem, seja bem-vindo! Vou te dar aqui a gravação, vou te acomodar aqui; e aí eu fico ali ouvindo por 45 minutos toda a exposição, mas eu não sei nem se é tudo no mesmo andar, se é tudo num andar só, muitas vezes está somente a informação. Porque não tem uma audiodescrição, né, de como toda aquela exposição está montada; e aí estão só as informações mesmo sobre as obras, sobre curadoria, algumas coisas assim, e aquilo ali é uma experiência que não conta, assim, como uma experiência positiva para a maioria das

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

“pessoas, né? Porque depois que a gente tem esse momento de troca, de apertar no braço de um mediador, por caminhar com ele, ele explicar, ele descrever... Naquele momento da audiodescrição muitas vezes insegura, de alguém que não tem a prática de fazê-la, mas só em poder estar respondendo os questionamentos, a curiosidade... aquilo ali também já vai capacitando e aprimorando a audiodescrição de quem não tem ainda a habilidade e a prática bem desenvolvida, porque isso é uma construção através de uma experiência mútua, né?”

A disponibilidade do mediador em acolher e trocar com o visitante, de forma horizontal, também aparece como fator importante. Leandro também pontua a importância de uma transversalidade em relação às ações e visitas mediadas em museus. Percebo isso quando ele comenta sobre a importância de que a mediação com audiodescrição, ou seja a “mediação acessibilizada” como ele nomeia, seja construída e oferecida de forma integrada. Este ponto aparece porque há visitas com audiodescrição que são ofertadas por um audiodescritor e acompanhada pelo mediador do museu.

“[...] muitas vezes o audiodescritor coloca muitas informações que durante a mediação elas nem são do interesse do visitante, e aí é muito da experiência, da perspicácia do mediador de saber o que é do interesse, o que é que não, para não pôr aquela visita cansativa, né. Então, às vezes a pessoa começa a falar sobre uma informação, mas que o visitante não está interessado, ele já parte para uma próxima, e aí ele não precisa ter uma pessoa ali que vai querer descrever aquilo, porque a audiodescrição também é um processo muito cansativo para quem precisa do recurso, e aí quanto mais objetiva sucinta e clara ela for, principalmente no ponto de interesse do visitante, aí sim a gente consegue fazer essa experiência ser algo positivo, né?”

Para além da sua atuação como consultor, Leandro também faz mediação no museu. E estar como mediador no museu contribui para a desconstrução da representação capacitista da deficiência.

“[...] E o que é interessante nesse trabalho como mediador? Principalmente a desconstrução dessa visão da pessoa com deficiência ser improdutiva, ser incapaz. Então quando um visitante se depara com um mediador cego no museu, ele fica

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

completamente impressionado como uma pessoa que não enxerga consegue se deslocar dentro das salas, consegue falar com tanta clareza, com tanta propriedade sobre o acervo e ainda apontar características sobre aquele acervo.”

Outro fator relevante é a constatação da não equivalência entre o olhar e a visão, que aparece na fala seguinte do Leandro:

“[...] eu que trabalho lá no Museu de Ciências Naturais, vou falar, faço a minha apresentação sobre as aves, sobre os animais e tudo mais, as características de cada espécie; então as pessoas ficam muito impressionadas. E aí entra também a questão da audiodescrição como um recurso que direciona o olhar de quem vê e oferece a possibilidade de enxergar para quem não vê. Porque daí quando eu aponto algumas características das aves para pessoas videntes, elas ficam perplexas que elas estão olhando para aquilo e não tinham percebido. Mas com aquela audiodescrição, direcionou o olhar para aquela informação e elas acabam sendo pegadas de surpresa, porque aquilo estava passando despercebido pelo olhar desatento mesmo.”

A fala e mediação direciona a atenção, inclusive de quem vê com os olhos. Esta constatação pode servir de indicativo para a desconstrução da centralidade da visão na sociedade, instigando à uma reflexão quanto às diferentes formas de perceber e estar no mundo, de acordo com a diversidade corporal existente.

Outro fator relevante é o impacto da convivência com a diferença, no que se refere à deficiência enquanto um marcador social. Leandro verifica esse retorno por parte dos visitantes nos comentários após uma visita em sua presença.

“[...] é um trabalho que o museu tem recebido bastante reconhecimento; assim, do retorno das pessoas que têm visitado, ou os professores que levam às escolas, ou até mesmo os turistas que no final agradecem e comentam com a recepcionista do museu. Porque nem sempre eles falam direto comigo, mas o elogio vem para mim. Eu termino a visita e eles comentam sobre isso para a recepcionista. Então, isso aí é uma coisa que a gente viu, assim, que ter uma pessoa cega na equipe do museu impacta o visitante e desconstrói essa imagem da pessoa com deficiência de ser improdutiva.”

Por outro lado, Leandro sinaliza que as maiores dificuldades encontradas no museu são em relação à própria equipe de trabalho. O que demanda uma constante reafirmação sobre a importância da acessibilidade, por exemplo.

“[...] o grupo do WhatsApp não descreve, manda uma informação em formato de imagem e não descreve. E sabendo que eu estou ali presente. Então isso é uma coisa muito cansativa, muito frustrante, mas eu percebo também que é, assim, algo que eu preciso estar o tempo todo cobrando para que isso se torne um hábito de quem convive com pessoas com deficiência visual. Mas é um processo muito cansativo ter essa conscientização, né, de que as pessoas precisam colocar em prática isso não só quando estão diante de mim, mas, por exemplo, nesse meio de comunicação hoje, que é o WhatsApp.”

“[...] eu acho que é só essa convivência, né? Imagina se não tivesse a minha presença lá. Nunca que eles iam espontaneamente fazer isso. Então, por isso eu acho que é importante a presença das pessoas com deficiência nos museus, porque elas estão ali para lembrar o tempo todo que a acessibilidade é uma coisa que precisa estar no cotidiano, não só do museu, mas principalmente no cotidiano delas que têm convivência com quem tem deficiência.”

Sobre a relação entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, Leandro pontua o ganho e a transformação pela convivência.

“A maioria das vezes, pela minha experiência, o constrangimento de estar junto de alguém que tem a deficiência é da pessoa que não tem a deficiência, uma deficiência presumida. Porque ela não sabe como agir com aquela pessoa que tem essa diferença, né? Seja de comunicação, de locomoção e tudo mais.”

“[...] só a convivência vai fazer elas perceberem o que é necessário, o que não é necessário, o que é exagero ou o que é escasso nesse comportamento de falar, de escrever, de informar. Ou até mesmo de ajudar. Muitas vezes alguém dizia, vou ao

banheiro. Ah, quer que eu te acompanhe? Eu dizia, não, eu já caminho no museu como caminho na minha casa, porque eu sei todos os espaços. Mas então eles já percebem isso. Só que antes eles achavam que eu precisaria de ajuda para tudo.”

“[...] eu já domino aquele espaço como se fosse a minha casa, porque eu conheço como é aquele lugar. Mas claro que uma pessoa, um visitante vai precisar desse auxílio. E eles já sabem que para alguém que não está habituado e que não conhece aquela organização espacial ali, vai precisar desse auxílio. Mas isso só a convivência é que vai fazer as pessoas perceberem.”

Tendo por base a relevância da convivência, Leandro coloca como um desafio a presença de mais profissionais com deficiência nos museus, assim como Leonardo Oliveira e Camila Alves. O que acredita ser dificultado pela discriminação ainda existente no próprio espaço institucional. Ele segue com a sugestão de que possa existir um movimento e uma procura ativa por parte da Universidade e dos Museus por esses profissionais.

“No meu entendimento, a barreira principal para essas pessoas estarem presentes nos museus é a discriminação mesmo. Por mais que muitas vezes falam ali na Universidade, por que só eu de cego estou lá no museu? Por que eles não convidam outros cegos das instituições de cegos para serem daqui a pouco voluntários? Eles têm muito essa questão ainda da discriminação mesmo. E muitas vezes, muitas oportunidades que eu tenho, essas oportunidades são criadas por mim mesmo. Eu que gero essa demanda, eu que ofereço esse serviço, eu que estou sempre procurando. Porque eles oferecerem, chamarem as pessoas com deficiência a participarem, isso não acontece. Não tem essa iniciativa. Eu acho essa uma das maiores dificuldades, o maior desafio.”

Para Leandro, assim como salientamos ao longo deste trabalho, a presença de pessoas com deficiência no museu é fundamental para o atravessamento das barreiras e alargamento da perspectiva sobre a experiência da deficiência. O museólogo ressalta, assim como Leonardo Oliveira também ressaltou, que a condição prévia de

uma formação universitária como pré-requisito, pode ser uma barreira neste processo de inclusão profissional.

Portanto, é importante ampliar as ofertas de trabalho para pessoas com deficiência da comunidade, as ações afirmativas, bem como a aproximação com as instituições que atuam com a deficiência.

“A estratégia que eu tenho feito hoje é mostrar que a presença da pessoa com deficiência no museu é importante. E que não precisa ser, embora o museu seja um museu universitário, não precisa ser um universitário a trabalhar ali. Podem ser pessoas da comunidade como voluntários; dessa comunidade com deficiência, porque aqui nós temos uma instituição muito grande. Uma instituição para pessoas com deficiência visual com mais de 60 anos. Que atende a comunidade, que atende alunos da rede, que atende muitas pessoas. E essas pessoas muitas vezes estão em casa, estão ociosas, estão esperando, quem sabe, uma oportunidade para socializar.”

O contato interinstitucional aparece aqui como uma estratégia para ampliar a rede de parceiros e catalisar tanto as possibilidades de formação de público, quanto a presença transformadora, a partir de pessoas com deficiência no museu.

“[...] Essa é uma estratégia importante para verem lá no museu que o que eu estou propondo faz sentido, que tem relevância. Muitas vezes eu chamo essas pessoas da comunidade com deficiência visual para terem uma experiência lá no museu. A partir do retorno delas, do feedback, é que eles percebem que realmente isso é uma coisa legal, isso deu certo, essa pessoa saiu satisfeita. Mas sou eu, pessoa com deficiência, que faço essa ponte entre as outras pessoas com deficiência. Porque os funcionários do museu, a equipe do museu que enxerga, eles não têm essa preocupação de aproximar quem tem deficiência do museu.”

“[...] no momento que a gente tem um surdo no museu, esse surdo vai chamar outras pessoas surdas. No momento que tem um cego, vai chamar outras pessoas cegas. No momento que a gente tem uma pessoa cadeirante, ele vai chamar outras pessoas

cadeirantes. Por quê? Porque ele vai conhecer, através dessa convivência com os seus pares, ele vai saber se aquilo é do interesse dessas pessoas também. Porque eles dividem e compartilham dificuldades e muitas vezes expectativas que alguns lugares não suprem.”

“[...] No momento que a gente valoriza e prestigia essa diversidade humana, a gente acaba também atraindo como público essa diversidade humana. E a gente acaba desenvolvendo esse respeito e essa forma de saber agir com essa diversidade dentro do próprio museu também, com as pessoas que trabalham lá.”

A presença de pessoas com deficiência no museu, além de possibilitar a representatividade, também acaba por fomentar o interesse cultural por parte de outras pessoas com deficiência. A possibilidade de convivência acaba por favorecer o museu enquanto lugar de encontro.

“[...] Muitas pessoas gostam do museu por ser um lugar de socialização. Para que tenham uma ideia, eu tenho um amigo que tem baixa visão e ele é aluno da Universidade. Ele sabe que eu estou ali no museu e muitas vezes ele passa ali só para conversar, para dar um oi. Então... é uma coisa... porque nunca que uma pessoa cega ia chegar ali espontaneamente para conversar com alguém que não fosse outra pessoa cega. Claro que hoje ele já conversa com qualquer outra pessoa no museu, porque ele já ficou conhecido. Mas eu digo que essa ponte entre pessoas com deficiência é sempre feita por uma pessoa também com deficiência.”

Como vimos, tanto os recursos que possibilitam o acesso ao conteúdo do museu, quanto o preparo e disponibilidade para receber e mediar uma experiência positiva são parte importante do processo em prol da efetivação da participação de pessoas com deficiência.

Porém, para Leandro, assim como para Léo e Duda, a participação plena depende também do que está fora das suas paredes, como a divulgação e a sua localização na cidade.

“[...] acho que a participação plena é uma pessoa com deficiência poder saber chegar ao museu. Então eu acho que muitas vezes os museus não divulgam como chegar ao museu, né? Por exemplo, onde você pegar o transporte; próximo de onde descer; coloca só o endereço, mas não coloca pontos de referência, né? O museu fica na rua tal, na esquina com a tal, ao lado de um estabelecimento comercial, em frente de uma praça, em frente de algum lugar, essas informações a mais, essas referências para quem tem deficiência visual, são fundamentais. Porque a gente acaba muitas vezes se orientando não pelos endereços, mas principalmente por essas referências.”

Assim como fiz ao longo das seis entrevistas realizadas, solicitei que Leandro contasse sobre uma experiência marcante com um museu para encerrarmos. Ele compartilhou duas lembranças, uma como visitante e outra como mediador.

“[...] Olha, uma experiência marcante como visitante foi em São Paulo. Eu estava acompanhado de dois amigos com deficiência visual e um sem deficiência visual, e nós fomos no Museu Catavento. E eu fiquei muito, muito impressionado pela maneira como aquela equipe estava preparada para nos receber. Preparada, assim, no sentido de tratar a deficiência com naturalidade, de o museu ter muitos recursos de acessibilidade, apesar de serem recursos muito simples, mas era o suficiente para poder explicar o que o acervo apresentava. Por exemplo, o sistema solar que estava representado lá, eles tinham pequenas esferas que mostravam a proporção do Sol em relação à Terra, da Terra em relação à Lua, de Marte em relação a Júpiter, esferinhas, bolinhas que a gente podia pegar e ali comparar o tamanho delas para ter uma noção da proporção desses planetas comparados uns aos outros. Isso foi uma coisa muito simples, mas era uma coisa de total relevância para aquele momento de conversa, de aprendizado. E durante todo o museu, eu achei muito interessante porque cada mediador era responsável por um setor, não era um mediador que acompanhava durante toda a visita. O meu sonho aqui no museu é que a gente tenha equipe suficiente para cada um ficar numa sala e o visitante troca de sala, de exposição, e ali tem uma pessoa que vai falar sobre a exposição, sobre aquela sala sem precisar acompanhar em todo o trajeto. Porque é uma coisa muito legal ver tantas pessoas

capacitadas e tratando a deficiência como algo tão natural, e ainda explicando a visitação, todos aqueles conteúdos com aqueles recursos, com propriedade. Então essa foi a melhor experiência que eu tive como visitante.”

“[...] como mediador foi uma vez que eu recebi um grupo escolar e eu achei, assim, muito importante a representatividade; o meu papel de representatividade da pessoa com deficiência quando uma criança com baixa visão se reconheceu ali na minha presença. Daí ela falou, eu fiquei muito feliz, ficou todo o tempo do meu lado e me disse: olha tio, estou muito feliz porque tu é cego. Eu tenho baixa visão e eu gostei demais de saber que uma pessoa também com deficiência visual trabalha, pode trabalhar no museu, pode nos acompanhar, pode nos receber e eu fiquei muito feliz. Aquilo foi muito emocionante. Uma criança com sete anos e eu vi o quanto a representatividade é importante para que essa discriminação seja algo também diminuído. No momento que a gente se reconhece assim no outro e a gente vai empoderando essas crianças da capacidade que elas têm, da autoestima durante esse processo de desenvolvimento e de crescimento mesmo.”

“[...] os museus precisam mesmo colocar essa diversidade dentro do museu para que momentos como esse aconteçam e fortaleçam essa visibilidade da deficiência principalmente como pessoas produtivas. Acho que isso que é mais grave de ser visto hoje. as pessoas com deficiência como incapazes, como se a deficiência fosse algo que comprometesse o ser humano no todo, e não só numa parte.”

Em ambas lembranças compartilhadas, Leandro deu destaque à importância de uma boa relação entre visitante e mediador. O bom acolhimento, o ser bem recebido. Enquanto mediador com deficiência, Leandro acaba por contribuir para esse atravessamento de uma representação pejorativa e preconceituosa comumente refletida na e pela sociedade. A sua representatividade contribui amplamente afetando pessoas com e sem deficiência.

3.1.4 Rafael Braz

Rafael Braz tem 41 anos. Ele é psicólogo de formação, psicanalista e audiodescritor consultor, nascido em um município periférico da capital do Rio Grande do Sul, no Brasil. Ao concluir o ensino médio em um curso técnico de Eletrônica, ele precisou trabalhar para ajudar financeiramente em casa. Devido às condições socioeconômicas desfavoráveis e as barreiras de acesso encontradas na época, Rafael precisou adiar a continuidade dos seus estudos. Sendo assim, a formação em Psicologia aconteceu a partir de 2012, aos 32 anos de idade, quando Rafael teve condições financeiras para investir em um Curso Superior.

Aos treze anos de idade, Rafael foi diagnosticado com retinose pigmentar, uma doença genética e degenerativa que provoca a perda lenta e gradual da visão. Ele fez uso de óculos desde a infância devido à miopia, e ao longo do tempo foi se adaptando com seu resíduo visual para o deslocamento, para a utilização dos recursos de contraste e aumento de fonte na leitura pelo computador, bem como nas atividades de vida diária.

Aos vinte e oito anos, Rafael passou por uma cirurgia em ambos os olhos, em decorrência de uma catarata, afecção comum em pessoas que possuem baixa visão. Mas com o agravamento da perda visual devido à retinose pigmentar, Rafael precisou passar pelo processo de reabilitação em um programa de Orientação e Mobilidade para fazer uso da bengala. Ele conta da dificuldade para conseguir uma vaga no Programa oferecido por uma Fundação que atua com a deficiência, devido aos entraves suscitados por mudanças de governo. Rafael iniciou o processo de reabilitação em 2008 e após algumas interrupções, conseguiu concluí-lo apenas em 2013.

Observo que o período corresponde ao momento em que a “Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência” havia sido instituída na condição de uma política pública como eixo estruturante do SUS, estabelecendo convênios e habilitações pelo Ministério da Saúde com instituições já existentes no campo da deficiência. Foi neste mesmo período, por exemplo, que a AFAC, em Niterói, foi habilitada e pôde ampliar seus atendimentos, tornando-se referência para todo o Estado do Rio de Janeiro. Nesta última fase, Rafael recebeu uma bengala e participou de grupos com outros usuários da reabilitação, coordenados por equipe multidisciplinar.

Rafael tem um irmão, dois anos mais novo, que também tem baixa visão causada por retinose pigmentar. Por volta dos anos 2004 e 2005, com o advento das mídias digitais, Rafael ampliou o contato com outras pessoas com deficiência visual,

para além de seu irmão. A rede mais ampla de contatos facilitou a busca por emprego que até o início dos anos 2000 era mais dificultada.

Após ter passado por algumas cooperativas e empresas, em 2006, Rafael foi aprovado em um concurso público com vagas reservadas para pessoas com deficiência. Trabalhou de 2006 a 2018 como servidor público, quando pôde enfim optar pelas carreiras profissionais que escolheu. Sua saída da empresa pública aconteceu através do Programa de Demissão Incentivada, e com o dinheiro da rescisão e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ele conseguiu seguir o seu desejo de investir na área clínica da Psicologia e na formação de consultoria em audiodescrição.

Foi entre 2013 e 2015, através da divulgação em mídias e redes sociais da internet, que Rafael passou a frequentar eventos de cultura e arte acessíveis, como exposições e filmes com audiodescrição, na cidade de Porto Alegre. O contato com os produtores do recurso assistivo fez com que Rafael se interessasse pela formação de audiodescritor consultor. Rafael também ganhou o prêmio de destaque acadêmico da Universidade em que cursou Psicologia pelo aproveitamento na graduação, e pôde cursar uma especialização em Neurociência na mesma instituição. Logo após, continuou a sua formação em Psicanálise em outro curso de pós-graduação que concluiu no final do ano de 2021.

Na área da audiodescrição, Rafael fez vários cursos, entre eles um curso gratuito, realizado no Museu da UFRGS.

“[...] era um curso curto, mas foi bem interessante. Eu tive aula com o professor Jefferson da UFRN, com a professora Célia Souza aí de Portugal. Foi 2017, eu acho.”

“[...] a professora Célia falou sobre a comunicação acessível, os multiformatos, né, aquela comunicação simples, audiodescrição, contraste, língua de sinais. Eu me lembro que a gente falava de teatro e de exposições, e ela falou muito do trabalho no Centro Politécnico de Leiria. Enfim. E o professor Jefferson falou sobre a audiodescrição integrada no teatro, não lembro mais... Teve um terceiro, o próprio Eduardo Cardozo que é da UFRGS, também trouxe algum tema. Era um curso bem, bem diverso, ele não era específico sobre exposições museológicas, mas ele foi dentro do Museu da UFRGS.”

No que se refere especificamente aos museus, Rafael conta que não se recorda de tê-los frequentado antes de se tornar pessoa com deficiência visual. E acredita ser devido ao fato de morar na periferia, portanto distante da maior parte dos espaços culturais usualmente localizados nos centros urbanos.

“[...] Me lembro de um museu em Porto Alegre, que é o Museu Joaquim Felizardo, de ter exposições com audiodescrição. Porque tem uma das diretoras do museu que é cega, então é um museu que já é voltado bastante para as questões de acessibilidade de algumas exposições. E aí, o que acontece? Começou a aumentar um pouco mais essa oferta.”

“[...] em 2013, 14, 15, eu fui, especialmente no Museu de Porto Alegre algumas vezes. Porque começou a ter exposições acessíveis. Em 2015, o professor Eduardo Cardozo, da UFRGS, da Universidade Federal, estava fazendo o doutorado dele sobre lugares de Porto Alegre representados numa exposição, com maquete tátil e com audiodescrição. E é uma exposição que, enfim, volta e meia, alguns objetos dela são utilizados em outras exposições aqui no Museu Joaquim Felizardo; e tem a audiodescrição gravada, as descrições e os textos, né, dos lugares. Por exemplo, tem a igreja, uma das igrejas que agora é a Basílica, que é a igreja das dores aqui de Porto Alegre, que ela é histórica, assim, ela, enfim, tem quase 200 anos... e aí ela tem a maquete da frente da igreja e tem gravada audiodescrição e a história da igreja. Uma voz masculina conta a história, uma voz feminina descreve. E ele foi fazendo de vários lugares de Porto Alegre nesta exposição. Quando chegou no final de 2015, antes de ter a abertura mesmo da exposição, ele fez algumas visitas fechadas, convidando algumas pessoas com deficiência visual para fazer o percurso da visita e responder o questionário para ele concluir, enfim, para ele escrever a AD. E eu fui uma das pessoas que ele chamou, porque eu já estava próximo, assim, dentre o público com deficiência visual em Porto Alegre, que estava frequentando as atividades com AD, eu estava bastante presente.”

Rafael teve contato com a audiodescrição nesse contexto, enquanto visitante de ações acessíveis e participante da pesquisa de doutorado de Eduardo Cardozo, realizada no museu. Ele conta que foi convidado pela audiodescritora envolvida no

projeto para trabalhar como audiodescritor consultor, carreira que acabou por seguir. Hoje, Rafael atua como audiodescritor consultor em variadas expressões artísticas como teatro, dança e cinema.

Em relação aos trabalhos com museus, Rafael atua pontualmente como audiodescritor consultor de exposições temporárias ou permanentes. Em alguns desses trabalhos ele consegue estar no espaço físico. Nesses casos ele tem contato direto com os objetos e os tateia enquanto lhe fazem a descrição. Em seguida a pessoa audiodescritora redige o texto, lhe envia e ele vai adequando e segue construindo junto o texto final.

Rafael compartilhou um trabalho realizado para a Fundação Iberê Camargo, localizada na cidade de Porto Alegre, cuja missão é preservar, investigar e divulgar a obra do artista brasileiro. A atual sede da Fundação foi concebida pelo arquiteto português Álvaro Siza e inaugurada em 2008, com objetivo de ser um museu com espaços expositivos. Rafael conta que neste trabalho pôde ter uma participação mais efetiva na construção do conteúdo do audioguia. Os audioguias geralmente não incluem a descrição das informações visuais do espaço físico e das obras expostas, ou seja, a tradução das imagens visuais em imagens verbais. Na construção deste audioguia, Rafael participou desde a escolha e concepção dos conteúdos disponibilizados, como trechos de um documentário sobre o empreendimento com falas do artista e do arquiteto, como na audiodescrição.

“[...] a gente foi lá para o Museu e fez todo o percurso. A gente foi caminhando e gravando em áudio a nossa conversa e as minhas perguntas para ela sobre cada espaço. Eu tinha ido umas duas vezes na vida no museu, mas não fazendo esse percurso tão atento dessa maneira. A gente foi fazer o estudo, mesmo. Então a gente fez tudo. Foto, vídeo, gravação e tal. E a gente parou para trabalhar. Ela escrevia textos e me mandava. Propunha algumas alterações e a gente foi fechando esse texto juntos. Depois que a gente terminou toda essa primeira versão, a gente foi para lá de novo. Ela foi com o celular e ela foi lendo o que a gente produziu enquanto a gente caminhava para ir batendo o que dava certo e o que não dava. E foi bem legal essa outra etapa. Nessa etapa eu disse que a gente pensou nisso, mas aqui tem esse outro detalhe. Aqui vai dar margem a esse engano. A gente foi ajustando.”

“[...] Daí a gente foi para o estúdio e tem uma locutora que gravou para a gente. A gente editou e entregou esse material para eles colocarem nos aparelhos, nos MP3 players lá. Para os visitantes, esse áudio-guia vai fazendo todo o trajeto que começa lá no quarto andar e vai até o térreo, em círculo pelas rampas internas e externas do prédio. E passando pelas salas de exposição.”

“[...] Foi um trabalho em que eu estive envolvido em todas as etapas. A gente conseguiu até uma maquete que estava guardada. Uma maquete do prédio que estava lá no depósito. Então ali eu também pude tirar algumas dúvidas minhas nessa questão de poder tatear e pegar. Ter uma apreensão mais do todo. Porque, a gente vai indo parte por parte. Não tem uma apreensão do todo como a visão tem. E nesse caso nem com a visão eu pego o todo, dependendo do ângulo. Tinha coisas que ela tinha que ir de um lado e do outro. E aí a gente conseguiu inclusive isso, de negociar com eles, de colocar uma menção no audioguia que existe uma maquete, que caso queiram eles podem pegar e oferecer para o visitante essa maquete. Que eles nem estavam usando dessa forma. Então foi bem completo.”

É importante pontuar que o audioguia é um recurso para visitantes se guiarem no espaço, independentemente de terem deficiência ou não. Porém, no caso citado, a concepção do recurso incluiu a descrição das imagens do percurso e dessa forma contemplou o acesso das informações visuais para pessoas cegas e com baixa visão. Além disso, a construção conjunta com Rafael agregou valor ao produto final, através da sua forma específica de perceber, de modo que beneficia visitantes com deficiência e sem deficiência ampliando a experiência no museu.

Apesar da boa experiência de Rafael na concepção deste trabalho, ele traz como uma dificuldade a lentidão na disponibilidade para o público do produto que concebeu. O projeto previa uma oficina de qualificação para os funcionários do museu no que se refere ao acolhimento de pessoas com deficiência visual que até o momento da entrevista não havia sido realizada, além da compra de equipamentos que ainda não tinham sido adquiridos. Rafael percebe que dentre as diversas demandas dos museus, a acessibilidade acaba por não ter prioridade.

Outra dificuldade apontada por Rafael foi a escassez ou número reduzido de conteúdos e ações com acessibilidade. Um exemplo trazido por ele se refere a uma

ação dentro do evento intitulado 'Noite dos Museus', em que apenas uma pequeníssima parte havia sido audiodescrita.

“[...] isso é muito complicado. Porque a gente fica assim, bom, a gente está fazendo algo e a gente quer divulgar. Mas ao mesmo tempo, como é que a gente vai divulgar e dizer assim: olha, tem a noite dos museus, mas só tem esses cinco minutos, o resto não é acessível. Isso é uma dificuldade muito grande.”

“[...] como o Museu da Medicina, que eu te falei, tinha meia dúzia de peças para a gente descrever e tal. E a gente ficou assim, a gente vai montar um post, vai colocar na rede social e vai chamar as pessoas para fazer visita e elas vão ter acesso a cinco, dez por cento de uma exposição.”

“[...] Esse ano também, a noite dos museus, teve uma exposição com a audiodescrição, que eram cem ruas, então eram cem placas, aquelas placas antigas de rua, que muitas vezes eram fixadas nas paredes das casas e tal. A gente descrevia uma videoinstalação que mostrava essa diversidade de fachadas de casas, lugares antigos, grades, muros, postes e a placa da rua. E a gente ia descrevendo como era esse contexto, onde aquela placa estava inserida. Então, o vídeo ficava passando em looping no museu com a audiodescrição aberta, só que todo o resto do museu estava repleto de exposições que não tinham nenhuma acessibilidade. As lendas urbanas da cidade, tudo escrito em tinta. E aí só a das placas de rua, que era uma TV, lá com as imagens das placas, com essa videoinstalação, que tinha áudio da audiodescrição mixado. E aí a gente pensa assim: nossa, vamos fazer uma super divulgação. E as pessoas vão lá, tem esse vídeo, e o resto do museu não tem acessibilidade nenhuma. Então, isso é uma questão muito complicada.”

Podemos perceber através do relato de Rafael, que o fato da acessibilidade ser pensada como um adendo das exposições ou apenas como ações pontuais, prejudica a formação de público visitante com deficiência. Até mesmo quando esta tem a participação de pessoas com deficiência como consultoras. Para Rafael seria importante que pelo menos metade de uma grande exposição, ou mais de uma exposição, no caso de Museus grandes, estivessem acessíveis. Isso poderia facilitar e

fomentar o interesse de pessoas com deficiência irem até o museu, além de motivar os próprios consultores na divulgação.

Quanto à percepção de Rafael sobre o que seria para si uma participação plena garantida, ele destaca, assim como os demais entrevistados, a autonomia da pessoa com deficiência. Para ele, a questão da autonomia enquanto possibilidade de escolha, precisa ser considerada, inclusive na concepção e implementação dos recursos de acessibilidade. Rafa dá um exemplo muito parecido com o trazido por Leandro Pereira e Duda Emerick:

“[...] outro aspecto que acontece muito em museus, que eu vejo, é, por exemplo, ter audiodescrição em faixas muito longas. E que não dá autonomia para a pessoa, se ela quiser, sair daquela obra e ir para outra. Ou dentro da mesma, se ela quiser avançar para saber outro tipo de informação. Às vezes ela quer mais o texto ou mais a descrição, e às vezes fica muito cansativo, porque são áudios muito longos, muito extensos, e a pessoa fica ali, muito tempo, até a pessoa desistir.”

Ainda em relação à autonomia, Rafael, assim como Leonardo Oliveira, também observa a dificuldade dos museus na aproximação com o público. Ele os percebe de modo geral como lugares elitistas, que comumente não dialogam com grupos sócio-acêntricos, e para tanto afirma que as ações deveriam ser mais completas, no sentido de proporcionar uma experiência mais ampla e participativa.

“[...] o formato precisa dar mais autonomia para as pessoas verem só aquilo que é suficiente para elas. Porque isso tem a ver muito com a questão da educação, é muito distanciado. A gente tem um público que já não teve, na maioria que eu observo aqui, o acesso muito à educação. Daqui a pouco vai ser uma exposição que vai trazer algo que vai ser algo mais rebuscado, mais distante daquela realidade social. E aí não vai atrair aquelas pessoas. Vai parecer que é algo de uma arte muito distante, e às vezes é.”

É importante perceber pela fala do psicanalista e audiodescritor-consultor, como a questão da participação no museu esbarra não apenas na falta de recursos assistivos, mas no discurso que transmite ou faz ressoar. Sendo assim, o tipo de ação

ofertada e a política de acessibilidade instituída acabam por afetar o lugar que o museu pode ocupar e ao mesmo tempo oferecer aos seus visitantes em geral.

Na sequência, Rafael se refere ao Museu Joaquim Felizardo, onde iniciou seus contatos com a audiodescrição. Neste caso, apesar de ser um museu tradicional, o espaço acolhe outras atividades culturais como shows musicais, exibição de filmes, e acaba por servir de ponto de encontro e espaço de convivência.

“[...] se a gente puder fazer a exposição com acessibilidade nesses momentos, a gente pode divulgar algo casado. As pessoas vão para ter algo mais popular que o museu, pelo menos aqui, porque o museu, pelo menos aqui, não é nada popular. E poder trazer o público para o museu através de ações que sejam em conjunto.”

“[...] eu acho que tem muito uma questão de linguagem. Acessibilidade e linguagem, eu acho, sabe? Na minha experiência para trazer pessoas com deficiência visual para o museu, as pessoas em geral, né? Acho que a população como um todo. Eu não sei se a palavra certa é linguagem, mas eu pensei como linguagem, justamente essa questão das realidades.”

“[...] não só a linguagem artística, a linguagem da exposição, mas pensando na audiodescrição, como que a gente faz isso? A gente vai usar uma linguagem que a gente vai afastar as pessoas, as pessoas vão pensar: o que estão falando? Ou a gente vai conseguir traduzir de uma maneira mais atrativa? E na própria divulgação. Por isso eu penso que talvez possa ser interessante ter uma ação conjunta com outro tipo de arte junto, ou música, ou audiovisual. Sei lá, uma palestra, uma roda de conversa, sabe? Algo que dialogue com aquelas pessoas.”

Rafael aponta o distanciamento do museu com o público como uma barreira adicional. Mais uma que as pessoas com deficiência têm que enfrentar. E as que não tem deficiência também. Em contrapartida, Rafa sinaliza o espaço do Museu Joaquim Felizardo como um ponto de encontro, onde foi possível multiplicar e despertar nos colegas com deficiência visual o interesse por ações culturais e exposições. Mas ele pontua que ainda falta qualidade na divulgação das acessibilidades por parte do próprio museu.

“[...] eu me lembro que em algumas exposições, eu ia quatro vezes por mês, né? Vinha um amigo de fora e eu dizia:, vamos lá que eu quero mostrar. Então, esse movimento também de multiplicação, assim, das pessoas com deficiência visual, acho que é bem importante. Só que isso acaba acontecendo ou por pessoas com deficiência visual que já frequentam museus ou por pessoas com deficiência visual que trabalham com audiodescrição, que é o meu caso também.”

“[...] O próprio museu tem informativo e eu tô cadastrado, eles colocam nas redes. Só que a divulgação não tem uma ênfase que aquela exposição tá com audiodescrição. Isso me chama a atenção. Volto e meia eu digo, vocês não estão divulgando que tem audiodescrição. Fica muito no informativo lá no e-mail, mas nas redes sociais não tem muito. Eles postam todas as imagens com audiodescrição, só que eles não enfatizam, como eu penso, que tinham que enfatizar que têm audiodescrição em tal exposição. Não chega muito no público.”

Nesse momento da entrevista, Rafael traz um dado importante. O Museu Joaquim Felizardo a que se refere, tem em seu quadro de funcionários a Márcia Bamberg, uma socióloga e mulher cega, que também acabei por entrevistar. E ele ressalta que a presença desta no museu foi fundamental para as ações mais inclusivas e acessíveis naquele espaço. Foi neste mesmo museu que Rafael participou dos cursos e da pesquisa de doutoramento de Eduardo Cardozo.

“[...] Ela é cega e ela é funcionária do museu há muitos anos. A Márcia trabalha muitos anos aqui no Joaquim Felizardo. E aí o que acontece? Ela acaba, muito em função do trabalho dela no museu, que atrai essa questão de ser um museu que sempre tem algo com acessibilidade. Então todas as postagens, se tu seguir nas redes sociais ali, é bem legal, todas as publicações têm as imagens audiodescritas.”

“[...] eu comecei a frequentar ele em 2013 para algumas exposições, na época que eu conheci a Márcia. Eu fiz estágio de Psicologia numa instituição para pessoas com deficiência visual, e quando eu estava no estágio, tive uma atividade de grupo, em que esse grupo no qual eu era estagiário, fez uma visita no museu.

Tinha uma palestra, foi uma tarde toda. Lá em 2014, eu acho. Daí eu fui com o grupo, porque eu era estagiário, fui no museu de novo, então eu comecei a me aproximar muito, depois da pesquisa do Eduardo e tudo mais. Bom, hoje em dia eu moro há duas quadras do museu.”

Observo que este percurso interinstitucional citado por Rafael, acabou tecendo uma rede, e de certa forma um reconhecimento neste novo espaço do museu a partir de novas oportunidades, como no caso da profissão de audiodescritor. O museu passa a compor um território subjetivo e afetivo para Rafael, sobre o qual ele afirma: “é um lugar meio casa para mim”.

Para finalizar, peço a Rafael que compartilhe alguma experiência marcante com museus como fiz com os outros entrevistados:

“[...] Tem várias, é engraçado né, embora eu tenha poucas experiências assim, por ter pouca acessibilidade, tem várias exposições marcantes. Eu posso comentar mais de uma brevemente?”

Rafa conta de uma visita à exposição sobre a vida de Nise da Silveira, médica psiquiatra com uma história muito relevante no campo da Saúde Mental do Brasil. A visita aconteceu quando o psicólogo esteve sozinho na cidade de São Paulo. A ida à cidade aconteceu em 2018 para o lançamento coletivo do livro “Histórias de Baixa Visão” do qual participou.

“[...] eu tava me experimentando muito nessa coisa da acessibilidade, de estar sozinho. E aí eu lembro que vi a divulgação que tinha no Itaú Cultural da Paulista, a famosa Paulista que até então pra mim era só de nome que eu conhecia né. Eu tinha ido pra São Paulo, passado por São Paulo uma vez, mas nunca tinha ficado em São Paulo. E dessa vez eu tava lá sozinho e tal. E aí eu vi uma divulgação que tinha uma exposição da Nise da Silveira, sobre Nise da Silveira que a gente tinha dado na faculdade e tal, e que tinha acessibilidade. E aí foi muito marcante porque eu estava no hotel, então o que que eu fiz? Eu tomei o meu café da manhã do hotel lá sozinho e com o auxílio das pessoas do hotel. Porque é diferente você ser auxiliado por alguém que tá contigo e alguém que você já conhece por pessoas

que você nunca viu, é uma experiência bem diferente. A sensação de autonomia é muito maior né. Eu me lembro que saí, eu chamei um Uber e aí fui de Uber até a Paulista. Era um domingo de manhã e a Paulista fica fechada para área de lazer e tal; e aí o cara do Uber foi até o máximo que dava, ali na esquina; desceu, foi comigo até a escada do Itaú Cultural que é na entrada pela Paulista; e aí eu fui até ali e os funcionários já me receberam.”

“[...] nem tudo tinha audiodescrição pra variar. Tinha a audiodescrição de algumas obras, não todas, algumas fotografias, não todas. Tinha algumas maquetes táteis... mas foi uma experiência muito interessante porque foi essa coisa; não fui chamado numa divulgação de audiodescrição em Porto Alegre, onde digo pro público assim: olha, tem uma exposição com audiodescrição... e venho. Não, eu estava no lugar; e eu estava ali numa experiência de autonomia, em que eu vi uma divulgação e eu quis; e de ir a um lugar que tinha acessibilidade; e eu fui sozinho. Fui numa exposição sozinho e ela era acessível e eu pude curtir a exposição e tinha o conteúdo ligado a coisas que eu tinha estudado na faculdade e eu estava ali pelo conteúdo e não porque tinha audiodescrição. Foi bem bacana.”

Além da garantia do direito cultural, a fala de Rafael explicita a importância da autonomia na escolha do que irá fruir, bem como quando e onde. Ou seja, a possibilidade de escolher uma exposição a partir dos seus próprios interesses e afinidades. Mais uma vez a autonomia aparece distinta da noção de independência, posto que em todo o processo e percurso até a realização da visita em si, Rafa também destaca as trocas e ajudas recebidas de forma alegre e positiva:

“[...] à tarde, eu encontrei o meu amigo Manoel Negraes, que estava por lá porque ele também escreveu o livro. Aí um amigo dele, que é vidente, foi com a gente na Pinacoteca de São Paulo. No Térreo, tinha uma exposição do Di Cavalcanti que não tinha nada de acessibilidade e esse amigo dele foi nos descrevendo muitos quadros e foi muito legal. Daí, depois, a gente foi no andar superior e tinha uma exposição de obras em bronze e tinha o audioguia com a audiodescrição de tudo. Podia tocar em todas as obras, tinha piso podotátil levando a todas as obras; então eu e o Manoel, a gente foi fazendo o percurso e foi muito legal, a gente

fez com autonomia também. Então foi uma experiência marcante esse dia lá em São Paulo.”

Rafael terminou a entrevista com outra lembrança. Desta vez uma visita realizada em 2019 na companhia de Leandro Pereira, na cidade de Pelotas:

“[...] a gente foi num Museu de Ciências Naturais. Tem vários insetos, aquela coisa toda. E aí, não tinha nenhum recurso de acessibilidade. Só que o Leandro, como é um cara que estuda Museologia e tal; e é um cara muito envolvido com essa questão do território ali e tal; ele disse: vamos lá no museu. E o pessoal do museu nos recebeu e foi nos descrevendo tudo.”

“[...] Os monitores que nos atenderam, iam em todos os painéis e nos descreviam. E a gente ia fazendo perguntas e compondo junto com a ideia. E a gente dizia: ah tá, mas como assim? Como é isso? Ah tá, e tal. E foi uma experiência incrível, umas horas ali da tarde até à noite, no Museu Carlos Ritter.”

“[...] A gente não estava acompanhado de outros amigos sem deficiência visual. E foi muito legal. O Leandro até tá fazendo agora algumas vivências nele, algumas mediações. Ele está recebendo grupos de pessoas lá no museu e tal. E é aquela coisa. Todas as pessoas chegam e perguntam se ele precisa de ajuda. E ele diz: não, eu tô trabalhando aqui.”

“[...] Ele está tendo uma experiência incrível. Eu tô louco pra ir pra Pelotas agora. Faz tempo que eu não vou. Qualquer hora eu pego um ônibus lá pra Pelotas... Foi uma experiência incrível também.”

“[...] um dos aspectos mais marcantes é a relação que eu tive comigo nessas experiências. Que é a coisa da autonomia; era essa coisa de ser eu e eu, assim. Era um momento meu naquele lugar, naqueles lugares. São tantas coisas, mas eu tô falando talvez o que primeiro me veio de mais significativo. Eu acho que isso é uma das coisas mais profundas que eu consigo trazer dessas duas experiências.”

“[...] acho que foram duas experiências onde eu saí delas me conhecendo um pouco mais do que eu me conhecia. Ou, no mínimo, me assustando menos com aquilo que eu desconheço em mim, assim. Acho que é isso.”

As experiências mais marcantes trazidas por Rafael, demonstram a relevância de uma apropriação do que se está vivendo, circunscrevendo um lugar autônomo no mundo junto a outros. Bem como os efeitos subjetivos positivos no que diz respeito à participação e à emancipação social.

3.1.5 Márcia Bamberg

Márcia Bamberg é funcionária pública da prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Brasil, desde 1996. Socióloga e Cientista Social, ela compõe o quadro de servidores públicos na Secretaria Municipal de Cultura e trabalha alocada desde 2010 no setor de coordenação da Memória Cultural no Museu Joaquim Felizardo, localizado na mesma cidade. Antes de iniciar o trabalho no Museu, Márcia trabalhou por treze anos na coordenação do Livro e Literatura.

Em 2010 Márcia cursou uma especialização em História e Patrimônio Cultural e realizou sua pesquisa na área da acessibilidade no Museu Joaquim Felizardo, onde atua hoje no cargo de Técnico em Cultura. Durante o processo de sua pesquisa, Márcia fez visitas técnicas na Pinacoteca de São Paulo nas exposições acessíveis realizadas por Amanda Tojal, e também no Museu do Futebol na parte expositiva acessível concebida por Viviane Sarraf. A partir de então, Márcia associou a sua pesquisa da especialização a ações no museu da cidade em que trabalha atualmente.

Márcia contou um pouco sobre as exposições permanentes do museu, com as quais contribuiu com a concepção de recursos assistivos. Numa delas, há bonecos com vestimentas de época, que os mediadores utilizam para contar a história do Solar. O museu costuma fazer contato com associações que atuam junto a pessoas com deficiência para oferecer visitas. Também já teve em seu quadro de mediadores uma estagiária com curso básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Nas visitas em parceria com tais instituições, Márcia salienta que geralmente é preciso alinhar o convite com a questão do transporte, que algumas vezes consegue com o auxílio da prefeitura.

O Museu Joaquim Felizardo é um solar do século XIX e já contemplava algumas acessibilidades físicas como elevador, rampas, portas largas e oferecia algumas ações inclusivas pontuais desde 2002. Em 2010, com seu trabalho de

pesquisa, Márcia começou a pensar a acessibilidade nas exposições desde a sua concepção. O que se tornou possível através de algumas parcerias que conseguiu estabelecer com a empresa 'Mil Palavras' para realização de audiodescrição, e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através do professor Eduardo Cardozo, da área do Design e Arquitetura, e da professora Jennifer, do curso de Museologia. Nesse mesmo período foi organizado e realizado no museu um seminário sobre Acessibilidade em Ambientes Culturais que fortaleceu tais parcerias.

“[...] a partir de 2012, sempre trabalhando com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nós conseguimos desenvolver alguns projetos no sentido de trabalhar não apenas com a audiodescrição, mas a possibilidade da questão tátil, junto com a Faculdade de Máquina de Engenharia, a questão da impressora 3D; nós conseguimos desenvolver alguns objetos que fazem parte dessa exposição, o solar que virou museu.”

Esta parceria possibilitou a concepção de algumas réplicas para fruição tátil, além dos objetos do próprio acervo que estão disponíveis para o toque, como a chave do Solar datada do século XIX, uma escarradeira e uma máquina fotográfica, por exemplo. Márcia também citou a investigação de Eduardo Cardozo realizada no museu em 2015:

“[...] em 2015, o professor Eduardo Cardoso desenvolveu a tese de doutorado dele, um designer que versava sobre a fruição de pessoas com deficiência visual no museu, a partir de uma percepção multissensorial, através da audiodescrição e do tato em maquetes táteis. Nessa exposição, nas informações urbanas de Porto Alegre, havia uma maquete, para pessoas com deficiência visual. Ela era totalmente inacessível, porque tinham dez pontos, com imagens e com pontos luminosos, que indicam no mapa a localização desses prédios, desses locais. Também falava sobre os aterros de Porto Alegre, os aterros que foram feitos ali no início do século 20. A proposta do trabalho dele foi acessibilizar essa maquete.”

“[...] era uma maquete dentro de um vidro, com um painel na parede, com fotografias do acervo; e a maquete mostra a localização desses prédios. Então ele tornou acessível, ele fez

todo o projeto. Ele desenvolveu a maquete tátil desse museu, com audiodescrição, fez a ampliação dessas imagens para pessoas com baixa visão, com contraste. Também foi um trabalho onde toda a equipe do museu trabalhou junto. Nós fizemos várias reuniões.”

“[...] foi um trabalho onde várias pessoas com deficiência visual fizeram parte da construção e da pesquisa. Junto com o professor Eduardo, nós participamos de vários seminários, apresentando, levando o trabalho não só aqui no Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Pelotas, mas também em São Paulo, com seminários sobre acessibilidade em ambientes culturais.”

Márcia conta que conheceu Eduardo Cardozo em 2010 no primeiro Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural. A partir de 2015 a UFRGS iniciou uma parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ampliando este projeto. A socióloga contou também sobre o convite que recebeu para participar do projeto “Museu para Todos” em 2012, onde conheceu Josélia Neves, audiodescritora portuguesa, Francisca Miquelon e Desirée Nobre, estagiária do projeto à época. O projeto foi realizado em um museu da cidade de Pelotas, em parceria com a Universidade Federal da mesma cidade, a UFPel.

Em relação ao seu contato pessoal com os museus, Márcia diz que na infância não os frequentava. Já na adolescência, principalmente no tempo em que já estava na Universidade, passou a visitá-los pelo interesse que tinha na área cultural. No entanto, geralmente o acesso era uma grande dificuldade.

Enquanto profissional no museu, Márcia destaca que a maior dificuldade do seu trabalho é a falta de recursos financeiros para dar continuidade às ações de promoção à acessibilidade:

“[...] por exemplo, em 2012, nós conseguimos fazer esta exposição, já com a audiodescrição. Eu tinha uma estagiária que trabalhava direto comigo, do setor, né? Todos os estagiários recebiam, né? Nós fazíamos também este trabalho de sensibilização, de acessibilidade atitudinal, de como receber o público com deficiência, como conduzir, né? E hoje, por exemplo, a própria equipe do museu, nós, é que estamos realizando esse trabalho de audiodescrição. Você pode entrar nas redes sociais

do museu, Instagram, Facebook, YouTube, Museu de Porto Alegre, Museu de Poa. Todas as nossas postagens têm audiodescrição.”

“[...] Nós temos um informativo do museu, este informativo com as imagens sempre com audiodescrição. E a partir de 2020, com a pandemia, nós trabalhamos nas redes sociais com um acervo fotográfico e com imagens também do próprio acervo arqueológico, com audiodescrição.”

“[...] eu trabalho como consultora e a museóloga do museu, ela também fez curso de audiodescrição, então a gente faz esse trabalho.”

Márcia relata a dificuldade em realizar o restauro da maquete tátil do museu que foi criada em 2002, o que aponta para a dificuldade de manutenção e atualização dos recursos assistivos:

“[...] a maquete tátil do museu, é de 2002. Em 2012 foi realizado o restauro desta maquete. Agora nós estamos buscando recursos para fazer um novo restauro. A gente já está com orçamento e tudo. Então, assim... há dez anos a maquete é aberta. Ela fica na primeira sala, na entrada do museu, nessa exposição que conta a história do solar que virou museu. E ela chama a atenção de todo público visitante do museu, não apenas pessoas com deficiência. Então assim, podem tocar; ela tem a legenda com letras ampliadas e braille, mas hoje já está desatualizada. As salas expositivas são as mesmas, mas as salas administrativas, auditório, já não são. Então, está desatualizada, ela precisa do restauro, de limpeza, pintura, mas também principalmente essa questão de legendas.”

Outra dificuldade apontada por Márcia relaciona-se com a formação de público. Assim como Rafael Braz e Leandro Pereira, ela também percebe que dentre as atividades culturais, as visitas em museus não motivam tanto quanto o cinema e o teatro, por exemplo. Assim como os outros entrevistados, Márcia supõe que tal dificuldade esteja relacionada com a imagem distante que o museu acaba por representar no imaginário das comunidades. Porém, ela aponta que há um público

cativo de pessoas com deficiência, formado a partir da oferta de ações acessíveis no entorno do museu. Um público que foi cativado, como efeito de um trabalho de sensibilização realizado por ela junto a outros espaços.

“[...] O museu é apenas uma visita... Eu estou falando que em relação ao público, eu acredito que exista um pouco essa dificuldade de chamar. Por exemplo, tem uma ONG aqui chamada Rumo Norte, que eles trabalham com pessoas com deficiência intelectual, com deficiência visual, com surdos. Nós temos uma parceria com essa ONG.”

“[...] Às vezes, por exemplo, tem pessoas que vêm de fora, pessoas com deficiência visual, que vêm visitar. Procuram o museu para conhecer a exposição com acessibilidade. Nós recebemos várias visitas, pessoas que vêm de todo o Brasil e que sabem que nesse museu esse trabalho que nós desenvolvemos, foi referência para outros museus que hoje trabalham com audiodescrição, com maquete tátil, e esse atendimento às pessoas com deficiência.”

“[...] Eu fui convidada muitas vezes para fazer esse trabalho de sensibilização, fazer palestra e apresentar o que o museu oferece em eventos, seminários aqui do Estado, no interior.”

Considerando que Márcia foi citada por outros entrevistados nesta investigação, podemos inferir que a mesma presentifica a importância da representatividade na esfera social e cultural, impulsionando a busca por melhores condições de vida pelas próprias pessoas com deficiência (Gavério, 2021).

A partir de seu cargo, em que tem uma posição de decisão no museu, Márcia iniciou e manteve através de ações contínuas a perspectiva da acessibilidade cultural. E para além disso, suas colocações também permitem pensarmos sobre a importância e o potencial das estratégias de aproximação com Universidades, Associações, Escolas e outros espaços da rede de serviços, para a ampliação do alcance de seus objetivos na propagação de uma cultura do acesso. Para tanto, a oferta de boas experiências é fundamental.

No que se refere à noção de participação plena nos museus, por exemplo, Márcia considera relevante o que chamou de “ambiência do museu”. Algo diverso do

que afirma ser possível alcançar em um evento online, por exemplo.

“[...] A gente tem todo esse trabalho da própria ambiência do museu. Por exemplo, ao longo desse período de pandemia (...) eu participei de praticamente tudo que tinha na área de acessibilidade, audiodescrição, oficina, seminário. Você está ali, você ouve a pessoa, mas não tem aquela ambiência, aquela percepção de você estar no espaço. Como eu vou te dizer, eu especificamente, quando eu vou num lugar, eu posso te falar de algum detalhe do Museu do Futebol que você visitou e que talvez para você não chamou atenção e para mim chamou atenção, porque é uma coisa de você estar lá no espaço e ter toda essa propriocepção de estar no espaço, de perceber. Por exemplo, no museu onde eu trabalho, o Museu de Porto Alegre, ele tem um pé direito com mais de três metros, as salas. Então, assim, tu entra, tu tem toda uma acústica, toda uma percepção do espaço, as paredes são em estuque. Ele tem toda uma climatização diferenciada em função disso. Por exemplo, agora é inverno, mas tem dias que na rua, faz 28 graus, no centro do museu deve estar menos de 20. Você mantém, assim, a questão multissensorial.”

“[...] Por exemplo, o Museu do Ipiranga, o Museu Paulista, que abriu no dia 7 de setembro. Eu já participei de palestras falando sobre o museu, de oficinas e já ouvi toda a questão do restauro. Mas, enfim, eu estou me organizando porque eu tenho que ir lá para sentir, para perceber, para estar no espaço, para ter essa vivência. Eu sempre digo assim, uma vivência experienciada ou uma experiência vivenciada. Você vive aquilo, você tem essa experiência dentro daquele espaço.”

Márcia destaca a experiência de corpo presente, onde os sentidos proprioceptivos e acústicos ajudam a compor sua percepção “do” e “no” espaço. Este relato nos remete à diferença existente entre a informação e a experiência, tão destacada por Camila Alves (2020), e que possibilita uma participação ativa do visitante no espaço expositivo. Em seguida Márcia relata a importância do toque e da autonomia numa visita a partir dos recursos assistivos como audiodescrição e objetos possíveis de serem tocados, e diz que talvez seja isso o que as pessoas consideram uma participação plena. No entanto, acrescenta que para ela, pessoalmente, é importante que haja ainda a presença de um mediador com quem possa trocar e tirar algumas

dúvidas.

Márcia compartilhou a agenda de exposições temporárias do museu em que trabalha. Tais exposições haviam sido inauguradas em 18 de maio de 2022, Dia Internacional dos Museus, com audiodescrição produzida pela própria equipe, tendo ela mesma como consultora. As exposições estavam abertas para visitas espontâneas. Especificamente para o público com deficiência, Márcia se referiu aos contatos com a ONG Rumo Norte, parceira na formação de público, e às divulgações pelas redes sociais, WhatsApp, Facebook e Instagram. Entretanto, destacou a necessidade de um trabalho mais direcionado na oferta das visitas, ou seja, um papel mais ativo por parte da própria equipe do museu.

“[...] eu acho que o que mais funciona é você chamar, fazer um trabalho mais direcionado, não apenas postar nas redes sociais, fazer esse movimento de chamar as pessoas, direcionar a visita.”

Sobre a sua presença enquanto mulher cega e profissional de museu, Márcia disse o seguinte:

“[...] É um trabalho de sensibilização, não apenas de buscar os recursos acessíveis, mas também esse trabalho de sensibilizar toda a equipe (...) de como receber, como atender e como também valorizar o trabalho da pessoa com deficiência. Ainda em relação à acessibilidade atitudinal, às vezes tem toda a questão do capacitismo, então eu acho bem importante a minha presença não apenas no museu, mas na própria história da cultura. Hoje, por exemplo, em alguns eventos, as pessoas buscam informações para perguntar como fazer, como iniciar esse trabalho.”

Márcia compartilhou na entrevista, a dificuldade sentida nos últimos quatro anos em relação ao afrouxamento dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência no Brasil. Enquanto mulher com deficiência, a socióloga acredita que a importância da sua presença no museu gira em torno de lutar pela garantia dos direitos e cumprimento das legislações já existentes, além de sensibilizar as pessoas quanto à experiência da deficiência no que tange à acessibilidade atitudinal.

Para finalizar, Márcia compartilhou como uma experiência marcante junto a

Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

museus, a visita que fez na Pinacoteca do Estado de São Paulo. Ela não lembrou-se do nome da obra, mas fez referência ao fato de ter sido uma visita com audiodescrição que mediava o toque à escultura de bronze de uma mulher indígena.

“Na Pinacoteca do Estado de São Paulo, o toque em uma escultura com audiodescrição. Eu acho que isso foi o que mais me marcou. A audiodescrição e o toque na escultura.”

“[...] é a que conta a história daquela Índia... agora eu não vou lembrar, assim, rapidamente... (mas você lembrou dela por alguma razão, especial?) Sim, sim, sim... No sentido, assim, sempre, assim, o toque. Para tu perceber, né.. que é uma escultura em bronze. Mas assim, a sensibilidade, né, as diferentes texturas, e junto com audiodescrição, nossa.. a experiência foi única. Como eles falam ali, né, uma vivência experienciada. São momentos únicos.”

A Pinacoteca do Estado de São Paulo possui a Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras com uma seleção de doze obras pertencentes ao acervo. O espaço pode ser acessado com autonomia por pessoas com deficiência visual, através de piso podotátil, catálogo com dupla leitura (impressão em tinta e braille) e audioguia com audiodescrição mediadora. Ou seja, uma audiodescrição que direciona o toque e a imaginação do visitante, através de informações sobre a obra, o artista e a sua contextualização, incluindo efeitos sonoros e música. Considero importante observar que a memória trazida por Márcia, remete à uma vivência experienciada ou experiência vivenciada, como ela mesma mencionou em outro momento da entrevista. Uma experiência instigadora e marcante do momento em que iniciou sua investigação com a temática da acessibilidade em museus. E como aponta Camila Alves:

“A experiência sensorial estética reinventa mundos, torna-os mais densos, mais cheios de marcas e experiências. Uma experiência sensorial estética é coletiva, acontece no encontro com muitos, com muitas histórias. Cada coletivo torna mais densa uma exposição. A mediação é prática que envolve coletivos: de pessoas, obras, histórias. Levar adiante essas marcas é parte do meu trabalho e da mediação. (Alves, 2020, p. 69)”

Trabalho que hoje Márcia faz multiplicar, instigando outros profissionais e

visitantes com deficiência, através da sua presença, representatividade e tomadas de decisão em prol de uma ética e política de acessibilidade no museu em que há mais de 10 anos está alocada.

3.2 É PRECISO TRANSVER O MUSEU²¹

De minuto a minuto tudo aquilo se transformava, mudava a cor, modificava a linha. Era sempre um espetáculo novo, imprevisto. As neblinas, desdobrando-se pelas encostas, formavam paisagens as mais fantásticas, as mais belas, grupos estupendos de bizarras e agigantadas figuras que lá iam voando, em bandos, subindo, coloridas pela luz do sol, fundidas depois nas sombras azuladas dos grotões.

Eram chuvas de rubis, de esmeraldas, de topázios, caindo no leito encrespado e espumante do rio a correr vertiginosamente pelos rochedos, pelos mármore de todas as cores, granitos de todos os tons ali amontoados, brilhantes a escorrer água por todos os lados.

Impotente, alucinado, intoxicado pelo café, excitado pelo fumo, os meus nervos pareciam estalar. A impaciência fazia com que o fusain se me quebrasse nos dedos e áspero arranhasse a superfície branca da tela.

Eu me sentia aniquilado. De que me serviam perto de quarenta anos de estudo, de observação apaixonada, sincera e constante da natureza? De que me servia o que aprendi nas academias, nos museus do velho mundo? De nada, de nada! Eu tinha na minha frente o conjunto de todas as belezas, e a minha mão já calejada pelos pincéis, nada produzia e os meus olhos já habituados a tanto observar nada viam...

²¹ Este subtítulo faz referência à poesia de Manoel de Barros em 'Livro sobre nada' de 1996: "O olho vê, a lembrança revê e a imaginação transvê... é preciso transver o mundo."

O meu cérebro recusava-me luzes... Os meus olhos desmesuradamente abertos nada apreenderam. Não podia interpretar o que via e no entretanto gravada na alma tinha a arrebatadora visão.

Sentia-a dentro de mim, integral em toda a sua plenitude, com todos os seus encantos.

Antônio Parreiras

Constantemente os museus são lembrados como lugares empoeirados, parados no tempo, envelhecidos no seu pior sentido. Ao refletir sobre a aproximação e aliança entre neoliberais e neoconservadores na atualidade, Suely Rolnik (2020) destaca o abuso e apropriação da força vital como o princípio micropolítico do poder colonial-capitalístico, e sustenta que é preciso despoluir o ar ambiente de sua poeira tóxica para que a vida volte a fluir. É possível pensarmos que o museu empoeirado que persiste no senso comum é o que segue esses mesmos princípios.

Segundo Rolnik (2020), o abuso da vida por este regime de inconsciente, faz uso do desconhecimento acerca das dinâmicas subjetivas relacionadas à potência vital, para se apropriar da capacidade criativa das subjetividades e usá-las na composição de novos cenários em prol da acumulação de capital econômico, político, cultural e narcísico. Sendo assim, ao invés da criação do novo, nessa estratégia micropolítica reativa de poder, o que acaba por se multiplicar são as oportunidades para os investimentos de capital e a excitação pela vontade de consumo (Rolnik, 2020). Ou seja, o que se produz é mais do mesmo. E a mudança deste modo de produção de subjetividade atual, requer um trabalho coletivo e desafiante em favor da vida.

Em 2017, o ICOM estabeleceu para o Dia Internacional dos Museus o tema 'Museus e Histórias Controversas: dizer o indizível em museus'. E foi a partir deste tema que Patrícia Roque Martins (2017) ressaltou em seu texto a importância desses espaços contarem as histórias não ditas sobre a deficiência, como um desafio para sua reafirmação de compromisso social em torno da inclusão:

“Contar histórias não ditas sobre a deficiência é, pois, um desafio que se coloca aos museus para alcançarem o seu compromisso social em torno da inclusão. O tema proposto pelo ICOM, para celebrar o Dia Internacional dos Museus, reforça a capacidade dos museus para
Universidade Lusófona | Centro Universitário de Lisboa

contrariarem a discriminação. Atuando como espaço privilegiado para a harmonia social, facilitando diálogos e discussões sobre a diversidade.” (Martins, 2017)

Nesta proposição, Martins (2017) afirma a capacidade do próprio museu em contrariar a discriminação, para subverter a lógica discursiva que persiste na sociedade em torno da deficiência.

Não pude deixar de observar uma torção no dizer da autora no que antes aparecia como um adjetivo do espaço museológico e passa a ser substantivo deste. Se antes a autora falava na possibilidade de um museu capacitante como agente da ação, aquele que tem a qualidade de tornar seus visitantes capazes, agora ela sustenta que o museu possui a capacidade. A capacidade aparece, portanto, como a própria substância do museu. O museu tendo as condições para fazer ou realizar. Com as qualidades necessárias para exercer a sua função de guardar, refletir e fazer ressoar as histórias e a construção de novas significações sobre a memória coletiva e o patrimônio, a partir da diversidade cultural e humana, incluindo a leitura e o posicionamento de seus agentes e visitantes

De modo geral, a temática da deficiência nos museus tem se feito presente através da conscientização da importância das acessibilidades em suas diferentes dimensões. Mas ainda que esforços sejam investidos na construção de exposições e ações acessíveis e inclusivas, há uma queixa recorrente em relação à formação de público com deficiência nos museus através de frases como: “a gente faz, mas eles não vêm” ou, “não tem público com deficiência”.

Neste sentido, ainda que esta preocupação seja um passo dado na busca pela garantia da cidadania cultural das pessoas com deficiência, verificamos que esta população continua a ser pensada como público visitante, ou seja, objeto de uma ação ofertada. Permanecem invisíveis nos museus e na Museologia, os trilhos discursivos construídos ao longo da história, alimentando uma lógica excludente a partir das representações capacitistas da deficiência na sociedade. E os efeitos dessa dívida histórica atuam não somente sobre a parte da sociedade sem deficiência, mas também na identidade social das próprias pessoas com deficiência:

“Dar visibilidade a estas histórias da deficiência são vias possíveis para facilitar a compreensão sobre o “como” e o “porquê” as pessoas com deficiência são excluídas da sociedade, partindo-se dos contextos que

deram origem às representações da deficiência. Através dos objetos das coleções ou de exposições que interpretem o tema, os museus podem criar espaços de reflexão para problematizar e gerar perspectivas inovadoras sobre a deficiência. Tornando visíveis pensamentos que foram representados, mas que nem sempre se sabe que existem, contrariando a perda de memória da deficiência, nos seus contextos sociais, culturais e artísticos. Esta é uma oportunidade para os museus levarem à transformação social através da desestabilização das representações dominantes da deficiência, gerando, novas imagens públicas sobre as mesmas. (Martins, 2017, s.n.)”

Essa perspectiva apontada por Martins (2017), alinha-se à concepção do museu como um lugar de reflexão e participação, onde a experiência estética, enquanto a experiência humana por excelência, corporificada e cotidiana, pode dar lugar a novas imagens, histórias e acontecimentos.

Portanto, não seria o museu um lugar privilegiado para fazer o discurso circular e fazer a vida voltar a fluir? Sendo assim, seria preciso mantê-lo não como um espaço de harmonia social, mas como uma encruzilhada (Chagas, 2020). Suporte para as tensões, desarmonias, dissonâncias, mobilizações e novos questionamentos. Trazendo para si a possibilidade da convivência com a diferença, com o mal-estar que nos habita, e com a insubordinação da pulsão às sequelas do seu abuso colonial-capitalístico, de modo que possamos imaginar e agir em outros cenários possíveis (Rolnik, 2020).

A palavra “defiça” tem sido usada por ativistas com deficiência como uma forma de auto identificação. Como observam Mello, Aydos & Schuch (2022), uma forma carinhosa de abreviação do termo deficiente, que por si mesmo carrega em sua história a ambiguidade de ser substantivo ou adjetivo. O “defiça”, de modo subversivo, tira a adjetivação de cena e traz um novo sentido enquanto um substantivo que reforça a identificação como “um marcador da diferença positivado” (Mello, Aydos & Schuch, 2022, p. 8). Uma insurreição micropolítica que estremece e traz novas fissuras tanto para a cultura quanto para os museus.

Retomando Paulo Freire e a sua ideia de ação cultural como uma ação política, e refletindo sobre a própria constituição do museu tradicional e normativo da Modernidade, podemos inferir que a ideia principal a ser atravessada e deixada para trás é a de que há neutralidade possível no museu. Do contrário, continuaremos praticando ações pouco instigantes e reflexivas, poucas vivências experienciadas ou

experiências vivenciadas nos museus. Ofertas meramente anestésicas, que não consideram as questões emergentes da atualidade e a expertise de seus visitantes participantes, contribuindo para a manutenção das formas aprisionadas do desejo.

Aleijar essa percepção possibilita pensarmos o museu como um espaço privilegiado, com o poder de expor e fazer ressoar novas histórias e sentidos na cultura, a partir do conflito, da diversidade, da diferença e do mal-estar que nos habita. Um lugar diacrônico, feito de pequenas sincronias, cujo espaço aberto presentifica a vida e o atravessar do tempo.

Percebendo o museu dessa forma, penso ser preciso mais uma torção. Seria importante considerar que apesar de necessárias e até fundantes, as imagens e representações são sempre deficientes pela ilusão de totalidade que evocam. Se as imagens ou representações são sempre percebidas pelo 'eu', uma instância imaginária como propõe Jacques Lacan, elas deixam por sua própria característica constitutiva um resto²², um rebotalho, um indizível, um invisível. Que insiste, afeta e permanece ali para ser retomado mais à frente, como motor de novas construções e invenções, a partir de novas experiências e acontecimentos, numa contínua intermitência.

²² A ideia de 'resto' da qual faço uso aqui, remete ao que escapa ao campo da linguagem, sendo impossível de nomear. E faz referência ao registro do Real na psicanálise de Jacques Lacan. São três registros topológicos a que ele faz referência: O Simbólico, o Imaginário e o Real.

MOMENTO DE CONCLUIR²³

A consideração de que os museus têm um potencial para estabelecerem conexões e possibilidades como aliados na tecelagem de redes de intervenção em prol da inclusão e participação social, motivou a realização deste trabalho. Foi a partir da minha experiência profissional em um Centro Especializado em Reabilitação para pessoas com deficiência que passei a olhar desta forma para os museus.

Por serem espaços abertos e públicos, os museus podem propiciar ações e experiências a partir da memória coletiva, favorecendo um tensionamento entre passado e presente. Sendo assim, favorecem o diálogo entre as diferenças, possibilitando ressignificações, aquisição de conhecimentos e mobilizando as subjetividades de seus visitantes.

Esta concepção, no entanto, é recente e decorre de transformações e insurgências de profissionais que se mobilizaram em favor de um museu integrado à sociedade, comprometido com as problemáticas sociais e atento às necessidades das pessoas.

Ao longo do tempo, as narrativas incorporadas e transmitidas pelos museus acerca da deficiência contribuíram para o desenvolvimento de impressões negativas e discriminatórias pela sociedade, através da exposição de imagens redutoras da deficiência (Martins, 2017). Além da representação negativa da deficiência no discurso do museu, a ausência dessas pessoas nos processos de construção de suas representações e discursos, explicitam a dívida histórica que os museus e a Museologia têm em relação à experiência da deficiência.

O padrão referencial de um corpo normal e capaz, corroborado pelo discurso científico da Modernidade, acabou por estabelecer a ideia referencial de um indivíduo humano apto ao trabalho e à uma pretensa e naturalizada independência. E os museus tradicionais, enquanto instituições normativas modernas, acabaram por delimitar através de suas narrativas e configurações, quais corpos ficariam de fora de seus espaços, sendo estes atravessados por marcadores sociais de diferença relacionados à cor/raça,

²³ Momento de concluir é uma referência aos três tempos lógicos de Jacques Lacan: instante de olhar, tempo de compreender e momento de concluir, referidos no texto “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada” (196). Portanto remete mais à uma abertura, enquanto ato, do que a um fechamento ou conclusão.

gênero, classe e capacidade.

O objetivo principal desta investigação foi destacar as interfaces entre a Escola de Pensamento da Sociomuseologia e o campo da Acessibilidade Cultural, a fim de apontar a relevância de uma articulação. As interfaces destacadas têm suas raízes nas mobilizações, lutas e insurgências sociais, tendo por base um conceito ampliado de cultura e acessibilidade, pautado em ações participativas, dialógicas e emancipatórias em favor da justiça social, da democracia e da defesa da diversidade cultural e humana. Tais princípios atravessam os muros e paredes dos museus, pois são transversais a diferentes setores da vida humana, demandando ações interligadas, interdependentes e criativas, nas esferas macro e micropolíticas.

No contexto brasileiro, a Acessibilidade Cultural se configurou como um campo de ações em defesa da cidadania cultural das pessoas com deficiência, no que tange a participação, produção e fruição, a partir do processo de construção de políticas públicas de cultura. A configuração deste campo contempla, mas extrapola a implementação de recursos assistivos, pois fomenta a participação democrática da diversidade cultural e humana favorecendo a construção do autorreconhecimento desses sujeitos na cultura.

É neste ponto que uma articulação se faz necessária. A perspectiva da Sociomuseologia aponta um caminho para as práticas, processos e ações museológicas no sentido de uma educação libertária e decolonial onde os sujeitos políticos com seus corpos-geradores, partilham os seus saberes na construção de uma releitura e reescrita do mundo (Primo & Moutinho, 2021). Neste sentido, é importante pensar com a deficiência (Lopes, 2022) enquanto um marcador social da diferença e uma categoria de análise (Gavério, 2021), promovendo a presença desses sujeitos com seus corpos-geradores, fortalecendo, assim, ações anticapacitistas nos museus e demais processos museológicos, através da representatividade.

Tendo isto em consideração, no segundo capítulo, intitulado 'Os museus e a experiência da cegueira', retomei o conceito de 'cegueira museológica' de Maria Célia Santos para refletir sobre a perspectiva do olhar como algo diferente do sentido da visão. Em seguida, o lugar de destaque da visualidade nos museus foi trazido como um problema, que envolve não somente as barreiras de acesso às pessoas com deficiência visual, mas também como um fator instigador e propagador de uma cultura de posse e consumo, onde a experiência real (portanto inapreensível) e o encontro entre as

diferenças, se reduzem ao tecnicismo ou à oferta e consumo de informações de forma acrítica na sociedade atual.

Como contraponto, foi ressaltada a proposição de uma política para os museus que considere a diversidade humana e as suas diferentes formas de perceber, tendo em conta a acessibilidade estética como uma forma de mediação e cuidado. Contribuindo para a ampliação da experiência museológica, incentivando novas construções e uma troca a partir de novas histórias e narrativas contadas por seus participantes.

No terceiro e último capítulo, apresentei os relatos de profissionais com deficiência visual entrevistados sobre as suas experiências junto a museus e as suas percepções sobre o que consideram uma participação plena nesses espaços.

No que tange à condição social e econômica é preciso considerar a relação histórica e estreita entre a pobreza, o racismo e a deficiência (Lobo, 2008). Dentro das comunidades em vulnerabilidade socioeconômica, as pessoas com deficiência são as que vivem em piores condições, e tais condições de vulnerabilidade podem produzir deficiências secundárias para aquelas pessoas que já as possuem devido às condições precárias de vida, empregabilidade, riscos para a saúde geral, acesso limitado aos serviços de proteção, cuidado e educação (Dorneles et al., 2018). A pobreza contribui para a manutenção de um ciclo vicioso vivido pelas pessoas com deficiência, devido às barreiras adicionais que enfrentam para acessar o que poderia ajudá-las a sair de uma condição de indignidade, como a educação e a cultura, por exemplo (Dorneles et al., 2018).

Portanto, é importante considerar a taxa elevada de desemprego dessa população, e pensar que a ausência de profissionais com deficiência em museus e a discussão acerca da ausência desta população apenas enquanto público, denuncia a estrutura capacitista da sociedade, que ainda pensa e age na lógica assistencialista do fazer PARA e não COM as pessoas, como salienta Camila Alves.

A partir das entrevistas realizadas foi possível perceber que a aproximação dos profissionais com deficiência visual junto aos museus, acontece geralmente a partir de uma política de ações afirmativas. E também a partir de um movimento implicado por parte da própria instituição museu representada por seus profissionais em prol de uma inclusão e participação social e cidadã. Uma busca ativa que aparece não apenas na oferta de ações anestésicas (Freire, 1981) o conhecido passeio assistido, mas

principalmente através de ações co-participadas, dialógicas e de formação sob um viés emancipatório de uma ação cultural. Fato que aponta para a necessidade de uma atuação mais proativa e intersetorial por parte dos museus, na criação de estratégias de aproximação com as pessoas com deficiência, bem como com escolas, Universidades e instituições de referência, em favor da representatividade. Nesse sentido, é necessário que a questão continue viva e floresça em ideias e projetos que levem esses apontamentos em consideração.

Considero importante destacar também, que a pandemia de Covid-19 trouxe à tona uma faceta importante da contemporaneidade. O período intensificou a mediação tecnológica de atividades culturais, de formação e profissionais por meio de plataformas digitais on-line. O que demonstra que sendo bem utilizadas, tais recursos podem gerar novas possibilidades de acesso à informação, interação e participação em diversas atividades, aumentando, inclusive, a visibilidade de pessoas com deficiência e demais grupos sócio-acêntricos. O fato ampliou as oportunidades de interação para essas pessoas que há tempos viviam com suas regras de isolamento cotidianas, devido às dificuldades e barreiras encontradas na rua e nos espaços comuns da sociedade.

Os avanços tecnológicos beneficiam a inclusão e podem ampliar as possibilidades de participação. Mas por outro lado também implicam no empobrecimento da experiência humana com sua vertente criativa (Louv, 2005) quando os outros sentidos são deixados de lado na reprodução de informações sem reflexão e criticidade, sem a convivência, a troca real e o sentir com o que é mais singular a cada um, o corpo.

O relato dos entrevistados com deficiência visual também apontam que há uma diferença substancial no contato do corpo vivo no mundo. Tal diferença parece ser mais clara para quem não vê com os olhos e depende dos outros sentidos para perceber e de um tempo maior para compreender, ao invés da instantânea percepção visual. Fator que podemos considerar que deva ser resgatado para todas as pessoas, independentemente da presença de uma deficiência.

Sendo assim, pensar o museu como um lugar de encontros e experiências humanos e não-humanos, a partir da memória, valorizando o corpo com as suas diferentes formas de perceber e ser afetado, não seria um desafio a ser considerado na contestação desse velho Estado colonial naturalizado, de modo a resgatar a

possibilidade de contar novas histórias, imaginar e criar outros mundos possíveis (Krenak, 2022)?

Sugiro ainda que seria importante dar continuidade a essa investigação aprofundando os conceitos e princípios da psicanálise em relação às questões mais atuais referentes à Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade. Bem como às questões identitárias com seus movimentos de ressignificação e os efeitos que restam dessa equação no campo social, tendo em conta que o psicanalista deve estar à altura da subjetividade de sua época, e advertido de sua “função de intérprete na discórdia das línguas”²⁴, como apontou Jacques Lacan.

Este trabalho pretendeu dar maior visibilidade a essas questões. Ficam aqui apontados alguns caminhos possíveis de trabalho com os museus, entre eles uma maior mobilização dos próprios profissionais na busca por ações afirmativas em prol da diversidade cultural e humana, por ações colaborativas que considerem a intersectorialidade e a representatividade, assim como o investimento nas ações junto à infância com toda a sua potência de abertura à diferença e ao inacabamento.

²⁴ Em 1953, em seu escrito ‘Função e campo da fala e da linguagem’, Lacan afirma que deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época (Lacan, 1998, p.322).

REFERÊNCIAS

Alves, C. (2020). E se Experimentássemos mais? Contribuições não técnicas de Acessibilidade em Espaços Culturais. Appris Editora, Curitiba, Paraná.

Alves, C. A., & Moraes, M. (2019). *Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus: Uma prática de cuidado e acolhimento*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/44287/30185>

Alves, C. A. & Moraes, M. (2018). *Entre histórias e mediações: Um caminho para acessibilidade estética em espaços culturais*. Psicologia: Ciência e Profissão, 38(3), 584-594. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-373000042018>

Alves, Lourence Cristine. (2010). *Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social?* Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: [O Hospício Nacional de Alienados: terapêutica ou higiene social? \(fiocruz.br\)](http://www.fiocruz.br/hn)

Bauer, M., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes, Petrópolis, São Paulo.

Bavcar, E. (1994). A luz e o cego. <https://dobrasvisuais.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/08/a-luz-e-o-cego.pdf>

Benelli, S., Ferri, G. & Junior, N. (2015). *Problematizando a noção de rede, suas origens e algumas de suas aplicações atuais*. Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo, v.14, n.2, p.54-72. Disponível em: [Microsoft Word - SILVIO AGO 2016 261-1247-1-RV \(1\) rev Benelli \(1\) \(1\) \(bvsalud.org\)](https://www.bvsalud.org/bvsalud/documentos/2015/01/261-1247-1-RV-11-rev-Benelli-11) BRASIL, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2014). *Diálogo (bio)político sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS*. Brasília, Ministério da Saúde.

Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas/UNIGRANRIO, 1, 1, p. 109 - 120.

Acedido em 23 de maio de 2022 em: www.unigranrio.br

Dewey, J. (1979). *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. Ed. Nacional, São Paulo.

Dorneles, P. (2011). *Identidades Inventivas: territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/POSGea. Disponível em: [Identidades inventivas : territorialidades na rede cultura viva na região sul \(ufrgs.br\)](http://identidadesinventivas:territorialidades.na.rede.cultura.viva.na.regiao.sul.ufrgs.br)

Dorneles, P., Carvalho, C., Silva, A. & Mefano, V. (2018). *Do direito cultural das pessoas com deficiência*. Rev Polit Públicas. v.22, n 1,p.139-56. Disponível em: [DO DIREITO CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA \(redalyc.org\)](http://redalyc.org/DO-DIREITO-CULTURAL-DAS-PESSOAS-COM-DEFICIENCIA)

Elia, L. (2004). *O conceito de sujeito*. Brasil: Zahar.

Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade*. 5a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Freud, S. (1917). *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*. In Obras Completas. Vol.IV.

_____, S. (1997). *O Mal estar na Civilização*. Editora Imago, Rio de Janeiro.

Gavério, M.A. (2021). *Apontamentos sobre as possibilidades de uma sociologia da deficiência*. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v.11, n. 2, p.579-587. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1098>

Gomes, M. & Cunha, M. (2013). *O museu como agente de transformação - a inclusão cultural*. In.: Cadernos de Sociomuseologia, v.45, n.1, p.61-84. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4516>

Gomes, M. (2010). *O museu como vetor da inclusão cultural*. Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/5200>

Gomes, R. & Lopes, P. (2017). *Estudos feministas da deficiência: novas perspectivas e intersecções*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em:

Gomes, R., Lopes, P., Gesser, M. & Tonelli, M. (2019). *Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência*. Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>

Gonçalves, R., Morgado, R. & Dorneles, P. (2021). *Processos artísticos inclusivos: Sala Experiências do Olhar no Museu do Ingá, um relato de caso*. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 27, n. 62. Disponível em: <http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/817>

Gesser, M., Block, P. & Mello, A. (2020). *Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social*. Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Editora CRV, Curitiba.

Gesser, M., Zirbel, I. & Luiz, K. (2022). Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 30(2): e86995 DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n286995*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qH3pgSSmfdYZyZmcBw58hv/?format=pdf&lang=pt>.

Grião, C. (2021). Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Haraway, D. (2022). Um manifesto ciborgue / O manifesto das espécies de companhia. (1ª ed.). Lisboa: Orfeu Negro.

Kastrup, V. (2010). *Experiência Estética para uma Aprendizagem Inventiva: notas sobre a acessibilidade de pessoas cegas em museus*. Informática na educação:

teoria e prática. Porto Alegre, v.13, n.02. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/InfEducTeoriaPratica/article/viewFile/12463/13435>

Kastrup, V. (2015). *O tátil e o háptico na experiência estética: considerações sobre arte e cegueira*. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 3o quadrimestre de 2015 – Vol. 8 – no 3 – pp.69-85. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/26831>

Krenak, A. (2022). Futuro ancestral. Companhia das Letras, São Paulo.

_____, A. (2020). A vida não é útil. Companhia das Letras, São Paulo.

Lacan, J. (1998). *Escritos*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro.

Lacan, J. (1985/1973). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro.

Laudino, J. (2023). *Um olhar sobre a cegueira: considerações psicanalíticas acerca da clínica com pessoas com deficiência visual*. Dissertação de Mestrado. Universidade Veiga de Almeida, Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro.

Lobo, L. (2009/2015). *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil (2ªed.)*. Rio de Janeiro, RJ:Lamparina.

Lopes, P. (2022). Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. *Espaço Aberto, Horizonte Antropológicos*. Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 297-330. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300011>

Maior, M. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: Reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, 10(2), 28-36. Recuperado de <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029/3365>

Martins, B. (2006). *E se eu fosse cego? Narrativas Silenciadas da Deficiência*. Porto : Edições Afrontamento. 276 páginas.

Martins, P. (2011). *Museus e públicos com deficiência visual: um estudo de caso no centro de arte moderna em Lisboa*. Seminario de Investigación en Museología de los Países de Lengua Portuguesa y Española, II, 2010. Buenos Aires, Comité Internacional del ICOM para la Museología - ICOFOM, 2011, p. 609 - 621. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10387.pdf>

_____, P. (2017). *Museus (In)Capacitantes: Deficiência, Acessibilidades e Inclusão em Museus de Arte*. Vol. 7. Coleção Estudos de Museus. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural. 367 páginas, ISBN 978-989-658-468-9.

_____, P. (2017). *Os museus e as histórias não ditas da deficiência*. Revista Museu. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2017/2789-os-museus-e-as-historias-nao-ditas-da-deficiencia.html>

Martins, P. R. & Semedo, A. L. (2017). Deficiência e exclusão social: o papel da representação no contexto dos museus. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*. Institute of Sociology, Porto, n. 3, p. 41 - 54. Disponível em: [\(99+\) Deficiência e exclusão social: o papel da representação no contexto dos museus | Patrícia Roque Martins - Academia.edu](#)

May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.

Mello, A. (2016). *Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e Biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n.10. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-812320152110.07792016

Mello, A. & Mozzi, G. (2018). A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feministas. *Políticas Públicas, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça na Perspectiva Interseccional*. (1. ed.). Porto Alegre : Secco Editora. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329874740_A_favor_da_deficiencia_nos_estudos_interseccionais_de_matriz_feminista

Mello, A., Aydos, V. & Schuch, P. (2022). Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos* [Online], v. 64. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/6557>.

Minayo, M. (Org.) et al. (1996). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade* (5ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Moraes, M. (2010). PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In M. Moraes, & V. Kastrup (Orgs.), *Exercícios de ver e não ver: Arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual* (pp. 26-51). Rio de Janeiro: Nau Editora.

Moutinho, M. (2014). Definição evolutiva de Sociomuseologia. *Cadernos do CEOM*. *Museologia Social*. Unichapecó, ano 27, no 41 –. P.423-427.

Primo, J. (2008/2000). Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo do Projecto para o Ecomuseu da Murtosa. Em *Cadernos de Sociomuseologia: Estudos pós Graduados*, v30. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Primo, J. (2019). Os Desafios Contemporâneos na Investigação em Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.58, n.14. Portugal: Edições Universitárias Lusófonas. Disponível em: <https://doi.org/10.36572/csm.2019.vol.58.01>

Primo, J., Chagas, M., Storino, C., & Assunção, P. (2019). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Em *Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios*. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital, 77-100., ISBN: 978-85-7785-671-8

Primo, J. & Moutinho, M. (2020). Referências Teóricas da Sociomuseologia. Em *Introdução à Sociomuseologia*. Lisboa, Portugal: Edições Universitárias Lusófonas. 17-34.

Primo, J. & Moutinho, M. (2020). Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo. Em *Teoria e Prática da Sociomuseologia*. Lisboa, Portugal: Edições Universitárias Lusófonas. 19-38.

Primo, J. & Moutinho, M. (2021). Uma releitura do mundo pelo olhar da Sociomuseologia. Em *Sociomuseologia: para uma releitura crítica do Mundo*. Lisboa, Portugal: Edições Universitárias Lusófonas. 17-31.

Quijano, A. (2002) Colonialidade, poder, globalização e democracia. Revista Novos Rumos, Edição n. 37 (17): Seção. Artigos. São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, pp.4-28. ???

Ramos, F. (2004/2008). *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó : Argos.

Rolnik, S. (2020). *Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não chulada*. Editora Teatro Praga / Sistema Solar.

Salasar, D. N. *Um Museu para todos: manual para programas de acessibilidade*. Editora da UFPel, Pelotas, 2019.

Sasaki, R. (2007). Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2, p.20-30. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9686790-Nada-sobre-nos-sem-nos-da-integracao-a-inclusao.html>

Sasaki, R. (2011). A vida de um assistente social divulgando empoderamento. Entrevista cedida ao blog Bengala Legal. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/assistente-social>

Santos, M. (2007). Os Museus e seus Públicos Invisíveis. Disponível em: [Os Museus e seus Públicos Invisíveis.pdf - Google Drive](#)

Santos, M. (2020). Processo museológico: critério de exclusão. Em Primo, J. & Moutinho, M. (Eds.), *Introdução à Sociomuseologia* (pp. 405-418). Edições Universitárias Lusófonas. Disponível em: [Processo-Museológico-critérios-de-exclusão.pdf \(sisemsp.org.br\)](#)

Skljar, C. (2015). Incluir as diferenças? Sobre um problema mal formulado e uma realidade insuportável. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, n.1, fev./mai. 1, p. 13-28. Disponível em: [Microsoft Word - INCLUIR AS DIFERENÇAS SOBRE UM PROBLEMA MAL FORMULADO E UMA REALIDADE INSUPORTÁVEL .docx \(conicet.gov.ar\)](#)

Tojal, A. (2007). Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus. Tese de Doutorado em Cultura e Informação. São Paulo : Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. [doi:10.11606/T.27.2007.tde-19032008-183924].

Tojal, A. (2021). Fala da Tojal no I Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - a cegueira em contexto científico, 16 de junho de 2021

Vergara, G. & Kastrup, V. (2013). Zona de risco dos encontros multissensoriais: anotações éticas e estéticas sobre acessibilidade e mediações. Revista Trama Interdisciplinar, v.4, n. 1. Disponível em: [Vista do Zona de risco dos encontros multissensoriais: anotações éticas e estéticas sobre acessibilidade e mediações \(mackenzie.br\)](#)

Wittlin, A. (1949/1970). *Museums: In Search of a Usable Future*. The MIT Press Editora.